



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 17

I Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 02 de Abril de 2009

Presidente: Deputado Francisco Coelho

Secretários: Deputados José Ávila e Cláudio Lopes

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Feita a chamada dos Srs. Deputados e apresentada a correspondência chegada à mesa, a sessão prosseguiu com a continuação da análise da:

- **Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova as “Orientações de Médio Prazo 2009/2012”;**
- **Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o “Plano Anual Regional para 2009”;**
- **Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2009”.**

Participaram no debate os Srs. Deputados Piedade Lalanda (*PS*), Paulo Rosa (*CDS/PP*), Herberto Rosa (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Rui Ramos (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Ricardo Cabral (*PS*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), Cláudio Almeida (*PSD*), Francisco César (*PS*), Domingos Cunha (*PS*), Luís

Paulo Alves (PS), Duarte Moreira (PS), António Ventura (PSD), José Gaspar Lima (PS), António Parreira (PS), Abel Moreira (CDS/PP), José Cascalho (BE), Isabel Rodrigues (PS), Carla Bretão (PSD), Hernâni Jorge (PS), bem como os Srs. Secretários Regionais do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques), da Saúde (Miguel Correia), da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues), da Ciência, Tecnologias e Equipamentos (José Contente), do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses) e ainda o Sr. Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona).

Para encerramento do debate, proferiram intervenções os Srs. Deputados Paulo Estêvão (PPM), Aníbal Pires (PCP), José Cascalho (BE), Artur Lima (CDS/PP), António Marinho (PSD), Helder Silva (PS) e o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César).

Submetida à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova as “Orientações de Médio Prazo 2009/2012” foi aprovada por maioria.

Seguiu-se a votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o “Plano Anual Regional para 2009”, a qual também foi aprovada por maioria.

No debate na especialidade usaram da palavra os Srs. Deputados Helder Silva (PS), António Marinho (PSD), Artur Lima (CDS/PP), Zuraída Soares (BE), Aníbal Pires (PCP), Paulo Estêvão (PPM), José Rego (PS) e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila).

Também por maioria foi aprovada a Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2009”.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Marinho (PSD), Helder Silva (PS), Paulo Estêvão (PPM), Aníbal Pires (PCP), Artur Lima (CDS/PP), Zuraída Soares (BE).

(Os trabalhos terminaram às 2 horas e 10 minutos).

Presidente: Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo bom dia.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares para procedermos à chamada.

Eram 10 horas e 10 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Helder Guerreiro Marques da Silva

Hernâni Hélio Jorge

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José Manuel Gregório de Ávila

José Gaspar Rosa de Lima

José de Sousa Rego

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria da Graça Lopes Teixeira

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Maria Silva **Gonçalves**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Carla Patricia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**
Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**
Artur Manuel Leal de **Lima**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**
Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**
Pedro Miguel **Medina** Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**
Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Presidente: Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Do Grupo Parlamentar do PSD, deu entrada um recurso para plenário da admissão do Projecto de Resolução nº 18/2009, que “Cria a Comissão Eventual para a apreciação dos Projectos de Decreto Legislativo Regional sobre a elevação de Vila Franca do Campo e de Lagoa à categoria de cidade.”

O presente recurso é interposto nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a), do nº 1, do artigo 121º do Regimento.

Vamos prosseguir os nossos trabalhos com a continuação do debate das Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova as “Orientações de Médio Prazo 2009/2012”; Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o “Plano Anual Regional para 2009” e da Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2009”.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Deputada Piedade Lalanda.

Deputada Piedade Lalanda (*PS*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A estrutura do Plano e Orçamento para 2009, no que diz respeito às políticas sociais, é bem o reflexo dos valores e da estratégia do Partido Socialista no combate às desigualdades sociais, na promoção de uma sociedade mais justa, mais paritária e inclusiva.

Não podemos dissociar a política social da promoção da igualdade de oportunidades e de uma política que responda às necessidades das famílias, nomeadamente ao nível da habitação.

Os governos do Partido Socialista não se ficam apenas pelas palavras e pelas boas intenções, que se apregoam em programas eleitorais ou sessões de campanha.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

A Oradora: Vamos “lançar uma política de família”, “contrariar a pobreza” e criar um “Fórum para a participação da Mulher”, afirma a dirigente do PSD fazendo tábua

rasa do seu passado, como quem diz “olha para o que eu digo, não vejas o que eu faço”.

Deputado António Marinho (PSD): Isso é doença!

A Oradora: Para quem esqueceu os cidadãos portadores de deficiência ou as vítimas de violência doméstica quando era governo; para quem sempre criticou o Rendimento Social de Inserção e mede sistematicamente o número de pessoas beneficiárias, acusando-as de não quererem trabalhar, esquecendo as condições de precariedade em que vivem e o facto de quase 50% serem menores de idade, para não falar dos cerca de 5% de idosos; ou ainda para quem nunca se preocupou com a presença significativa de mulheres na construção das listas de deputados à Assembleia Legislativa, são vazias de conteúdo as promessas anunciadas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: A concretização de uma verdadeira política social não se compadece de palavras bonitas, ditas em ocasiões festivas, abertura de seminários ou encontros de mulheres. A eficácia deste tipo de política, implica que seja, preventiva, estruturante, envolva os cidadãos e possa ser avaliada e alargada ao máximo de pessoas, abandonando a lógica de experiências piloto ou de projectos de duração limitada, como infelizmente se assiste a muitas das iniciativas de algum poder local: apoia-se meia dúzia de idosos ou anunciam-se novos programas em ano de eleições, como o que visa a promoção da actividade física para crianças do 1.º ciclo durante três meses em Ponta Delgada; formam-se técnicos sem o número de horas que lhes permita uma acreditação reconhecida e faz-se notícia com projectos mal construídos, que não funcionam como o Observatório Social. Só posso fazer aqui um parêntesis: realmente a política social incomoda o PSD!

(Risos e apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Deputados Luís Garcia e Cláudio Almeida (PSD): E o que vos incomoda é a Dra. Berta Cabral!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que deixassem a interveniente falar.

A Oradora: São acções de cosmética, que de “social” só têm o nome, que apaziguam consciências mas em muito pouco afectam as causas que estão na raiz do problema, ou seja, muito debilmente combatem as desigualdades sociais.

A verdadeira política social faz-se menos com obra e mais com a instalação de redes de serviços, de respostas organizadas, interligadas e continuadas, como se pretende neste Plano e Orçamento, onde são novidade a inserção num mesmo departamento governativo das áreas da solidariedade, igualdade de oportunidades, qualificação profissional, trabalho e habitação.

Muito para além dos equipamentos, é na organização dos serviços, na acessibilidade que é dada aos cidadãos, na avaliação permanente das estratégias que se vê o impacto positivo das políticas sociais.

A implementação de medidas de política social numa sociedade moderna, não pode anular a expressão das competências dos próprios cidadãos, nomeadamente ao nível da rede familiar, através da qual circulam bens e afectos, e que constitui o universo de referência das relações de solidariedade inter-geracionais.

Qualquer intervenção do Estado, que vise substituir-se à família, deve considerar em que medida as respostas sociais proporcionadas não retiram autonomia aos cidadãos e limitam o seu poder de auto-regulação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo dos últimos anos, tem sido notória a alteração das políticas sociais do governo, que têm vindo a adaptar-se às novas realidades sociais, nomeadamente, reconhecendo situações de maior fragilidade e dependência, como as que vivem os cidadãos portadores de deficiência, os imigrantes, os repatriados, as crianças e as mulheres vítimas de violência, as famílias monoparentais, os ex-toxicodependentes e os ex-reclusos, os idosos e os doentes com necessidade de cuidados continuados. São “novos grupos sociais” porque resultam de problemas sociais reconhecidos nos últimos anos, que carecem de respostas diferenciadas, seja ao nível do acesso aos cuidados de saúde, à educação e qualificação, ao emprego e à habitação condigna.

O desafio que as políticas sociais prosseguem é o de concretizarem, na prática, uma sociedade paritária e inclusiva. Um desafio que não depende apenas do diagnóstico actualizado dos problemas sociais, nem da intervenção atempada do Governo, mas

exigem uma consciência cívica e a participação de todos cidadãos, a começar por aqueles que se sentem excluídos ou desrespeitados nos seus direitos.

Pior do que viver na pobreza é não ter consciência de que se é pobre.

Pior do que ser analfabeto, não qualificado ou estar desempregado, é não ter consciência da importância dos estudos, da formação e do valor social do trabalho.

Pior do que criticar os apoios que o Estado proporciona às famílias, é demitir-se da sua própria responsabilidade.

Na última década é notório o esforço que os governos do Partido Socialista têm realizado, no que concerne à promoção de uma consciência cívica, que estimule a participação activa dos cidadãos, particularmente dos mais desfavorecidos.

Os resultados são reais. É evidente uma maior afluência de alunos ao sistema educativo, uma maior solicitação de vagas em creches, centros de dia e apoio domiciliário; é notória a procura de formação e qualificação profissional, quer ao nível da escolaridade pós-básica, quer por parte de activos; são cada vez mais os cidadãos que cuidam regularmente da sua saúde, particularmente durante a gravidez e na infância; é cada vez mais significativo o número de cidadãos que participa em acções de voluntariado.

Hoje, mais do que ontem, os açorianos têm consciência que não basta o governo apoiar, é necessário e urgente que todos participem, se queremos melhorar o nível de bem-estar das famílias.

Estamos no caminho certo e este Plano reflecte bem as prioridades que o Governo definiu no que toca às políticas sociais, nomeadamente nas áreas da Solidariedade Social, do apoio à Habitação e da Igualdade de Oportunidades, visando em cada uma delas agir de forma preventiva, redistributiva, igualitária e, sobretudo, emancipatória.

Preventiva, porque importa travar os processos de reprodução da pobreza e de exclusão social.

Redistributiva, porque se privilegia os cidadãos mais desfavorecidos, criando condições de acesso à formação, habitação e cuidados próximos.

Igualitária porque se procura combater as desigualdades sociais estruturais que constroem guetos e isolam minorias.

Emancipatória, porque acima de tudo, se planeiam medidas que promovam a autonomia dos cidadãos, facultando meios que permitam a realização, de modo responsável, dos seus próprios projectos de desenvolvimento, por via do trabalho, da participação e de uma consciência crítica e cívica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito às medidas que integram o capítulo **“Desenvolvimento do sistema de solidariedade social”**, e no que diz respeito aos equipamentos destinados à Infância e Juventude, destacamos o alargamento da rede de creches (num investimento de 1.060.000 euros), particularmente nas freguesias e nas ilhas onde há uma maior necessidade de vagas, como acontece em S. Miguel, nomeadamente no concelho de Ponta Delgada.

Investir neste tipo de equipamento não é apenas uma medida de apoio às mulheres empregadas, como é habitual ouvir dizer a quem tem da família uma visão limitada e considera os cuidados às crianças uma tarefa feminina.

As creches são um equipamento de apoio à família, aos casais e devem ser vistas como espaços de promoção do desenvolvimento das crianças, proporcionando aprendizagens que, algumas, dificilmente teriam em contexto familiar. Neste sentido, garantir a cobertura em creches das crianças com menos de 5 anos ou de salas de Jardim-de-Infância, é investir no combate à pobreza e exclusão social.

No apoio aos cidadãos com necessidades educativas especiais, o orçamento para 2009 privilegia o investimento em Centros de Actividades Ocupacionais (num total de 2.900.000 euros), garantindo a cobertura de mais ilhas e concelhos, faltando apenas chegar às ilhas das Flores e do Corvo.

No que toca ao Apoio aos Idosos, o orçamento reforça as verbas para a concretização do alargamento e melhoria da rede de lares e centros de dia (3.380.000 euros), que inclui em muitos dos casos o serviço de apoio ao domicílio, cuidados que o governo pretende garantir sete dias por semana em todos os concelhos.

Investir na construção de equipamentos e medidas de apoio às famílias é fazer uma política preventiva, que procura promover a integração, o desenvolvimento das capacidades dos cidadãos e a sua protecção, antecipando o surgimento de problemas decorrentes da idade, da limitação ou da doença. É certamente uma estratégia política

assente no princípio da subsidiariedade, cooperando com as instituições particulares de solidariedade numa resposta abrangente, quer em termos territoriais e demográficos, quer em termos sociais. Não esqueçamos, que o investimento do Governo Regional não se limita às verbas inscritas em Plano, mas envolve o financiamento dos acordos de cooperação, que triplicaram nos últimos doze anos e garantem o funcionamento de muitas destas valências tuteladas por IPSS, Santas Casas e Casas de Povo.

Uma política social que atende às necessidades dos cidadãos mais frágeis ou mais fragilizados, como são as crianças, os portadores de deficiência e os idosos é, por essência, uma política que promove a **igualdade de oportunidades**.

No entanto, o plano para 2009, aliás na senda dos compromissos assumidos no Plano do Governo para 2008-2012, é inovador, concretizando e reforçando as verbas que se destinam à promoção desta exigência dos tempos modernos, que é a “Igualdade de Oportunidades” cabimentando um total de 1.356.000 euros, para uma acção que se pretende transversal, regional e inclusiva, que aposte no reforço e na vivência prática da paridade e do combate às desigualdades sociais, nomeadamente as que ainda se reflectem nos vencimentos entre homens e mulheres, nas dificuldades sentidas pelos cidadãos portadores de deficiência, quando se trata de formação, qualificação e acesso ao mercado de trabalho ou na assistência às vítimas de violência doméstica, que carecem de apoios concretos para reconstruírem as suas vidas com dignidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Integrar, interligar as acções, concertar esforços no apoio às famílias em situação de exclusão ou que, temporariamente, vivem com dificuldades, são os princípios que justificam o reforço do investimento na **habitação**.

Consciente da importância que a habitação representa na promoção da qualidade de vida das famílias, o governo mantém uma aposta clara na recuperação do parque habitacional da Região.

Em 2009 estão orçamentados mais de 14 milhões de euros destinados à construção, aquisição, recuperação, realojamento e apoio ao arrendamento. Trata-se de um

esforço financeiro consciente, que reconhece as carências habitacionais que ainda afligem algumas comunidades e agregados, particularmente os mais desfavorecidos.

Ao incluir a Habitação na tutela da Secretaria Regional do Trabalho e da Solidariedade, o Xº Governo demonstra e concretiza uma visão integrada no combate à exclusão social.

Os fracos recursos das famílias mais carenciadas que lhes dificultam o acesso à banca ou num determinado momento, impedem o pagamento de uma prestação ou renda, exigem a solidariedade de todos. No entanto, é fundamental e nesse sentido, os critérios têm vindo a ser cada vez mais rigorosos, que se promova a capacitação das famílias para que contribuam, em função da taxa de esforço possível em cada momento, quer em termos do arrendamento ou de uma prestação resolúvel, conferindo-lhes o direito à posse e à gestão de um bem fundamental, a casa.

A verba inscrita neste plano, no capítulo à habitação é sintomática da vontade real do governo em ser um parceiro na resolução das dificuldades que muitas famílias sentem. Não se apregoam medidas que depois não têm expressão no orçamento, como fez a líder do PSD quando no município que é responsável, anuncia a aplicação de uma verba diminuta do orçamento para 2009, primeiro destinada a apoiar a recuperação de habitação degradada e dois meses depois, cabimentando um programa de apoio ao arrendamento.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma política social coerente, sustentada e sustentável, tem forçosamente de envolver as pessoas, em particular aquelas que apoia, no sentido de as tornar conscientes, em primeiro lugar, das suas dificuldades ou necessidades e potencialidades para depois, com elas construir uma solução que as envolva e responsabilize pelos recursos que são disponibilizados.

Apesar deste esforço de co-responsabilização, todos reconhecemos que as verbas que se orçamentam para a concretização das políticas sociais são sempre escassas. Em muitos dos casos estamos perante situações de dependência crónica, associadas à doença, invalidez ou velhice, que a sociedade, por dever de justiça, não pode esquecer nem abandonar; ou perante agregados familiares com rendimentos abaixo

do limiar da pobreza. Nesse sentido, os governos regionais do Partido Socialista orgulham-se de serem obreiros e defensores de medidas de protecção social como o Rendimento Social de Inserção, o acréscimo do Abono de Família para agregados numerosos e o Abono parental, assim como o Complemento para a Compra de Medicamentos e o Complemento Regional de Reforma.

O actual plano reflecte um investimento em termos sociais que procura responder às transformações da sociedade em que vivemos, reforçando a Rede de Cuidados Continuados reconhece o aumento do número de idosos dependentes; com a criação de uma unidade de tratamento para jovens toxicodependentes contribui para combater um grave problema social e evita a deslocação destes jovens para fora da ilha; com a implementação de pequenas residências, facilita a reintegração das crianças e jovens sem apoio familiar; atendendo às necessidades dos cidadãos portadores de deficiência, promove a sua integração ao nível do sistema educativo e no mercado de emprego; com a criação de medidas de apoio à aquisição de habitação e ao arrendamento apoia as famílias sem diminuir, antes reforçando o esforço e o sentido de responsabilidade dos beneficiários desses incentivos.

Para o Partido Socialista, o investimento na Solidariedade Social, na Igualdade de Oportunidades e na Habitação, concretiza uma visão integrada da política social e o reconhecimento dos cidadãos como sujeitos de direito, de quem se espera uma participação activa, como actores do seu próprio destino e a quem se procura proporcionar, por via destas e de outras medidas já implementadas, a autonomia a que têm direito.

Disse.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para debate, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Por diversas ocasiões ouvimos o Sr. Presidente do Governo Regional afirmar nesta Casa que os compromissos assumidos são para cumprir. Foi também um dos slogans de campanha do Partido Socialista.

Também por diversas ocasiões a história se tem encarregado e continua a encarregar-se de provar que assim não é!

O Partido Socialista assumiu para com os Florentinos 74 compromissos em Outubro último, o que é ambicioso. Mas assumiu-os e estão plasmados no seu manifesto eleitoral.

O Partido Socialista, embora por margem escassa, ganhou as eleições na ilha das Flores e tem o dever de não defraudar os seiscentos e tal votantes que ainda vai tendo a Ocidente.

E, sejamos intelectualmente honestos, de todos estes compromissos, há um número significativo em execução ou previstos nos documentos em apreço, mas disso falarão os Srs. Deputados da maioria, até porque têm mais tempo regimental.

Há, no entanto, uma estranha obliteração de compromissos que considerámos chave para o desenvolvimento da ilha das Flores,...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Os açorianos sabem!

O Orador: Já lá vamos, Sr. Deputado.

... alguns deles ansiados e prometidos há décadas, e que continuam ausentes dos documentos estruturantes e planificadores hoje e aqui em análise.

Não me sendo possível enumerá-los todos, centrar-me-ei nos mais emblemáticos.

Em breve iremos debruçar-nos nesta Casa sobre a extensão do cabo de fibra óptica ao Grupo Ocidental, graças ao Projecto de Resolução apresentado pelo CDS-PP, pelo que deixarei para essa altura a enumeração das suas mais-valias bem como das graves consequências da sua não execução.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas devo aqui afirmar, com toda a veemência, que as vagas alusões feitas a este empreendimento, quer no Plano Anual Regional, quer nas Orientações a Médio Prazo, a par da orçamentação residual de 26.500 Euros, são um insulto aos Florentinos e Corvinos, defraudando as suas expectativas mais pessimistas!

Com esta orçamentação só cabos de vassoura, e óptica nem vê-la!

Não podemos admitir que os Açorianos do Grupo Ocidental continuem a ser tratados como o parente pobre da Região!

Se há ilhas de valor, as Flores e o Corvo são ilhas de valor acrescentado, pois duplicam a nossa Zona Económica Exclusiva!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sendo simultaneamente as ilhas geograficamente mais afastadas, o sector da saúde merece-nos especial preocupação.

E neste âmbito, não podemos aceitar que na viagem entre o manifesto eleitoral e os documentos em apreço tenham naufragado o Posto de Saúde das Lajes, o Gabinete Médico-legal, e a Câmara Hiperbárica... A menos que tenham embarcado estes compromissos no “Atlântida”!

No sector primário, causa-nos indignação verificar que a sala de desmancha do Matadouro Industrial da ilha das Flores e valências complementares estejam, uma vez mais, longe das prioridades assumidas pelo Partido Socialista para esta legislatura e muito longe das promessas eleitorais, realizadas há menos de 6 meses.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): Olhe que não!

O Orador: Esperemos que não Sr. Secretário.

Quanto à energia, registamos o avultado investimento efectuado na nova Central Termoeléctrica, não podendo, contudo, deixar de manifestar a nossa estranheza pelo facto dos anunciados investimentos em renováveis ou limpas, nomeadamente nas componentes hídrica e eólica, não serem assumidos claramente para a ilha das Flores neste quadriénio.

É que, “se bem me lembro”, como dizia Nemésio, a prioridade deste executivo em política energética ia inteirinha para as renováveis e para reduzir a dependência do petróleo.

Enfim, há mais uma vez um oceano de diferença do discurso à praxis, pois assumem-se prioridades políticas com as energias limpas e investe-se primeiro na componente termoeléctrica!

Quanto aos transportes aéreos, lamentavelmente o pôr-do-Sol continuará a ser o limite a Ocidente. Todos sabemos que só investindo no melhoramento das acessibilidades se atenuam e abreviam as distâncias.

Porém, a certificação da iluminação da pista de aterragem e a instalação de equipamento para aproximação em condições de visibilidade reduzida, apesar de vertidas no vosso manifesto, continuam a ser uma miragem e ficarão para outras núpcias...

Uma última referência para a habitação. Neste sector chave do plano social, o Partido Socialista assume no seu manifesto a construção do loteamento da Terça, destinado a jovens casais.

Pura realidade virtual! Nestes documentos, nem Terça, nem Quarta, nem noutro dia qualquer!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*):
Está enganado!

O Orador: Esperemos que esteja enganado, Sra. Secretária. Eu sou um optimista moderado!

Será que se pretende alojar os destinatários deste empreendimento virtual nas 390 habitações adquiridas pelo Governo Regional e anunciadas recentemente?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O CDS-PP espera que o Governo Regional ainda honre os seus compromissos para com os Florentinos.

Tendo sido o Partido Socialista sufragado com a maioria dos votos desses Açorianos, cumpre-nos o papel fiscalizador. Cumpre-nos também, porque é essa a nossa forma de estar na política, dar o nosso melhor contributo à governação com o objectivo de melhorar a qualidade de vida de todos os Açorianos, em particular dos mais desfavorecidos.

É que também gostaríamos de vir a dizer um dia: “Que bom é ser Florentino, que bom é ser Açoriano!”

Obrigado.

Deputado António Pedro Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Está inscrito o Sr. Deputado Herberto Rosa. Creio não haver mais inscrições.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

* **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Rosa, meu caro conterrâneo:

Registei a sua intervenção. Ouvi com atenção e o primeiro registo que fiz foi que V. Exa., por uma questão de tempo ou por falta dele, optou por realçar as poucas coisas que eventualmente não conseguiu descobrir no Plano e das 70 e tal propostas que o PS apresentou aos eleitores, não se debruçou sobre as muitas coisas que estão vertidas no Plano, porque não tinha tempo. Tantas e tão boas elas eram!

De qualquer forma das poucas que V. Exa. enunciou há 3 ou 4 casos que merecem esclarecimento. É o que eu vou fazer a seguir.

Relativamente ao cabo de fibra óptica, V. Exa. sabe que é um investimento da responsabilidade da PT, que o PS assumiu como um imperativo. O PS assumiu inclusive no seu congresso através da apresentação de uma moção sectorial, e foi apresentado pelo Sr. Presidente nesse momento, que esse investimento ia ser realizado em parceria com a PT ou, se necessário, recorrendo a recursos regionais, mas não deixaria de ser efectuado.

No dia 6 de Janeiro estiveram nas Flores técnicos da PT Marconi para definir os locais de amarração e lançar os procedimentos para as obras de construção civil que estão associadas, porque o cabo tem que amarrar em algum lado, ou seja, é preciso infra-estruturas em terra para que o cabo seja lançado ao mar.

A informação que existe é que no final de 2009 as infra-estruturas estarão concluídas e, a partir daí, do ano de 2010 – certamente que as condições de mar terão alguma coisa a ver com isso – o cabo será lançado e entrará em funcionamento. É uma questão de aguardarmos para ver, porque, e eu faço aqui um parênteses, nós temos aqui um Governo, Sr. Deputado, com 3 meses de vida.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Tem 12 anos!

Não sabe fazer contas!

O Orador: Sr. Deputado, este Governo Regional que resulta das eleições de Outubro de 2008...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é de continuidade?

O Orador: ... que viu o seu programa de Governo aprovado em Dezembro, que está neste momento a ver debatidas as suas orientações de médio prazo (o 10º Governo Regional dos Açores e o 4º da responsabilidade do Partido Socialista, com muita honra e orgulho) tem 3 meses de vigência.

Portanto, os 75 compromissos (não são 74!) que o Sr. Deputado Paulo Rosa referiu, resultam deste Governo que tem 3 meses de vida.

Sr. Deputado, o loteamento da Terça penso que está neste momento em fase de ultimização para ser lançado. Portanto, este ano avança. Depois estaremos cá para conferir se é verdade ou não.

Relativamente ao gabinete médico-legal, apenas uma precisão (V. Exa. devia saber isso, porque tem quem o saiba informar), a infra-estrutura é da responsabilidade da Região e está a ser construída. A instalação do gabinete médico-legal é da responsabilidade do Ministério da Justiça.

A 3º fase da fisioterapia – primeiro é preciso fazer a igreja para depois poder colocar o santo no altar – está a ser construída. As obras estão lá. A partir do momento que as obras estejam concluídas serão instalados os equipamentos, quer a sala de autópsias, quer o tanque da fisioterapia e também a câmara hiperbárica.

Há mais uma questão que é importante referir.

As Lajes das Flores, neste momento, tem um posto de saúde. Não tem as condições ideais e para nós não tem as condições sofríveis. Por isso é que o Partido Socialista se propõe instalar nas Lajes das Flores um posto de saúde com outras condições, quer de privacidade, quer de qualidade para a prestação de cuidados de saúde à população.

Temos de precisar que de há anos a esta parte funciona na Casa do Povo das Lajes um gabinete de consultas. Além do mais existe uma unidade móvel de saúde que normalmente corre as freguesias do concelho com médicos para dar consultas.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, eu solicitava um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Está concedido.

Vamos interromper os nossos trabalhos por 15 minutos.

Até já.

Eram 10 horas e 45 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 05 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa.

* **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Herberto Rosa (ilustre conterrâneo e amigo):

Tive o cuidado na minha intervenção, como ouviu certamente, de deixar a enumeração dos aspectos positivos que eu reconheci, por uma questão de honestidade intelectual, nos documentos em apreço, no que concerne à Ilha das Flores.

Mas, se isso lhe dá prazer, na mesma lógica de honestidade intelectual posso citar alguns: a escola das Lajes das Flores, o lar de idosos, a hidroterapia, a recuperação (embora tardia) da rede viária. De facto, são empreendimentos fundamentais para a Ilha das Flores.

Posso ir mais além e dizer outras coisas que, não estando no vosso manifesto, são também mais valias para a Ilha das Flores, como o regime de compensação ao escoamento dos produtos de pesca, que, sendo um paliativo e não resolvendo o problema do escoamento, é sempre uma ajuda. Temos também o recente anúncio feito pela Sra. Secretária da Educação e Formação da implementação do ensino profissional na Ilha das Flores e até o anúncio feito pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente da remoção dos passivos ambientais naquela ilha.

Portanto, a questão da honestidade intelectual está assim reposta.

Em relação ao cabo de fibra óptica, o “Anillo de Fibra Óptica”, como consta no Plano Anual Regional, provavelmente escrito em “magalhanês”, sem ofensa para o Sr. Deputado Paulo Estêvão, é um assunto que nos vai prender por uns tempinhos.

O Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa referiu-se às Orientações a Médio Prazo, relativamente ao anel de fibra óptica.

Devo dizer-lhe que nas Orientações a Médio Prazo, relativamente ao anel de fibra óptica e à extensão ao Grupo Ocidental, o que está escrito grosso modo é que neste momento o anel de fibra óptica liga sete das nove ilhas dos Açores, indo futuramente ligar a região na sua totalidade.

Futuramente, Sr. Deputado! Tem que convir que (tal como eu é um defensor acérrimo da extensão do anel de fibra óptica à Ilha das Flores) é demasiado vago.

Em relação a este assunto, porque como sabe temos pendente um projecto de resolução apresentado pelo CDS/PP, não me vou alongar muito mais.

Vou terminar com uma citação sua (não é sua, é do Winston Churchill) nesta câmara, no dia 19 de Abril de 2007:

“É inútil dizer: estamos a fazer o possível. Precisamos fazer o que é necessário”.

É exactamente nesse sentido que vai o nosso projecto de resolução.

O nosso projecto de resolução vai no sentido daquilo que são intenções assumidas pelo Governo Regional há 12 anos, a caminho de 13, de passar a ser uma prioridade e um desígnio regional.

Que eu saiba, esta câmara nunca aprovou, apesar de há mais de uma década se discutir a fibra óptica, um projecto de resolução em relação a este assunto.

Por isso, penso que estamos prestes a viver um momento histórico para os florentinos e corvinos, por iniciativa do CDS/PP.

Ainda relativamente a esta iniciativa queria felicitar o Grupo Parlamentar do PSD porque, segundo soube, ontem, em conferência de imprensa, o Sr. Deputado António Marinho (infelizmente, não está neste momento presente) assumiu uma proposta de alteração na dotação orçamental relativamente ao anel de fibra óptica.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi pena não ter sido apresentada em plenário!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados Aníbal Pires e Pedro Gomes)

O Orador: Desculpe, Sr. Deputado, mas eu tenho pouco tempo. Eu compreendo que o senhor não tem tempo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu tenho tempo. Apenas estou a fazer um aparte, que é regimental!

O Orador: Mas não pode usar o tempo dos outros, senão suspendo a minha intervenção.

Presidente: Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Deputado Paulo Rosa. Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Registo com agrado esta evolução do PSD.

Relembro esta câmara que o primeiro responsável pela não extensão do anel de fibra óptica ao Grupo Ocidental foi de facto o PSD, que deixou o anel de fibra óptica no Monte da Guia.

Isso não apaga, porém, mais de 12 anos de governação socialista em que não houve evolução nesta matéria.

Duas breves notas para rematar.

Em relação ao posto de saúde das Lajes, Sr. Deputado Manuel Herberto, se funciona assim tão bem, por que é que está no vosso manifesto?

Em relação ao loteamento da Terça, o Grupo Parlamentar do CDS/PP congratula-se com o anúncio aqui assumido, hoje, de que o empreendimento avançará em 2009.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Herberto Rosa.

* **Deputado Herberto Rosa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Rosa:

O primeiro registo é precisamente para a honestidade intelectual. Esse é o registo que nos apraz e é também por esse padrão de comportamento que nós nos regemos: reconhecer o que está feito e ter a insatisfação, que é uma insatisfação permanente, por aquilo que ainda falta fazer.

Sabemos que por cada patamar que atingimos há sempre um novo desidrato, há sempre um novo desafio!

Essa é a nossa postura na vida, porque “é assim que o mundo pula e avança como bola colorida nas mãos de uma criança”, como diz o poeta.

Falemos de coisas concretas. Uma precisão apenas, porque às vezes há ruído de fundo nesta sala e por causa disso V. Exa. não percebeu bem o que eu disse.

O que eu disse foi que existem neste momento instalações que prestam cuidados de saúde nas Lajes.

Disse também que precisamente por essas instalações não serem condignas e não terem toda a qualidade que nós pretendemos, porque as coisas evoluem, que se pretende instalar (não estamos a falar aqui se vamos construir um edifício ou se vai ser adaptado um edifício) um posto de saúde com valências (uma sala de enfermagem, os gabinetes médicos, etc.) para prestar melhores cuidados ou cuidados de saúde de melhor qualidade na Vila e no Concelho das Lajes das Flores.

Registo uma vez mais a preocupação, porque penso que deve ser assim: antes de falarmos devemos saber do que é que estamos falando. V. Exa. neste caso foi exemplar, porque teve o cuidado de, antes de falar, apreciar quais são efectivamente os compromissos que o Partido Socialista assumiu, para com a Ilha das Flores, para os próximos 4 anos.

É exactamente por aqui que quero terminar.

Eu próprio, enquanto primeiro responsável pela lista do Partido Socialista na Ilha das Flores, dei a cara por este manifesto eleitoral.

Sou o primeiro, também por uma questão de honestidade intelectual e moral, a querer que este manifesto se cumpra.

Aqueles que vêm por bem, aqueles que de uma forma intelectualmente honesta e arejada vêm e querem juntar-se a nós para que, cada dia que passa, a Ilha das Flores seja o melhor sítio para se viver, seja cada vez mais desenvolvida, tenha cada vez mais progresso, são bem-vindos.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Bem-vindo à luta! Cá estamos para fazer o melhor pela nossa terra.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Ricardo Cabral (PS): No melhor para os Açores e no melhor para os açorianos, estamos sempre interessados!

Presidente: Não havendo mais inscrições para este debate, passamos para a intervenção seguinte.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos hoje um tempo de interrogações, de dúvidas e de incertezas cada vez mais intensas e acutilantes.

A garantia da manutenção dos postos de trabalho é cada vez mais uma incerteza e as reformas entretanto encetadas tiveram custos elevadíssimos, sobretudo para os trabalhadores por conta de outrem.

Ao nível da Região Açores, temos vindo a assistir à crescente dificuldade de muitas empresas, que se viram confrontadas com uma crise que também nos toca e que também nos atinge, obrigando muitos trabalhadores a procurarem novas formas de vida e de subsistência.

Preocupa-nos assim o destino das empresas onde trabalham centenas de Açorianas e Açorianos que ciclicamente se debatem no limiar da sobrevivência, perante a insensibilidade de uma Europa que diz também cultivar o valor da solidariedade.

Ao mesmo tempo que pairam tais ameaças, preocupa-nos o facto do Governo Regional se vangloriar com a existência nos Açores de uma baixa taxa de desemprego, quando sabemos que os números mostram uma realidade deveras preocupante.

Deputados João Costa e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao contrário daqueles que só muito tardiamente reconheceram formalmente as dificuldades, a crise do desemprego é algo que não é de agora nem é apenas consequência da crise internacional.

Por muito que vos custe ouvir falar daquela que tem sido uma bandeira sistematicamente usada para gáudio da governação socialista, a verdade é que a crise do desemprego não é de hoje, nem de ontem e tem-se vindo a acentuar desde 2003.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Longe vão os tempos vividos em 2001 e 2002 nos quais a taxa de desemprego oscilava entre os 2 e os 3%.

Com um valor mínimo de 2% em 2003, a verdade é que a partir dessa altura a taxa de desemprego tem apresentado uma tendência crescente, culminando em 2008 com um preocupante valor de 5,6%, isto é, em cinco anos atingiu quase o triplo do valor atingido em 2003.

Se a tendência crescente do desemprego assume uma dimensão que nos deve preocupar, e se é agora assumida uma situação ainda mais preocupante em 2009, mais do que intenções, é fundamental que sejam agora executadas, sobretudo nas chamadas ilhas de coesão para restaurar a esperança.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O mundo do trabalho não é hoje um mar de rosas como os senhores bem gostam de referir.

Não obstante a propaganda, estamos ainda muito longe daquilo que se torna imperioso fazer em tempo de dificuldades acrescidas e excepcionais.

Porque se trata de uma situação excepcional são urgentes medidas excepcionais que permitam complementar aquelas, que nunca por nós foram criticadas, entretanto anunciadas pelo Governo.

Precisamente por isso as propostas do PSD, dirigidas às pessoas e às empresas, que mereceram inclusive o bom acolhimento de associações empresariais, sindicais e de produtores, vão ao encontro das dificuldades sentidas pelas famílias e pelas empresas na nossa Região Autónoma.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Esperamos para ver até onde vai a boa vontade socialista. Vejamos se é agora que abandonam a postura habitual que têm perante as propostas que sistematicamente apresentamos nesta casa.

Se tal não acontecer, mais do que acolher os contributos da Oposição o que verdadeiramente vos interessa é fazer parecer que não ficam mais uma vez isolados,

fazendo jus à velha máxima, de má memória, que “orgulhosamente sós” governam a seu belo prazer os destinos da Região Autónoma dos Açores.

Deputados José Manuel Bolieiro e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Um país sem emprego é um país sem esperança, sem “chama” e sem futuro...

Uma ilha sem emprego é também uma ilha onde falta a esperança, a força e onde falta sobretudo o futuro...

Se a coesão é uma necessidade e um imperativo de solidariedade, estamos absolutamente convictos que só na promoção do emprego será possível gerar riqueza e garantir a esperança, sobretudo nas ilhas mais pequenas.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Acreditamos por isso que só na oferta de mais e melhor trabalho se pode inverter o grave problema da desertificação, que nos preocupa a todos.

É, pois, absolutamente necessário que os fundos comunitários sejam aplicados em investimentos reprodutivos e geradores de mais emprego, pois ***o trabalho é para nós “fonte de esperança e de desenvolvimento”...***

Precisamente por isso impõe-se fazer um diagnóstico estratégico que permita nortear não só as políticas de emprego, mas também e sobretudo as políticas geradoras de mais e melhor desenvolvimento.

Assim, o Diagnóstico que urge e que importa fazer é o Diagnóstico Estratégico das Ilhas, de cada uma delas, detectando as “fraquezas” mas também, e sobretudo, as suas próprias potencialidades.

Depois de conhecidas as potencialidades de cada uma, só aí podemos fundamentadamente investir, só aí podemos garantir o emprego, a segurança e o retorno do investimento, que não é pertença deste Governo, mas sim de todo e qualquer Açoriano.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O Diagnóstico que urge e que importa fazer é o de também saber porque saem os jovens das ilhas mais pequenas para não mais voltarem, desertificando as ilhas, com os consequentes impactos negativos que isso mesmo acarreta.

O Diagnóstico que urge e que importa fazer é o de compreender as razões da desertificação, apontando caminhos e sugerindo soluções para o crescimento do emprego, capaz de fazer regressar a juventude e com isso gerar uma nova esperança para os Açores e para os Açorianos em geral.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como sociais-democratas que somos assumimos os valores humanos e assumimos o trabalho e a justiça social como factores de engrandecimento do homem e da sociedade em geral.

Chegou a hora de fazer decisivamente essa defesa, pois o trabalho é fonte de esperança e é também aquilo que verdadeiramente engrandece e enobrece os Povos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Finalmente um desabafo:

Preocupa-me a descrença, o desânimo e o desalento...

Preocupa-me a descrença porque ela não mobiliza, nem garante a força que é necessária para vencer o desânimo e os novos desafios que se avizinham...

A sociedade está “doente”, descrente e desiludida...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Está enganado!

O Orador: Por isso é urgente chamar, é urgente ouvir, e é sobretudo urgente agir e assumir com garra a voz da esperança...

Em suma:

É urgente semear a nova luz da esperança... É essa a nossa responsabilidade e é esse o nosso dever.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Estão inscritos para debate os Srs. Deputados Berto Messias, Piedade Lalanda e a Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rui Ramos:

Em primeiro lugar, refiro-me a uma pequena passagem da sua intervenção: quanto a mim, na actividade política e no acto de governação, não basta diagnosticar, muito menos basta apontar problemas. É preciso agir, desde logo.

Deputado Rui Ramos (PSD): Seja honesto, Sr. Deputado!

O Orador: Além disso, não basta filosofar sobre a questão do emprego. Isso não resolve os problemas das pessoas.

Parece-me que o senhor anda distraído.

Deputado Rui Ramos (PSD): Só os senhores é que não andam distraídos! Só os senhores é que são donos da verdade!

O Orador: Hoje temos falado sobre honestidade intelectual.

Tendo o senhor responsabilidades numa organização que tem como área de intervenção o trabalho e o emprego, devia ter a honestidade intelectual de reconhecer e de apontar (por que não?) alguns números e algumas evoluções sobre o emprego nos Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Seja honesto, Sr. Deputado! São dados do INE!

O Orador: Vamos a isso, Sr. Deputado! Vamos ter essa honestidade intelectual e falar de números. Dou alguns exemplos:

Há 10 anos, 2.827 jovens procuravam o primeiro emprego. Hoje são cerca de 300.

Há 10 anos, 44,7% dos desempregados eram jovens. Hoje são 10%.

Há 10 anos, eram 89.000 trabalhadores. Hoje são 108.000.

Há 10 anos, a massa salarial nas empresas privadas era 240 milhões. Hoje é de 590 milhões.

Mas temos que perceber qual é o papel do Governo no fomento ao emprego, porque temos uma fronteira entre aquela que é a iniciativa do Estado, neste caso da Região, e aquela que deve ser a iniciativa privada e o papel do Governo no fomento a essa iniciativa privada.

Sobre isso basta ver aquilo que o Governo tem feito. Basta fazer uma breve análise ao plano no âmbito do emprego.

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso não é a solução! Isso mascara os números do Governo!

O Orador: Recordo-lhe outras medidas, além dos 14 milhões de euros que estão no plano para os programas de emprego.

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores gostam muito de falar em milhões, mas os açorianos não sentem esses valores!

O Orador: O senhor não teve a seriedade de referir esse facto ali, quando fez a sua intervenção.

Deputado Rui Ramos (PSD): Só os que têm o cartão de militante do Partido Socialista é que os sentem!

O Orador: Deixe-me dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado:

O senhor sabia (se não sabe passa a saber) que paga menos 3 pontos percentuais de taxa social única relativa a trabalhadores com 45 ou mais anos, em micro e pequenas empresas, sendo empregador?

O senhor sabia que está isento de taxa social única durante 2 ou 3 anos e tem direito a um apoio financeiro de 2000 euros, quando contratar sem termo jovens ou desempregados?

O senhor sabia que paga só metade da taxa social única quando contratar a termo desempregados com 55 ou mais anos?

O senhor sabia que está isento de pagamento de contribuições para a Segurança Social durante 3 anos, ao converter contratos sem termo em contrato a termo ou de prestação de serviços com jovens até aos 35 anos, inclusive?

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso tem aplicação na Região?

O Orador: Quem diz estas diz muitas e muitas mais medidas!

É este o papel que o Governo deve ter nos Açores no fomento e na promoção do emprego.

Sobre isso estamos perfeitamente descansados...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não deviam estar, porque as famílias açorianas não estão!

O Orador: ... e temos orgulho nas políticas do PS no que se refere à criação do emprego.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Piedade Lalanda.

*** Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Participo neste debate para introduzir a questão que já tem sido aqui falada do aumento da taxa de actividade feminina.

Penso que não podemos negar o aumento do desemprego, mas também não podemos negar que durante muitos anos a taxa de desemprego na região era, do ponto de vista estatístico, considerada pleno emprego.

Deputado António Marinho (PSD): O problema é que não é, Sra. Deputada!

A Oradora: Tenha calma, Sr. Deputado!

Duvidam dos números, mas vamos partir dos números que estão publicados.

Partindo dos números que estão publicados, durante vários anos a nossa taxa de desemprego foi considerada (e é considerada!), àqueles valores, como uma taxa de pleno emprego.

Não podemos descontextualizar os Açores do contexto nacional e internacional.

Neste momento, também somos afectados pela dita crise que afecta nomeadamente o sector da construção civil.

Portanto, a taxa de desemprego, actualmente, aumentou. Não há dúvidas que aumentou. Os números são reais.

Deputado Rui Ramos (PSD): São os vossos contributos, Sra. Deputada!

A Oradora: A questão que se coloca é, paralelamente à taxa de desemprego, o que é que se alterou na estrutura do tecido empresarial nos Açores?

Um dado é claro: aumentou significativamente a taxa de actividade feminina. As mulheres, de há 10 anos a esta parte, entraram no mercado de trabalho, tiveram acesso ao mercado de trabalho,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Se calhar porque as condições de vida são mais difíceis!

A Oradora: ... por via, em parte, da aposta no sector do turismo e também ao nível do emprego qualificado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A sociedade evoluiu, Sra. Deputada!

A Oradora: Eu não percebi a reacção do senhor, mas com certeza vai poder explicar.

Deputada Nélia Amaral (PS): Disse que as mulheres entraram no mercado de trabalho, porque há necessidade financeira!

A Oradora: Ah! As mulheres são a ajuda que os senhores precisam! Realmente tem uma visão muito desigual e muito tradicional de qual é o lugar das mulheres no mercado de trabalho.

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores são os únicos donos da verdade!

A Oradora: O que prova é que as mulheres têm entrado não só por via do sector do turismo, mas também em mercado de trabalho qualificado.

Não é por acaso que 60% dos estudantes universitários são mulheres e cada vez mais essas mulheres estão a entrar nos lugares de chefia e é uma mudança que se vai conseguir.

Portanto, há futuro no emprego nos Açores e há futuro particularmente para as mulheres nos Açores.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

*** Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques):**

Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma breve intervenção, porque já foram explanadas pelos Deputados da bancada do Partido Socialista algumas medidas tão importantes e foram bem contextualizadas.

Num momento destes de recessão mundial, fico estupefacta com a intervenção do Sr. Deputado do PSD. Até parece que vivemos noutra planeta!

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores têm vivido num casulo. Eu vivo no mundo do trabalho e das dificuldades!

A Oradora: Por que é os Açores deveriam ficar fora deste contexto mundial, Sr. Deputado?

Deputado Rui Ramos (PSD): Em 2003, 2004 e 2005 não havia crise internacional!

A Oradora: Sr. Deputado, só um dado para ficarmos definitivamente conversados. De facto, temos 5,2% de desempregados.

O desemprego tem aumentado nos Açores. É verdade!

O Governo tem feito tudo o que está ao seu alcance para combater essa situação.

Vejam só a situação do país e a situação de uma outra região, que por acaso é a Madeira, que tem quase 11 mil desempregados.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo).

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD).

A Oradora: É isso que está aqui em questão, Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Ramos.

* **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque não obstante o conjunto das oposições que representam a maioria dos açorianos, isso não é traduzido em tempo. Portanto, eu não tenho tempo.

Só lhe peço que em relação às Ilhas de Coesão aplique exactamente aquilo que está proposto, porque as execuções relativas a 2007 são muito, muito baixas.

Se não tivessem sido, se calhar o emprego estaria noutra nível.

Só lhe peço que aceite as propostas e os nossos contributos para essa questão que é difícil e que a todos nos deve preocupar.

Era só isto.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (Ana Paula Marques): Os vossos contributos não são melhores que os nossos.

O Governo já tomou as medidas que considerou necessárias para combater a crise!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais inscrições para este debate, vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

Pedia aos líderes dos grupos e representações parlamentares para se aproximarem da mesa.

Até já.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 50 minutos.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sector da Saúde, talvez mais do que os restantes sectores sociais, está sujeito a pressões de ordem tecnológica e de ordem social. Fazemos parte de uma sociedade cada vez mais informada, culturalmente mais evoluída e socialmente mais exigente.

As orientações de médio prazo, em sufrágio nesta assembleia, dão resposta a essas novas exigências, promovendo a qualidade e o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde, num quadro de maximização da eficiência dos serviços, modernizando-os e alargando a rede de infra-estruturas de saúde de forma assinalável.

O Valor global de investimento que subjaz à programação do investimento público desta legislatura aponta para cerca de 70 milhões de euros no sector da saúde. Somado a esse montante o valor do investimento das parcerias público-privadas, o investimento total na Saúde ascende a mais de 140 milhões de euros, representando cerca de 18% do total de investimento público directo e indirecto programado.

Temos consciência de que a saúde é um factor determinante na construção de uma sociedade mais desenvolvida. Prova-o a mobilização prevista de recursos públicos e recursos estratégicos privados para esta legislatura e para este sector.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As acções propostas no plano de investimento 2009, que hoje vos são submetidas dão rosto à ambição, legítima, de um serviço de saúde orientado para a Promoção da Qualidade e para a Promoção do acesso aos seus recursos.

Desde logo, essas acções prevêm o alargamento da rede de infra-estruturas, dando melhores condições a quem trabalha e a quem utiliza os serviços de saúde.

Ao longo do corrente ano de 2009 serão lançados os concursos para a concepção e construção dos novos centros de saúde de Ponta Delgada, da Madalena do Pico, da Graciosa, assim como o concurso para a construção do Bloco C do Hospital da Horta. Consolidaremos a Parceria Público-privada do Centro de Radioterapia dos Açores, assim como começará a obra do Novo Hospital da Ilha Terceira.

Mas todos sabemos que para além das infra-estruturas físicas, são fundamentais os recursos humanos.

Assim, a aposta na qualidade está bem patente, quer na acção de Actualização de Profissionais de Saúde, que apresenta um acréscimo de 44% em relação a 2008, isto é, 1.110 mil euros, quer na acção de Promoção de Qualidade dos Serviços e de Captação e Qualificação dos Profissionais de Saúde.

No mesmo contexto, a Implementação do Plano Regional de Saúde 2009-2012 terá um impacto indelével na organização dos cuidados de saúde e seremos capazes de responder melhor:

- à prevenção e controlo da diabetes
- à luta contra a obesidade
- e à prevenção e controlo das doenças oncológicas, das doenças respiratórias e das doenças cérebro-cardiovasculares, entre outras.

Para dar essa resposta, esta acção regista um acréscimo de 11% face a 2008, ascendendo a 500 mil euros.

No âmbito da Prevenção e Tratamento das Dependências – uma área a que agora o governo regional dá particular atenção (dedicando, de resto uma Direcção Regional especificamente a esse temática) –, o plano regista um aumento de 69%.

Destacamos já em 2009 o início das obras de beneficiação do Solar da Glória, que albergará o Centro de reabilitação e tratamento de jovens com menos de 18 anos, assim como a manutenção dos acordos de tratamento e reabilitação, em vigor.

Incluem-se, de igual modo, as acções de prevenção em ambiente escolar, promovendo a articulação numa rede de resposta que se pretende cada vez mais integrada.

O tratamento com opiáceos de substituição continuará a ser garantido, avançando, agora, para um modelo mais descentralizado, em articulação com os centros de saúde. Esta proposta de plano corporiza igualmente a acção de Operacionalização e Expansão da Rede de Cuidados Continuados. Regista-se um aumento de 43% face ao ano passado, o que garante 122 camas em Unidades de Longa Duração e 50 camas em Unidades de Média Duração, permitindo a reabilitação e autonomização de duas centenas de utentes. Garantimos assim a convergência clara para níveis adequados de cobertura assistencial.

Outra matéria a que damos, agora no sector da saúde, particular atenção tem a ver com a promoção de Natalidade. Entre várias acções, avançaremos para incentivos que combatam a infertilidade e garantam o acesso dos casais às últimas técnicas de Reprodução Medicamente Assistida.

Com esta medida, financiada na acção 15.4, evitaremos que uma centena de casais açorianos se desloque ao Continente para efectuar uma fertilização in-vitro, uma ICSI (microinjecção intracitoplasmática de espermatozoides) ou simplesmente ter uma consulta de fertilidade.

Ainda no acesso aos cuidados de saúde, daremos continuidade ao programa de recuperação de lista de espera cirúrgica – que este ano fixaremos em 18 meses – e fomentaremos um programa semelhante destinado à recuperação de lista de espera de consultas de especialidade nos hospitais.

Do mesmo modo, na rede de cuidados primários implementaremos um programa específico de disponibilização de consultas a utentes sem médico de família.

É também nossa intenção implementar a “Linha Saúde 24” nos Açores.

Esta medida – que coloca o utente à distância de um telefonema – permitirá esclarecer dúvidas sobre sintomas que surjam, e providenciar o encaminhamento mais adequado à rede de cuidados primários ou hospitalares disponíveis. Estamos já a estudar soluções que melhor se adequem à situação dos Açores e aos meios humanos e tecnológicos do Serviço Regional de Saúde.

Num outro campo, vamos também dar novos passos no que respeita à emergência médica. Na acção 15.3.3, está disponível uma verba de 260 mil euros para aquisição de equipamentos com o propósito de implementar o Programa Regional para utilização de Desfibriladores Automáticos Externos por não médicos e de acesso Público à desfibrilhação.

Numa primeira fase estes equipamentos estarão disponíveis nas ambulâncias; numa fase posterior em locais públicos de grande afluência.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De todas estas medidas e acções, talvez a de maior alcance seja a informatização Serviço Regional de Saúde – o SIS-ARD. Para a sua implementação está prevista uma verba de 3,5 milhões de euros, pelo que asseguraremos, em 2009, a concretização de 85% deste projecto.

A mobilização de recursos humanos do Serviço Regional de Saúde em grupos de trabalho para o levantamento de processos e para o mapeamento de requisitos e para inúmeras acções de formação, já de protótipo, é digna de registo. É um projecto até agora discreto – porventura por isso nem sempre bem compreendido – mas é um desígnio que nos elevará, definitivamente, a um outro patamar no campo da modernidade dos serviços de saúde.

Por um lado vai permitir uma maior eficiência dos recursos disponíveis; por outro vai fomentar a transparência dos processos. Mas, sobretudo, por integrar o processo clínico electrónico, consolidará o avanço, determinado, da telemedicina.

A aquisição dos novos equipamentos tem já em conta esta nova realidade. É o caso dos novos aparelhos raios X que estão a ser instalados nos Centros de Saúde e Hospitais. São também os equipamentos de TAC, um dos quais de 64 cortes, um dos

mais avançados ao serviço da medicina nos dias de hoje e com ganhos substanciais de saúde para os Açorianos.

O acesso aos dados clínicos e meios de diagnóstico será assim imediato e seguro e permitirá a quem vive nas localidades mais afastadas, a consulta de especialistas e o recurso a técnicas de diagnóstico, partilhando a informação e o conhecimento ao longo de todo o arquipélago e com qualquer parte do mundo.

Este é o paradigma da saúde que desejamos para os Açores.

As orientações de médio prazo, o plano e orçamento 2009, que vos são propostos, concretizam esse desígnio

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos para esclarecimentos os Srs. Deputados Artur Lima, Ricardo Cabral e José Manuel Bolieiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde:

Ouvi o seu discurso redondamente redondo, cronicamente redondo e repetitivo daquilo que vem sendo as promessas do Governo na área da saúde, mas teremos oportunidade, ao longo desta legislatura, de ir discutindo, medida a medida, sectorialmente as que foram aqui anunciadas.

Como estamos a discutir hoje, Sr. Secretário, sobretudo no plano das Orientações a Médio Prazo, gostaria de lhe colocar algumas questões muito concretas:

Unidades de Saúde de Ilha – nem uma palavra a esse respeito;

Carta de Saúde – nem uma referência;

Carta Hospitalar – desapareceu!

São instrumentos estruturais e fundamentais, nas vossas palavras, no passado (e efectivamente são!) para o Serviço Regional de Saúde.

Sr. Secretário, que é feito de tudo isso?

Que é feito da organização, fundamental, das Unidades de Saúde de Ilha que os senhores prometeram em 98 e colocaram (e bem!) no Estatuto do Serviço Regional de Saúde?

Sr. Secretário, pôr 500 mil euros num Plano Regional de Saúde que não existe, isto é pura e simplesmente fantasia. Mais do que fantasia, é um insulto às pessoas.

Não existe Plano Regional de Saúde!

O senhor ainda não o fez e já está a atribuir-lhe uma verba.

Quanto aos planos de combate às doenças cérebro-cardiovasculares, diabetes, etc., pura fantasia. Não existe nada!

Sr. Secretário, muito rapidamente vou àquela que é “a menina dos seus olhos”, pelos vistos, que é o sistema de informatização, o SIS-ARD.

Fico espantado quando o senhor diz que vão concluir 85% em 2009. Há um ano já devia estar concluído a 100%.

Fico ainda mais espantado quando desses 85% pouco está feito e os senhores querem com 15% fazer a maior parte das coisas. Há um paradoxo aqui que não se percebe.

O *call-center*, a informação da internet, o processo clínico único, já estavam previstos para o ano passado e alguns estavam mesmo previstas para 2007, Sr. Secretário.

Em que é que ficamos?

Sr. Secretário, é a outra “menina dos seus olhos”, que se chama SAUDAÇOR, a responsável por isto...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e responsável por ter adjudicado esse processo a uma empresa falida, a uma empresa que não oferecia garantias de sucesso. Os senhores adjudicaram esse processo!

Gostaria que o senhor explicasse também, e aí tintim por tintim, porquê isso? Por que falha nessa matéria?

Culpa da SAUDAÇOR! Culpa da incompetência! Culpa da ineficiência!

Já agora, responda-me a uma coisa:

Por que é que não fazem as compras no IGFS?

Tem preços muito mais baratos do que tem a SAUDAÇOR, com garantia de qualidade, coisa que na SAUDAÇOR os senhores não conseguem, porque quando

põem arquitectos a escolher material clínico, o material clínico não é bom, Sr. Secretário.

Fico-me por aqui porque tenho limitação de tempo.

Muito obrigado.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

* **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quanto ao Plano Regional de Saúde, ele existe.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde é que ele está?!

O Orador: Brevemente ele existirá. O Sr. Secretário está com uma motivação extra! Neste momento já temos o Programa Regional da Nutrição de Diabetes, que está a trabalhar excelentemente. Também já temos a funcionar o Programa Regional das Doenças Oncológicas.

O Programa Regional das Doenças Cérebro-Cardiovasculares está a trabalhar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde é que ele está?!

O Orador: O Projecto de estudo da Leptospirose está a começar a trabalhar.

O Programa de Saúde Oral já existe há muito tempo e tem os resultados que o Sr. Deputado conhece.

O Programa de Saúde Mental, o Programa dos Cuidados Continuados e Paliativos a idosos estão com pujança. Certamente terão incremento devido ao investimento efectuado, a atenção que é dada pelo Governo, que se vai traduzir certamente na elevação da qualidade de vida dos açorianos e no aumento dos níveis de saúde.

Deputado Duarte Moreira (PS): Muito bem!

O Orador: Quando ao SIS-ARD, o investimento é maior em 129%, do que o ano passado. Há um grande investimento, uma grande atenção por parte do Governo.

Quem pensa que o sistema de informação não é útil, não é importante, está enganado, porque com a informática, com o sistema a funcionar da melhor forma, de certeza que a eficiência dos recursos, o progresso, a modernidade será sempre melhor e a qualidade dos serviços e o rigor dos custos serão certamente mais acertados.

Era isso que queria dizer.

Quem não acha que a informática é importante, está atrasado. A informática vai ajudar a nível da saúde e todos os nossos procedimentos a esse nível certamente serão melhores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

* **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Artur Lima:

Comecemos pelas Unidades de Saúde de Ilha.

As Unidades de Saúde de Ilha estão, desde 2003, plasmadas no Estatuto do Serviço Regional de Saúde.

Já existem 2 constituídas, uma em São Jorge e outra no Pico. Este conceito facilmente se aplicará às ilhas que só têm um centro de saúde: a Graciosa, Flores, Faial e todas as outras.

Restam duas ilhas: a Terceira e São Miguel.

Não seria justo, da parte do Governo Regional, em 2009, vir a constituir as Unidades de Saúde de Ilha tal como está no Estatuto do Serviço Regional de Saúde, uma vez que já foram apresentados os planos de actividade dos Centros de Saúde.

Portanto, se essa medida vier a acontecer, não será em 2009, será em 2010.

Relativamente à Carta de Saúde e à Carta Hospitalar, já tive oportunidade de me pronunciar sobre este assunto, aquando do Programa do Governo.

A Carta de Saúde e a Carta Hospitalar, que são a mesma coisa...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é!

O Orador: ... prevê, quer nos hospitais, quer nos centros de saúde, os equipamentos que são necessários aos cuidados de saúde dos açorianos.

Se estamos a desenvolver a Plano Regional de Saúde 2009/2012, só fará sentido colocar à discussão um documento desta natureza depois de definir quais são os cuidados de saúde que queremos em cada uma das áreas.

Relativamente ao Plano Regional de Saúde, é falso quando diz que não existe. Existe e está aplicado a 2004/2006.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Seja intelectualmente sério. Essa é a prova de que não é!

O Orador: Aliás, consta de uma resolução do Presidente do Governo.

Além disso, posso esclarecer-lhe melhor qual o ponto de situação do Plano Regional de Saúde.

Em relação ao Plano Regional de Saúde, o mesmo será do conhecimento público no primeiro semestre deste ano. Englobará uma parte do diagnóstico da situação actual de saúde dos açorianos, em que serão estabelecidas as metas de saúde, e incluirá quatro programas temáticos: o Programa Regional da Prevenção e Controlo de Diabetes e Luta Contra a Obesidade, o Programa Regional de Prevenção e Controlo das Doenças Oncológicas, o Programa Regional de Prevenção e Controlo das Doenças Respiratórias e o Programa Regional de Prevenção e Controlo das Doenças Cérebro-Cardiovasculares.

Relativamente ao primeiro, neste momento ele encontra-se na fase final de aprovação pelo coordenador do Programa. Portanto, o documento está muito avançado.

O segundo, encontra-se na primeira fase de revisão pelos coordenadores, porque o documento base já foi preparado pelas estruturas da DRS.

O terceiro, está neste momento em discussão na DRS.

No que diz respeito ao quarto programa encontram-se definidos quais são os documentos a consultar para a sua elaboração. Portanto, está em curso e comprometo-me perante esta Assembleia que o mesmo será do conhecimento público no primeiro semestre deste ano.

Relativamente a todos os outros programas que estão e que constam do Programa do Governo (a saber: os Programas Regionais de Promoção de Saúde Oral, de Saúde Escolar, de Saúde Mental, de Saúde Pública, Materno-Infantil e o Programa Regional de VIH-Sida), os mesmos serão incluídos no Plano Regional de Saúde.

Quanto à questão SIS-ARD, devo dizer-lhe que esta verba que está incluída no Orçamento, os 3 milhões e meio, é, de facto, para proceder a pagamentos no âmbito

da operacionalização deste projecto. Portanto, não percebo como é que diz que só faltam 15%.

Asseguramos 85% da concretização do projecto, com o acumulado, obviamente.

Relativamente à central de compras e ao facto de não se comprar através do IGFS (que já não existe) mas da ACSS, devo dizer-lhe que as unidades de saúde, efectivamente, compram através da ACSS...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito obrigado!

O Orador: ... mas não deixam de comprar através da central de compras que está instituída na SAUDAÇOR com preços mais vantajosos.

Relativamente ao concurso público internacional que habilitou a SAUDAÇOR a contratar com um fornecedor do SIS-ARD, devo dizer-lhe que todas as peças concursais estão na internet, na página da saúde. Aconselho o Sr. Deputado a consultar e a verificar que os requisitos de cariz económico e financeiro do concorrente foram devidamente apreciados.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

* **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Breves palavras, porque o tempo do Grupo Parlamentar do PSD é pouco, para fazer uma análise que considero grave.

Quando todos devíamos ser unânimes na prioridade que a política de saúde deve ser para uma governação dirigida às pessoas, constatamos que o peso político do Sr. Secretário (deste Governo!) é diminuto para a ambição que se tem que ter na política de saúde.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Não apoiado!

O Orador: A redução dos custos e da despesa pública para a saúde é uma realidade de 2008 para 2009, numa percentagem de quase 4,5%. Isso não abona nada, com uma outra omissão do Sr. Secretário, que prometendo na discussão do programa do Governo, agora não consegue cumprir. A Carta de Saúde é um instrumento essencial para adjudicar os meios aos objectivos políticos da saúde para o Governo.

O registo que temos hoje, Sr. Secretário, para que fique registada a gravidade que a situação justifica, é que há menos meios financeiros para a saúde em 2009 face a 2008.

Por outro lado, o diagnóstico que temos é que houve um fracasso nas políticas de saúde dos Governos Socialistas, no que se refere a cuidados primários e dos centros de saúde.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A expectativa que temos é negativa, quando afinal há aposta na redução dos meios financeiros e ainda assim não há no horizonte a Carta de Saúde para os açorianos, com a justa adjudicação dos meios financeiros para os objectivos políticos da melhoria dos cuidados de saúde dos açorianos.

Era isto que me apraz dizer agora, apesar do muito que há para dizer durante esta legislatura, em matéria de saúde.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário da Saúde:

A organização com base nas Unidades de Saúde de Ilha, fundamentando-se na homogeneidade da relação entre o território e utente, defendida pelo Sr. Presidente do Governo, e bem definido, em 1998, era no sentido da humanização e melhor prestação dos cuidados de saúde aos utentes.

Agora, parece que vai no sentido da informatização.

Eu concordo com o Sr. Presidente do Governo. Para mim é mais importante a humanização, ao contrário do que aqui foi dito, Sr. Secretário da Saúde.

Deputado Ricardo Cabral (PS): A informatização leva à humanização e vice-versa!

O Orador: É essa a diferença, a qual os senhores não podem abandonar: a humanização dos serviços de saúde, enquanto se dá prioridade aos computadores e às máquinas.

Para nós a prioridade são os doentes e as pessoas.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Para nós também, mas sem as máquinas as doenças não podem ser diagnosticadas!

O Orador: Sr. Secretário da Saúde, eu fui à internet.

Se me permite, com todo o respeito, vou citar o relatório da SAUDAÇOR quando os senhores adjudicaram essa empresa:

“A empresa INDRA, a quem foi adjudicada a prestação de serviços, é classificada como um mau indicador económico-financeiro, sendo mesmo referido que a empresa não tem viabilidade económica.”

Não lhe digo mais, porque não tenho mais tempo.

Está aqui. Foram os senhores que escreveram.

Conte com o contributo do CDS, Sr. Secretário, quando for para o bem dos utentes.

Mesmo, por vezes, sendo fortes na crítica, estamos disponíveis para colaborar na humanização, na melhor acessibilidade aos cuidados de saúde, sem fantasias e sem vir aqui passar atestados de menoridade aos outros, porque gostam de computadores.

É preciso ter competência para passar esses atestados e há pessoas a quem eu não reconheço a mínima competência. Primeiro têm que fazer carreira para depois ter competência.

Sr. Secretário, V. Exa. falou noutra plenário sobre o Livro de Reclamações.

Quero dar-lhe uma informação. Por via institucional ou não, eu sinto-me na obrigação de a dar como açoriano e como cidadão:

Quem reclama nos Livros de Reclamações nos Centros de Saúde é excluído das listas dos médicos de família, só por ter reclamado.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O senhor consegue provar o que está a dizer?

O Orador: Vá ver onde é que ela foi feita e vai ver quem é que foi excluído.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

* **Secretário Regional da Saúde (Miguel Correia):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado José Bolieiro:

Relativamente à diminuição das verbas que estão previstas para a saúde, devo dizer que está previsto na exploração um crescimento de 4%, o que representa um acréscimo de 8 milhões, 41 mil e 426 euros.

Portanto, há um crescimento na exploração das unidades de saúde.

Obviamente que os centros de saúde sentem algum decréscimo nas suas receitas vindas do orçamento, porque nós aplicamos o princípio do prescriptor-pagador a partir desta legislatura.

Portanto, é esse impacto que está na base da sua afirmação.

Sr. Deputado Artur Lima, relativamente à questão da preferência da informatização em relação à humanização, isto nunca esteve em causa. Eu nunca disse isso.

O Sr. Deputado diga o dia e a hora em que eu disse uma coisa dessas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu também não disse que tinha sido o senhor!

O Orador: Obviamente que o objectivo para o Serviço Regional de Saúde é cada vez mais dotá-lo de recursos que garantam a humanização dos serviços e a ética, sobretudo os princípios da ética no processos clínico. Essa é uma preocupação do Governo Regional.

Relativamente ao relatório da SAUDAÇOR que o Sr. Deputado exhibe...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a ver como eu tinha?

O Orador: ... eu gostaria que exhibisse o relatório final de adjudicação, com o fundamento, por que é que foi adjudicado à INDRA.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Também tenho!

O Orador: Eu não sei se é o relatório final.

Creio que não tenho mais esclarecimentos a prestar.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não respondeu à questão da empresa falida. Mas voltamos ao assunto!

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Saúde na Região Autónoma dos Açores é, e continuará a ser, de grande qualidade e de muita confiança.

A situação geográfica das nove (9) ilhas e dos seus dezanove (19) concelhos incorre na necessidade de um sistema de organização do sector de complexidade acrescida. A multiplicação das infra-estruturas, equipamentos e serviços inerentes à dispersão territorial, bem como a mobilidade necessária dos utentes do Serviço Regional de Saúde entre as ilhas e o continente Português traduzem-se, portanto, num volume elevado de despesa e de sobrecustos.

A despesa da Secretaria Regional de Saúde, para 2009, será de duzentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e trinta e três euros (€ 224.455.233), representando dezasseis e meio por cento (16,5%) do orçamento global da Região Autónoma dos Açores. Desta despesa noventa e três vírgula dois por cento 93,2% é afectada ao Serviço Regional de Saúde, sendo esta verba praticamente igual à do ano transacto.

O investimento público para a Saúde no Plano e Orçamento, para o ano de 2009 constitui uma verba de dezasseis milhões, trezentos e trinta e um mil, cento e cinquenta e sete euros (€ 16.331.157), por modo a permitir a viabilização de muitos programas e de diversos projectos com grande interesse para os Açores.

O Projecto de implementação e operacionalização da melhoria de acessibilidade ao Serviço Regional de Saúde é uma prioridade no Plano e Orçamento para o ano de 2009, do Governo Regional dos Açores, com um investimento de dois milhões e quinhentos mil euros (€ 2.500.000).

As estratégias para a Saúde têm merecido do Governo Regional dos Açores e do Partido Socialista a maior atenção:

Continuar a aperfeiçoar as políticas de promoção da saúde e a prevenção das doenças;
Promover a universalidade e a acessibilidade de todos os cidadãos aos cuidados de saúde;

Completar a informatização base do sector na Região Autónoma dos Açores;

Fomentar as parcerias com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONG) e outras instituições;

Prosseguir com protocolos de investigação e desenvolvimento com Universidades, Hospitais e Institutos no sentido de articular a racionalização dos recursos e dos meios já existentes;

Dar continuidade às políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade;

Reforçar a capacidade de intervenção em sede de emergência médica;

Continuar os desenvolvimentos das infra-estruturas e dos sistemas de saúde. Com remodelação, ampliação e beneficiação das unidades de Saúde dos Centros de Saúde de Vila Franca do Campo e de Calheta.

O Governo Regional decidiu, também, proceder à abertura de concurso para a empreitada de construção do Bloco C do Hospital da Horta, no valor de sete milhões, trezentos e cinquenta mil euros (€ 7 350.000);

Dar início à construção do novo Hospital de Angra do Heroísmo;

Iniciar os projectos para os novos Centros de Ponta Delgada e da Madalena do Pico.

O Governo já autorizou a abertura de concurso público para a construção do novo Centro de Saúde da Graciosa, no valor de seis milhões e setecentos mil euros (€ 6.700.000).

O constante e planeado investimento na qualidade dos equipamentos nos Hospitais e nos Centros de Saúde é uma realidade do desenvolvimento de infra-estruturas e do sistema de saúde na Região Autónoma dos Açores.

Completar o procedimento do concurso público relativo à construção, financiamento e exploração do Centro de Radioterapia dos Açores, a comparticipação na construção da Unidade de Geriatria da Casa de Saúde de S. Miguel e a aquisição de terrenos para a construção do Heliporto da Calheta, da Ilha de S. Jorge, são exemplos de projectos prioritários e de grande mais valia para a nossa Região Autónoma.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Combater as dependências e consolidar o Programa de Prevenção do Mau Uso e Abuso de Substâncias Psico-activas/Drogas é outra grande prioridade do Governo Regional e do Partido Socialista.

O Programa de Apoio às Famílias, o Plano de Intervenção Precoce, manter e alargar os acordos de cooperação com instituições no âmbito do tratamento, de certeza, irão assegurar ganhos em saúde relevantes para as pessoas envolvidas e para a Região Autónoma dos Açores.

O Governo Açoriano gastou cerca de nove milhões de euros (9M€), em 2008, para apoiar os tratamentos de doenças do foro psiquiátrico e toxicod dependências ao abrigo de protocolos.

- Oito milhões de euros (€ 8.000.000) com o internamento de Psiquiatria.
- Oitocentos mil euros (€ 800.000) na área das Toxicod dependências.
- Duzentos e quinze mil euros (€ 215.000) no programa de substituição opiácea de metadona.

O Governo da Região Autónoma dos Açores pretende continuar a reforçar o investimento, dando grande prioridade e muita atenção ao Programa de Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco, no Plano e Orçamento, para o ano de 2009, com uma verba de um milhão, cento e oitenta e dois mil euros (€1.182.000).

O Plano e o Orçamento para o ano de 2009 para a saúde está bem estruturado, é equilibrado e como tal merece o total e o incondicional apoio do Partido Socialista.

O apetrechamento e a modernização dos equipamentos para as unidades de Saúde, a aquisição de viaturas para o Serviço Regional de Saúde e a aquisição de material específico para a Emergência Médica e para a Unidade de Evacuações Aéreas terão um investimento considerável, de um milhão, trezentos e vinte e sete mil euros (€1.327.000).

A formação e as iniciativas em Saúde com investimento de seis milhões, seiscentos e trinta e dois mil euros (€6.632.000) é mais um sinal da atenção especial, com visão estratégica da Secretaria Regional da Saúde, face às necessidades da Região Autónoma dos Açores.

O Governo Regional vai investir, na actualização dos Profissionais de Saúde, um milhão, cento e cinquenta mil euros (€1.150.000) no ano de 2009, essa verba destina-se à concessão de bolsas para os sectores mais carenciados e a apoiar as iniciativas de formação com interesse para o Serviço Regional de Saúde

O Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos, o Projecto de Implementação e Operacionalização da melhoria de acessibilidade ao Serviço Regional de Saúde, as Políticas de Saúde Materna, Planeamento Familiar e Incentivo à Natalidade, assim como a Promoção da Qualidade dos Serviços com Programas de Certificação da Qualidade na prestação dos cuidados de saúde e ainda a captação e a qualificação de Profissionais de Saúde para o Serviço Regional de Saúde são orientações determinantes que revelam preocupações que exigiram investimentos muito consideráveis neste Plano e Orçamento para 2009.

O Plano Regional de Saúde 2009-2012 e a sua operacionalização com acções de desenvolvimento e apoio a diversos Programas Regionais está em destaque neste documento apresentado pelo Governo Regional, agora em discussão na Assembleia Legislativa Regional.

O Programa Regional de Nutrição e Diabetes, o Programa Regional de Doenças Oncológicas, o Programa Regional de Doenças Cérebro-cardiovasculares, o Projecto de Estudo da Leptospirose, o Programa de Saúde Oral, o Programa de Saúde Mental e o Programa de Cuidados Continuados e Paliativos a Idosos terão um incremento, devido ao investimento efectuado, que se traduzirá certamente numa melhoria dos níveis de saúde da nossa população.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Regional, Exmo. Senhor Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A qualidade na prestação de serviços no Serviço Regional de Saúde é inegável e é reconhecida pela maioria dos utentes.

No quarto Inquérito Nacional de Saúde efectuado pelo Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge e pelo Instituto Nacional de Estatística (INSA/INE), a apreciação do estado de saúde na Região Autónoma dos Açores pela população residente verifica-se pela classificação de muito bom e bom por uma esmagadora maioria de sessenta e quatro vírgula três por cento (64,3%). Neste inquérito, somente nove vírgula quatro por cento (9,4%) traduz o seu desagrado, situando-se a classificação de razoável nos vinte e seis ponto três por cento (26,3%). Queria acrescentar e sublinhar que estes bons resultados são acentuados quando comparados com os valores

substancialmente inferiores obtidos pelo mesmo estudo, quando efectuados na Região Autónoma da Madeira e no Continente.

Os açorianos vivem com saúde e têm segurança no seu Serviço Regional de Saúde porque ele tem qualidade e possui padrões de excelência.

O sistema de vacinação das crianças na Região Autónoma dos Açores tem resultados excelentes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Serviço não é sistema!

O Orador: Também tenho números para o Sr. Deputado.

A avaliação do Plano Nacional da Vacinação nos Açores, incidente na taxa de cobertura de cada vacina por grupos de idades, no ano 2008, salienta que, apesar do número de vacinas teoricamente ter diminuído, registou - se um aumento das taxas de cobertura de vacinas da população infantil, sendo a taxa mais baixa de cobertura vacinal por estratificação etária, cerca de noventa e oito por cento (98%). É de realçar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda taxas de coberturas vacinais da ordem dos noventa e cinco por cento (95%).

Estamos bem e muito se deve ao empenho dos profissionais de saúde e ao nosso Sistema Regional de Saúde.

Não é por acaso que os indicadores em saúde nos Açores melhoraram sempre com a governação socialista.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Melhorou com o decurso do tempo!

O Orador: Desde o ano 2000, para não falar de 1996 (para não afectar V. Exas., porque o ano de 1996 foi muito, muito importante para os Açores) segundo a Direcção Regional de Estudos e Planeamento (DREPA) e a Direcção Regional de Saúde (DRS), o número de consultas, o número de doentes internados, os meios complementares de diagnóstico e terapêutica, o número de médicos, o número de enfermeiros têm aumentado substancialmente, em suma, os números reflectem sempre bem as boas políticas da governação do partido com liderança que é o Partido Socialista.

Há dois tipos de políticos, aqueles que fazem e aqueles que passam a vida a justificar porque não fizeram.

O investimento nas Tecnologias de Informação em Saúde, no Plano e Orçamento para o ano de 2009, é de três milhões e quinhentos mil euros (€3.500.000). Este grande aumento – cerca de cento e vinte e nove por cento (129%) – em relação ao ano de 2008, é também elucidativo da importância que o Governo Regional dos Açores dá às políticas de melhoramento das condições do Serviço Regional de Saúde (SRS), permitindo a consolidação da operacionalização do Sistema de Informatização da Saúde – Açores Região Digital (SIS-ARD) – que muito necessitamos para o progresso, para a modernidade, para a eficiência dos recursos, para a qualidade dos serviços, para o rigor dos custos e para a conseqüente e contínua elevação da qualidade da prestação de cuidados de saúde à população residente na Região Autónoma dos Açores.

O Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista conhecem o rumo para acelerar a construção de uma Região, com mais modernidade, mais conhecimento, mais responsabilidade, mais democracia, mais igualdade, mais talento, mais inovação, mais informação, mais emprego, mais oportunidade, mais progresso, mais desenvolvimento e mais saúde.

Os legisladores da bancada do Partido Socialista estão determinados na resolução dos problemas da Região Autónoma dos Açores.

Os executores da bancada do Governo estão prontos para cumprir a sua missão, implementando as medidas mais certas, mais justas e mais apropriadas para os açorianos.

O povo açoriano estará atento e avaliará mais uma vez as nossas estratégias políticas para a saúde, como fez há cinco meses, oferecendo uma grande vitória, com uma maioria de enorme importância para a estabilidade e para os Açores.

Nós sabemos que não agradamos a todos mas, temos a certeza de agradar à grande maioria das açorianas e dos açorianos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O que é preciso ainda é uniformizar critérios nos hospitais e nos centros de saúde.

Continuar a rentabilizar todos os recursos.

Potenciar as imensas qualidades que o Serviço Regional de Saúde dos Açores possui.

Continuar a avaliar todos os procedimentos em saúde.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Concordo consigo!

O Orador: Muito obrigado.

Temos que saber quem faz cinco coisas muito importantes e quem faz cinquenta coisas muito importantes, com as mesmas condições.

Avaliar todos procedimentos em saúde é uma prioridade para quem trabalha e decide. Organizar os investimentos, ordenar as despesas, equilibrar as contas são tarefas que necessitam de boas decisões e o Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores, com determinação, têm implementado as políticas mais correctas para a nossa Região que todos sabemos não é abastada.

Estamos aqui para melhorar sempre a saúde das Açorianas e dos Açorianos.

O Partido Socialista caminhará sempre com o propósito de melhorar e vai procurar ajudar sempre os que mais precisam.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quem espalha a insegurança e distribui o medo são os políticos com tiques ditatoriais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado!

O Orador: Nós os socialistas democráticos estamos aqui para legislar, planear, implementar e avaliar as nossas estratégias, revelar as nossas prioridades, para servir com democracia, justiça e transparência, todos os habitantes dos Açores porque foram eles que nos legitimaram para o fazer, atribuindo uma valiosa e responsável maioria absoluta, nesta IX Legislatura.

Em suma, a Responsabilidade, a Modernização, a Igualdade e a Democracia são sempre as nossas orientações estratégicas.

Termino sublinhando uma frase que disse na minha última intervenção nesta tribuna e julgo que nunca é demais repetir e lembrar a Vossas Excelências.

“ O dinheiro público é um bem escasso”.

Disse.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para anunciar os tempos sobranes.

Secretário: O Governo dispõe de 87 minutos, o PS de 58 minutos, o PSD de 24 minutos, o PP de 2 minutos, o BE de 6 minutos e o PPM de 26 segundos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, com esta informação vamos interromper os nossos trabalhos para almoço.

Retomamos os nossos trabalhos pelas 15 horas.

Até já. Bom almoço.

Eram 12 horas e 55 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pedia por favor que reocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 05 minutos.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tema desta minha intervenção está relacionado com um assunto perante o qual todos nos temos responsabilidades.

Eu, que na minha qualidade de deputado tenho o dever de o apresentar nesta Assembleia alertando para a sua gravidade, não devo esquecer que também tenho a responsabilidade de apresentar sugestões.

O governo, com a obrigação de tomar e desenvolver medidas adequadas que levem a melhores soluções, porque tem, ou pode ter, os meios necessários à sua disposição.

Trata-se de um problema que afecta os cidadãos e a sociedade em geral.

Afecta as famílias, e é um problema terrível para os que nele se vêm envolvidos e não sabem como dele sair.

Refiro-me ao consumo de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, que em sentido lato prefiro chamar de toxicodependências.

Nos Açores, o seu consumo faz-se de forma regular e atinge jovens adolescentes com cada vez menos idade.

A crise por que passa a família tradicional e a insegurança dos jovens quanto ao seu futuro, a par de drogas cada vez mais acessíveis e convidativas, são os ingredientes adequados à experiência de novas sensações facilmente permeáveis aos menos prevenidos.

E porque a fronteira que separa o consumo experimental do consumo que leva à dependência é muito frágil, são necessários redobrados esforços na sua prevenção.

Lamentavelmente, os planos e programas de prevenção existentes, que parecem não passar do papel, não têm tido resultados positivos.

Deputado Domingos Cunha (PS): Não apoiado!

O Orador: Os responsáveis pela sua concretização têm-se ficado pela ponta do *iceberg*, parecendo não dar importância às notícias de que o consumo e o tráfico de drogas nos Açores são cada vez maiores.

Confirma-o as grandes quantidades apreendidas pelas polícias;

O cada vez maior número de jovens detidos relacionados com os crimes de tráfico;

E o elevado número de doentes toxicodependentes a receber tratamentos nas Casas de Saúde e clínicas especializadas.

Infelizmente, para todos nós, este gravíssimo problema já criou raízes nas nossas comunidades.

Existem pais e mães desesperados sem saber a quem recorrer e sem uma orientação que os ajude.

Não sabem se devem esconder o problema quando, no início, o filho lhes diz que foi só uma vez, tornando-se completamente impotentes, quando, na grande maioria das situações o problema evolui e o filho passa a doente toxicodependente.

Não há informação disponível, nem organismo do governo que os ajude.

Facilmente se encontram traficantes que se passeiam impunemente junto de escolas, que se fazem passar por toxicodependentes quando abordados pela Polícia, escudando-se ao abrigo da uma Lei que os protege.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Diga o que é que defende relativamente a essa lei!

O Orador: É o abuso de álcool e o envolvimento no consumo e tráfico de droga que leva à delinquência juvenil e à pequena criminalidade.

E é a concentração de juventude e a falta de segurança e de vigilância nas áreas envolventes e dentro das Escolas, que leva que estas sejam o alvo preferido dos traficantes.

Qualquer adolescente pode entrar e sair de uma escola transportando drogas e álcool, ou até armas. Qualquer indivíduo tem fácil acesso às escolas básicas do 1º ciclo, Por exemplo.

Atente-se nas seguintes notícias que fizeram capa em jornais, como o Açoriano Oriental e o Correio dos Açores:

“A polícia apreendeu uma granada defensiva, que estava na posse de uma criança de 12 anos numa escola básica” – (Lagoa, Açores).

Deputado Francisco César (PS): Não havia detectores de metais nessa altura!

O Orador: “Um aluno entrou numa escola com uma arma na mala (uma carabina de zagalotes) (2008- Açores).

“Jovem é apanhado dentro da sua escola com uma dose considerada de ecstasy”.

“Um indivíduo entrou numa Escola e agrediu uma criança, um aluno com 9 anos de idade” (Aflitos, P. Delgada)

“O homem, de 40 anos de idade, entra numa escola munido de uma Catana para agredir ex-mulher” (Ponta Delgada - 2009-03-25)

São situações como estas, que já acontecem nesta Região Autónoma.

Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Ouvi e li, o discurso do Presidente do Governo quando da apresentação do programa do X Governo dos Açores. Estranhei que muito poucas palavras tivessem sido mencionadas sobre um assunto tão importante como é o consumo e o tráfico de drogas nos Açores.

Na realidade foram ditas apenas três palavras sobre este assunto.

É verdade que as medidas anunciadas sobre esta matéria no programa do Governo falam muito em aperfeiçoar estratégias e criar projectos de intervenção específica.

Também é verdade que foi criada a Direcção Regional da Prevenção e Combate às Toxicodependências, matéria que agora passou para a competência do Secretário Regional da Saúde.

Todavia, decorridos quatro meses da tomada de posse dos novos titulares, é preocupante que ainda nada se tenha visto e ouvido sobre esta nova Direcção Regional.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Não se conhece um único plano de acção, uma única iniciativa prevista.

Até o próprio site da internet, no portal do governo, nada nos diz sobre este novo organismo recém-criado.

Como podem os vários Governos Regionais Socialistas responder a uma aflição que muitas famílias açorianas sentem, quando nos vários Planos de Investimentos Públicos as verbas destinadas ao combate às Toxicodependências não passam de uns míseros 0,15% ou a 0,09 dos Investimentos aprovados?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Todos desejamos que este X Governo não padeça da mesma inacção dos Governos que o antecederam.

Os inquéritos nacionais feitos em meio escolar pelo Instituto da Droga e Toxicodependências foram sempre muito claros. Já em 2001, os Açores lideravam as maiores percentagens de consumidores de drogas no meio Escolar/3º ciclo.

E entretanto que medidas foram tomadas para, com eficácia, combater o problema?

Escondeu-se a cabeça na areia e fingiu-se que não existia.

Vale a pena por mãos à obra!

Pelos jovens destas ilhas!

Pelo futuro dos Açores!

Disse.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão inscritos para debate os Srs. Deputados Francisco César, Berto Messias, Domingos Cunha e o Sr. Secretário Regional da Saúde.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não era para intervir sobre esta matéria, mas tendo em conta as graves afirmações de um deputado...

Deputado Rui Ramos (PSD): Está a meter a cabeça na areia, Sr. Deputado. Isso é que é grave!

O Orador: ... que tem responsabilidades na direcção de uma organização política de juventude, achei que deveria fazer uma pequena anotação.

O Sr. Deputado mais uma vez optou pela crítica fácil e pela demagogia.

Queria que ficasse aqui salientado que o Sr. Deputado não apresentou uma única proposta para salientar os problemas que apontou.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Se nós quisermos, com algum esforço, tirar uma conclusão da primeira parte da sua intervenção, se essas forem as suas propostas, ainda são piores.

O Sr. Deputado disse aqui que há uma lei que protege a toxicod dependência, que há uma lei que penaliza a acção da polícia.

O Sr. Deputado lembra-se como é que era na vigência da anterior lei?

Quando um jovem era apanhado no consumo de uma droga leve poderia ir para a cadeira, para entrar em todo o círculo das drogas pesadas. Aí se vê a política do vosso partido nessa altura, Sr. Deputado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso não existia!

Isso é poesia para não chamar de demagogia!

Ninguém foi preso por consumir!

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

O Orador: Os senhores nunca admitiram isso e nunca perceberam que com esta lei conseguimos retirar muitos jovens do círculo das drogas pesadas.

O Sr. Deputado veio para aqui com o exemplo da catana, da granada, da droga...

O que é que o Sr. Deputado pretende?

Deputado Rui Ramos (PSD): Fale por si próprio. Faça um passeio pelo jardim, em frente ao liceu Antero de Quental e verá!

O Orador: O Sr. Deputado inscreva-se para participar no debate.

Deputado Rui Ramos (PSD): Não tenho tempo!

O Orador: Repito: o que é que pretende?

É que os alunos sejam revistados à entrada da escola?

Detectores de metais ou de granadas à entrada das escolas?

O senhor pretende que as entradas das escolas sejam como as dos aeroportos nas saídas para os aviões? É isso que o senhor pretende?

Se o senhor pretende isso, olhe, penso que posso falar pela nossa bancada: sobre esta matéria terá um redondo não!

Sr. Deputado, há coisas que por muito que nós possamos fazer não as conseguimos evitar.

O Sr. Deputado sabe que nos Estados Unidos há polícias nos campos universitários e há quem entre armada e mate 17 pessoas.

O Sr. Deputado sabe que as escolas nos Estados Unidos têm detectores de metais à entrada. No entanto, têm índices de violência escolar muito superiores às nossas.

E se o Sr. Deputado fala na questão da segurança nas escolas, que dizer das escolas que estão sobre a alçadas das câmaras municipais?

Tenho dito.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cláudio Almeida:

O senhor é o novo paradigma do conservadorismo nos Açores.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem! É o benjamim dos Açores!

O Orador: E para agravar esta questão há o facto do senhor presidir a uma organização política de juventude nos Açores.

Mais uma vez no âmbito daquele que tem sido o registo do PSD, o senhor tem uma visão formatada e enviesada. Aponta algumas questões, mas não apresenta uma única solução em relação a esta questão. Mas vamos discutir a toxicod dependência, vamos discutir dependências de uma forma séria.

Deputado Rui Ramos (PSD): Veja o programa de 96!

O Orador: Esta questão é uma questão civilizacional e não é de agora. Não é com os governos do PS que há a questão da toxicod dependência. Esta questão é uma preocupação desde a segunda legislatura. Já nessa altura, em 1977, havia a Comissão Eventual sobre o problema do Alcoolismo, Droga, Pornografia e Prostituição nos Açores. Este não é um problema de agora, Sr. Deputado, muito menos é um problema da responsabilidade do PS, deste ou daquele governo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Há quantos anos estão para fazer?!

O Orador: Mas deixe-me dizer-lhe mais.

Apesar dessa preocupação e apesar de termos nesta casa deputados que na altura referiram essa questão (deputados chamados Carlos César, Decq Mota) por várias vezes, havia um problema, o problema da perspectiva sobre este assunto. Havia uma perspectiva retrógrada, conservadora, ignorante que nunca encarou este problema nos Açores.

Mas vamos discutir toxicod dependência de uma forma séria,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou à espera há 3 minutos!

Deputado Rogério Veiros (PS): E há meses que a gente espera!

O Orador: ... que é o que o senhor não fez.

A luta contra a droga é um combate civilizacional. É um combate a um mercado ilícito, que vale, segundo as estimativas de Junho de 2005 da ONU, 270 mil milhões de euros (preço de rua, ao retalho), onde 4,5 milhões de europeus terão consumido cocaína em 2008 (mais um milhão do que em 2007).

Deputado Jorge Macedo (PSD): Continua a esconder a cabeça na areia!

O Orador: É um combate em que a cada momento surgem novas drogas, novas dependências, exigindo novas abordagens para as quais temos que estar preparados para enfrentar as suas consequências com firmeza e com esperança.

Esta luta é de todos!

Todos têm que contribuir para a sua minimização de danos.

Deputado João Costa (PSD): E a resposta?

O Orador: Não é o caso do PSD, muito menos da JSD e do Sr. Deputado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E a solução?

O Orador: Basta olhar para este Plano para vermos que o Governo tem uma estratégia articulada no âmbito da prevenção primária, da criação de infra-estruturas de apoio, da criação da nova Direcção Regional que vai trabalhar sobre este assunto e no âmbito dos protocolos de cooperação com variadíssimas instituições dos Açores que têm como área de intervenção a juventude, a educação e a prevenção sobre este assunto.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por isso andam às aranhas em relação à toxicodependência!

O Orador: Basta ler de forma séria, porque o assunto exige isso, o plano que está a ser discutido agora.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Quanto à lei, Sr. Deputado, o senhor toca ao de leve na lei, mas tem que explicar aqui o que é que pretende sobre essa lei.

Essa lei é uma enorme vitória do nosso país, é uma enorme vitória civilizacional. A Lei 30/2000, de 29 de Novembro, adaptada à Região pelo Decreto Legislativo 7/2001/A, define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como a protecção sanitária e social das pessoas que consomem tais substâncias sem prescrição médica.

Pergunto muito directamente ao Sr. Deputado, o que é que acha desta lei e o que é que propõe, se não concorda com esta Lei?

Além disso, os senhores fazem nesta discussão uma grande confusão.

Acontecimentos e intervenções recentes do seu partido mostram exactamente isso. Os senhores caem no erro trágico e básico de confundir toxicodependentes com criminosos.

O PS trata os toxicodependentes como doentes e como pessoas reintegráveis.

Deputada Catarina Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Os senhores tratam os toxicodependentes como criminosos.

Deputados Ricardo Cabral e Catarina Furtado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

* **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção nesta Assembleia e nesta legislatura, quero, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Presidente da Assembleia, felicitá-lo pela sua eleição, desejar-lhe maior sucesso e felicidades no desempenho das suas funções, como também aos restantes membros da mesa.

Saúdo também igualmente todas as Sras. e Srs. Deputados que, pela primeira vez, iniciam os seus trabalhos nesta Assembleia, desejando-lhes também o maior sucesso e felicidades no desempenho das suas funções.

Igualmente, cumprimento também todas as Sras. e Srs. Deputados que transitam da legislatura anterior, desejando-lhes também sucesso e felicidades nesta legislatura em prol dos açorianos.

Sr. Deputado Cláudio Almeida, acabei de ouvir com muita atenção a sua intervenção e fico seriamente preocupado vindo de um jovem com responsabilidades acrescidas, que deveria ter uma intervenção activa e participativa em toda as acções que têm sido feitas no âmbito do programa que está aprovado por resolução do Governo desde 2004, no âmbito do Programa Regional de Prevenção do Uso e Abuso das Substâncias Psico-activas – Droga.

Em todas as acções de prevenção direccionadas à população da Região, desde Santa Maria ao Corvo, e particularmente podemos centralizarmos na Ilha de São Miguel,

que creio que é a ilha onde reside, nunca vi o Sr. Deputado em nenhuma dessas acções.

Posso lembrar que a comunicação social é muito clara sobre esse aspecto. Vou citar algumas notícias sobre esta iniciativa que visa a prevenção e a promoção de estilos de vida saudáveis:

“O Governo Regional, através da Secretaria Regional da Saúde, realizou em todo o arquipélago várias acções destinadas a elucidar várias entidades sobre os apoios para a realização de acções de sensibilização contra a toxicod dependência.

“As salas onde decorreram estavam invariavelmente vazias.”

Cito outra notícia:

“Um colóquio destinado a sensibilizar para a luta contra a dependência prevista para decorrer na Escola Secundária das Laranjeiras dedicada a pais e professores, contou ontem com a presença de 4 professores, um adjunto, do Secretário Regional dos Assuntos Sociais, o Director da Escola e dois jornalistas do Jornal dos Açores.

Pais, tirando aqueles que são professores no estabelecimento de ensino, foram zero.”

Deputado João Costa (PSD): Por culpa dos açorianos!!!

O Orador: Sr. Deputado, gostaria de dizer que no âmbito deste programa, cumprindo rigorosamente o programa que faz parte da resolução que está publicada, nos últimos 4 anos as campanhas de prevenção junto das escolas, junto da população em geral, junto de todos aqueles que se interessaram e quiseram envolver-se neste projecto, foram efectivas e passo a enunciar.

Campanhas realizadas na região neste período:

- Abrangemos 56.450 cidadãos e envolvemos 108 instituições;
- Nas escolas abrangemos 23.900 alunos e 445 professores;
- Na população, em geral, abrangemos 3.762 cidadãos, entre forças da Polícia de Segurança Pública, Serviço Social, Magistrados e outros técnicos, incluindo os técnicos da saúde;
- Foram lançadas campanhas de prevenção efectiva junto das escolas: Escrever, Comunicar e Prevenir!;

- Lançou-se o programa “Tu Decides”, a título experimental para ser incluindo no programa escolar do próximo ano em parceria entre as Secretarias Regionais dos Assuntos Sociais e da Educação (actualmente Formação).

No âmbito do tratamento, foi o Governo do Partido Socialista que em 1998 criou o Centro da Didactologia, na Casa de Saúde de São Miguel e tem vindo a prestar os cuidados do tratamento destes doentes.

Mas fez mais: fez o Centro de Didactologia do Hospital de Angra do Heroísmo e actuou no âmbito do Serviço Social nos programas de reinserção e de reintegração destes toxicodependentes.

É bom não esquecer que algumas das associações não governamentais e Instituições Particulares de Solidariedade Social, envolvidas em parceria com o Governo, têm dado um contributo imprescindível numa luta que é de todos, uma luta que todos devem estar envolvidos e devem contribuir com as suas sugestões, ideias e propostas.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: O grande objectivo que o Governo do Partido Socialista tem é, de facto, avaliar o impacto deste fenómeno. Não é ignorá-lo, porque não podemos ignorar, como ninguém terá a ousadia de ignorar este processo.

Quero dizer-lhe que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o seu Governo têm assumido por inteiro as suas responsabilidades.

Assumimos e continuaremos a assumir e a afirmar que vamos tentar resolver o problema que, aliás (e é bom que se diga), em nenhum país, em nenhuma região, em nenhuma instituição, em qualquer outro lugar, tem sido possível resolver, por muitos recursos que possam existir.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Cláudio Almeida, temos, sim, de combater com muita determinação e persistência este problema e este fenómeno.

Temos que ser muito objectivos e a nossa objectividade, quer do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quer do Governo, é centrada em dois objectivos bem definidos e bem estratégicos: temos que procurar controlar o fenómeno e temos que promover minorar os efeitos e as consequências da utilização do mau uso e abuso de substâncias psico-activas – droga.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Tudo isto os Governos do Partido Socialista e o Governo têm vindo a fazer e é isto que o actual Governo e os futuros Governos do Partido Socialista vão continuar a fazer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Aí é que vai ser mais complicado!

O Orador: Sr. Deputado Cláudio Almeida, como é um jovem com responsabilidades acrescidas, vou citar duas notícias referentes à posição da JSD sobre este assunto.

A primeira foi escrita pela Sra. Deputada Carla Bretão, no Jornal União sobre uma iniciativa da JSD da Terceira, e cito:

“Por tudo isto, a proposta que a JSD/Terceira apresentou preconiza algo muito importante:...” – ouça bem, Sr. Deputado, qual era a proposta – “... vamos acabar com os traficantes que se disfarçam de consumidores.”

Se este é o vosso plano e o vosso objectivo, estamos conversados.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A segunda, foi pelo Vice-Presidente da JSD da Terceira, Hugo Lourenço, que também escreveu no mesmo jornal:

“Em relação às drogas leves, é do domínio público a minha posição: defendo a sua liberalização, comercialização e respectiva imposição de taxas fiscais, às claras e sem subterfúgios”.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É diferente o lido do não lido!

O Orador: Uma vez mais reafirmo: fiquei seriamente preocupado com a intervenção do Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Reafirmo que, quer o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, quer o seu Governo, vão continuar a encontrar estratégias para os problemas que estão identificados e que são necessários intervir.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Qual é a versão da JSD nacional sobre esta matéria?

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

* **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Cláudio Almeida:

Concordo com o senhor quando diz que a toxicodependência é um problema de todos. Concordo inteiramente! A toxicodependência é um problema comunitário e é transversal à sociedade açoriana.

No entanto, o Sr. Deputado faz um diagnóstico demasiado alarmista da situação que se passa actualmente, com a qual eu não concordo.

Não apresenta qualquer solução ou qualquer proposta para dinamizar a solução deste problema.

Gostaria de lhe propor duas acções: uma é aprovar o Plano de 2009 que está a ser proposto, já que representa um aumento de 69% nas verbas destinadas à prevenção e tratamento a comportamentos de risco.

Posso enumerar os inúmeros objectivos que estão nesta acção, que está genérica e percebo que seja de difícil leitura.

No âmbito da prevenção, queremos dar continuidade à prevenção realizada através das Comissões de Dissuasão da Toxicodependência.

Queremos ainda elaborar um estudo de diagnóstico da Região em matéria de drogas e toxicodependências actualizado.

Queremos desenvolver um plano integrado de intervenção precoce.

Queremos consolidar o Programa Regional de Prevenção do Mau Uso e Abuso de Substâncias Psico-activas – drogas.

Queremos ainda criar projectos de intervenção específica em zonas de risco e meio escolar.

Queremos ainda criar um Centro de Reabilitação e tratamento de Jovens com menos de 18 anos, garantir a todos o tratamento com opiáceos de substituição, garantir a todos os utentes tratamento de substituição, casas de saúde, instituições privadas.

Queremos ainda garantir o tratamento em todas as ilhas, utilizando como suporte as Unidades de Saúde.

Queremos dar continuidade aos acordos com instituições que desenvolvam acções no âmbito do combate e tratamento às dependências.

A nível das campanhas de sensibilização, queremos fazer uma campanha de sensibilização ao tratamento onde sejam envolvidos todos os intervenientes, quer directa ou indirectamente, consumidores, familiares, amigos e técnicos de apoio.

Queremos ainda preparar de forma sistemática e articulada com todos os sectores, o tratamento da comunidade terapêutica a nível da reabilitação psico-social, reinserção pessoal, social e profissional.

Aprovando o presente plano estão tomadas as devidas acções para minorar o problema que assola neste momento a sociedade açoriana a nível das toxicodependências.

A segunda opção que o Sr. Deputado poderia ter seria no sentido de convencer o município, onde o Sr. Deputado vive, a desenvolver e a elaborar um plano municipal contra os comportamentos de risco.

Esta Direcção Regional está disponível para assessorar tecnicamente. Aliás, já está a fazê-lo aos municípios de Angra do Heroísmo, Praia da Vitória, Ribeira Grande, Horta e Vila Franca do Campo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

* **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou ser muito sucinto porque tenho pouco tempo.

No início do ano de 2008, em São Jorge, o Presidente do Governo Regional anunciava que as questões de toxicodependência e o álcool não têm tido o devido sucesso por parte do Governo Regional.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado José Lima (PS): Isso é coerência!

O Orador: O próprio Presidente do Governo Regional é o primeiro a dizer e a afirmar.

O que os senhores fazem é apenas esconder a cabeça na areia. Em muitas palavras, não vê actos.

É óbvio que temos soluções que podem minimizar o problema das toxicodependências, mas isso compete ao Governo Regional. Ele é que tem a obrigação de apresentar essas soluções, mas isso os senhores não entendem. Os senhores é que foram mandatários para apresentar soluções às populações.

Deputado Francisco César (PS): Quais são as soluções apresentadas pelo seu Grupo Parlamentar?!

O Orador: Mais uma vez, este Governo Regional, em termos de toxicodependência, não tem tido o efeito que se pretende.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD pode e deve fazer oposição. Agradecemos que a faça, porque além de um direito que lhe assiste, é um dever, mas essa oposição tem que ser feita de forma séria, construtiva e proponente, que é coisa que não se viu.

O que fica para a história deste debate é o seguinte:

Aquilo que diz o Governo sobre este assunto é uma perspectiva séria e proactiva para resolver os problemas que infelizmente assolam algumas famílias açorianas sobre esta matéria.

O PSD confunde conceitos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Alguns são confundíveis, outros não!

O Orador: ... confunde toxicodependentes com criminosos. Tem uma visão retrógrada.

O Sr. Deputado Cláudio Almeida não respondeu à questão que levantei. Não disse o que é que o senhor e o seu partido defendem nos Açores.

Quando disse naquela tribuna que a lei actual é muito permissiva, não responde sobre o que é que acha e de que forma essa lei 30/2009 deve ser revista. Isso é que fica para a história.

Mais uma vez não respondeu.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Domingos Cunha.

*** Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros dos Governo, Sr. Deputado Cláudio Almeida:

De facto, o Sr. Presidente do Governo fez essas afirmações. Aliás não são mais do que aquilo que acabei de esclarecer, porque já assumimos que não resolvemos este problema, mas não nos demitimos de encontrar as melhores soluções e estratégias para obviar este grave problema que é o mau uso e abuso das substâncias psico-activas – droga.

Volto a repetir aquilo que afirmei na minha primeira intervenção: não conheço nenhuma região, nenhum país, nenhuma instituição, por muitos recursos que tenha, que consiga ter invertido esta problemática.

Volto a afirmar que a política do Governo do Partido Socialista, apoiada por este Grupo Parlamentar, baseia-se na estratégia e nos estudos, quer internacionais, quer nacionais, que apontam que devemos, sim, controlar este fenómeno e devemos minorar os seus impactos, os seus efeitos e consequências junto dos consumidores.

É aqui que temos que intervir e é aqui que o Governo apresentou, e muito bem, pelo Sr. Secretário Regional da Saúde, as iniciativas que estão programadas para esta legislatura para conseguirmos atingir os nossos objectivos.

Por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e por parte do Governo tem a garantia que irão ser cumpridas, como sempre foram, as promessas prometidas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

*** Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros dos Governo:

Os senhores andaram 12 anos a enganar e agora não há remendo suficiente que dê para tapar o buraco.

Era apenas isto que gostaria de deixar registado.

É lamentável, porque quem fica a sofrer são as famílias.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputada Nélia Amaral (PS): As associações que andam a trabalhar nessa área vão gostar muito de saber que é essa a sua perspectiva.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O sector agro-florestal açoriano, no último decénio, verificou significativas alterações, com impacto positivo na generalidade dos seus indicadores de referência.

No modelo de desenvolvimento desenhado para este sector, definiram-se programas e executaram-se as suas medidas e acções concretas.

Em resultado da estratégia adoptada e do investimento concretizado no sector, foram melhoradas as infra-estruturas do ordenamento agrário, com benefício para as condições do trabalho agrícola, para a redução dos custos da exploração agrícola e para o reforço do rendimento dos produtores.

Simultaneamente, registou-se uma evolução favorável na estrutura fundiária, em consequência da confiança gerada nos produtores pelo investimento público realizado, que induziu os seus próprios e importantes investimentos, que foram potenciados com medidas complementares, como a das reformas antecipadas, a instalação de jovens agricultores, o sistema de apoio à compra de terras e os resgates leiteiros, entre outras.

Em consequência da estratégia adoptada para a área produtiva, temos hoje menos explorações agrícolas, numa redução de cerca de 40%, redução que foi acompanhada por um crescimento generalizado das produções (só no leite crescemos mais de 40%) e também pelo crescimento da dimensão média das explorações que mais que duplicou.

Se olharmos para a informação estatística que se encontra disponível nas publicações do INE (Instituto Nacional de Estatística) e que permite a análise da evolução do rendimento das explorações agrícolas, verificamos que, no período que decorreu entre 1999 e 2005, a margem bruta por exploração quase duplicou nos Açores

(94,7%), a margem bruta por superfície agrícola utilizada cresceu 26,6% e a margem bruta por unidade de trabalho/ano aumentou 93,9%.

A par da atenção dada à área produtiva, foi executado um amplo plano de modernização das estruturas agro-industriais.

No subsector do leite, com as fábricas de queijo da FINISTERRA e da UNIQUEIJO em S. Jorge, que brevemente serão inauguradas, encerra-se o ciclo de investimentos de base na indústria leiteira açoriana.

Com as novas unidades de transformação de leite, que mobilizaram importantes recursos, cumprimos com os mais modernos e exigentes critérios hígio-sanitários e ficamos em condições de apresentar ao mercado bons produtos lácteos, aproveitando o leite de qualidade que é produzido nos Açores.

Igualmente em consequência destes investimentos, foi garantida a instalação de uma capacidade de transformação que absorve, com margem de segurança, toda a produção existente em cada ilha e os seus crescimentos futuros.

Por outro lado, olhando para a evolução registada na produção e venda de produtos lácteos, verificamos que nos últimos 10 anos, não obstante o crescimento de 40% do leite produzido, a Região manteve estável a produção de leite em pó, observou um leve crescimento na produção de manteiga e cresceu 85% na produção de queijo, 129% na produção de iogurtes e passou de 17 milhões para 83 milhões de litros de leite UHT, dados que representam uma progressão importante na valorização da cadeia de valor do leite.

No subsector da carne, o investimento público realizado nas estruturas de abate foi essencial ao novo paradigma em que hoje vivemos.

Para além das novas oportunidades de negócio que gerou, nomeadamente com o início do processo de comercialização da carne em formato de consumo, só nos últimos três anos a exportação de animais vivos diminuiu mais de 30% e os abatidos para consumo cresceram mais de 34%.

Esta recente evolução na produção e comercialização da carne demonstra que nos tornámos mais eficazes e competentes nesta cadeia de valor, invertendo o tradicional processo de venda em vivo, fomentando a criação de riqueza e de postos de trabalho e garantindo a presença de carne dos Açores junto dos consumidores.

No segmento florestal, e em igual período, foram florestados, reflorestados e melhorados cerca de 4.000 hectares de povoamentos florestais.

Estes valores revelam um crescimento das áreas florestais, apesar do aumento das produções pecuárias que lhes são concorrenciais.

Nas áreas da diversificação agrícola, os indicadores existentes também revelam uma evolução favorável.

A título de exemplo, na fruticultura e floricultura, a produção tem crescido e, num e noutro caso, mas mais no da floricultura, ela já representa uma interessante força de exportação.

Isto revela que o esforço feito nas ainda pequenas e alternativas actividades agrícolas, começa a dar os seus frutos, principalmente quando os seus agentes lhes associam novos modelos orgânicos que têm, aliás, sido apoiados pelo Governo e que representam um bom contributo para organizar, concentrar e preparar tais produções para o mercado, com vantagens na dimensão crítica, na criação de marcas e na logística de distribuição e comercialização.

Esta boa evolução do sector agro-florestal açoriano tem condições para prosseguir e ser aprofundada neste novo período de programação recentemente iniciado.

Na realidade, no decorrer da última legislatura, tivemos a oportunidade de definir novas orientações estratégicas para o nosso sector agro-florestal, o que fizemos em diálogo com os agentes do sector, que nos ajudaram na concepção e definição dos programas operacionais que estão em vigor.

No âmbito do novo programa de desenvolvimento rural dos Açores, que se desenvolve em dois eixos complementares – o aumento da competitividade do sector agro-florestal e a valorização do mundo rural, são prioridades do Governo:

- O reforço do investimento nas infra-estruturas do ordenamento agrário;
- O apoio aos projectos e estratégias de modernização das explorações agrícolas e do seu redimensionamento;
- O apoio às iniciativas integradas de valorização dos produtos agrícolas;
- O incentivo à melhoria da qualidade de vida e às acções de diversificação e de valorização da economia rural.

Na área das unidades de transformação do subsector do leite, serão apoiados os projectos de inovação, com vista à criação de novos e mais valorizados produtos, em compromisso de uma maior interligação dos seus agentes.

No subsector da carne, serão executados os investimentos que melhorem a operacionalidade das estruturas de abate e que melhor respondam às novas necessidades que a grande alteração em curso determina. Refira-se, repito, que os abates para consumo cresceram mais de 34% nos últimos 3 anos em simultâneo com o decréscimo de cerca de 30% nas expedições em vida, realidade que também testemunha o reforço do rendimento dos produtores por via dos prémios ao abate.

A área florestal continuará, por outro lado, a merecer o investimento público na melhoria e requalificação das reservas Florestais de Recreio, na manutenção e melhoria da sua extensa rede de caminhos rurais e florestais, no reforço da produção de plantas destinadas aos processos privados e públicos de florestação e reflorestação e no apoio aos projectos privados de investimento florestal.

Nos domínios da diversificação agrícola e em consequência da resposta positiva dos produtores que aderiram às iniciativas empreendidas para a sua dinamização, serão, agora, apoiados os projectos de constituição de centrais horto-fruti-florícolas destinadas à concentração das produções, à sua preparação para venda e a processos de aproveitamento industrial de excedentes ou de produções sem condições ou formato de mercado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A par destas novas estratégias para o sector agro-florestal açoriano, as Orientações a Médio Prazo e o Plano de Investimentos ora em análise nesta Casa, permitem, ainda, desenvolver várias acções transversais ao sector, como sejam:

- O aprofundamento da Formação Profissional Agrária, que entre 2006 e 2008 levou a efeito 110 cursos dirigidos a 1472 agricultores açorianos e 33 acções dirigidas a 900 técnicos do sector;
- A melhoria da sanidade animal e vegetal e da qualidade das produções, que será exponenciada com os novos Laboratórios Regionais de Veterinária e de Enologia, e da requalificação e melhoria do Laboratório de Sanidade Vegetal;

- O reforço das acções de rastreabilidade dos produtos agro-alimentares, que garantem a qualidade alimentar, a defesa da saúde pública e o seu prestígio é também uma das medidas transversais a serem aprofundadas;
- A cooperação com centros de conhecimento, de investigação agrícola e universidades, alargando o âmbito da intervenção já garantida por mais de uma dezena de protocolos em execução; e
- A divulgação e promoção dos produtos açorianos de origem animal e vegetal, através da melhoria das condições de exploração, da participação em feiras e certames, no apoio às condições de acesso aos mercados e das iniciativas de promoção dos agentes económicos e sociais, bem como através da continuação do plano institucional de marketing.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Os instrumentos de programação submetidos à vossa apreciação – as Orientações a Médio Prazo e o Plano de 2009 – materializam a garantia de uma boa execução da estratégia de desenvolvimento definida para o sector agro-florestal.

Com a execução das acções previstas em tais documentos, criam-se as necessárias condições para um novo impulso no bom contributo do sector agro-florestal para o desenvolvimento dos Açores.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos os Srs. Deputados Luís Paulo Alves e Duarte Moreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

Deputado António Ventura (PSD): É alguma pergunta combinada?

* **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Parece que incomoda aos Srs. Deputados que se fale de agricultura, mas vamos ter que falar disso.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Atravessamos um momento difícil no mundo, à escala global, que só pode, segundo todos os analistas, ser ultrapassado com respostas globais.

No nosso sector, os preços nunca desceram a um nível tão baixo e todos os indicadores do mercado estão no vermelho.

Nos Estados Unidos, Alemanha e França e por todo mundo, o sector do leite e dos lacticínios está sobre fortíssima pressão estando mesmo a entrar em *crash* nalgumas partes onde não só os preços desceram para níveis completamente insustentáveis, como a própria recolha de leite, em certos raios leiteiros, começou a ser abandonada.

Sabemos de igual modo que no Conselho de Ministros da Agricultura, no último dia 23 de Março, Portugal acompanhado de outros 5 países, entre eles a Alemanha e a França, não conseguiram introduzir a discussão das medidas tomadas no âmbito *healthcheck* da PAC.

Portanto, continuamos sujeitos ao percurso do *phasing out* do desmantelamento do sistema de quotas e à sua pilotagem política que se prevê em 2010 e em 2012, contrariando a proposta inicial da Comissão que não pretendia interferir no domínio das decisões de 2003.

Face a este contexto, Sr. Secretário, a estas duas situações, a crise global de mercados que invariavelmente nos atinge e à evolução do *phasing out* para a abolição do sistema de quotas em 2015, que estratégia e que resposta tem o Governo para dar aos agricultores e aos agentes das fileiras agro-industriais para enfrentarem com sucesso este período de enorme recessão sobre o nosso sector?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

*** Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Luís Paulo Alves:

Não há na Região, como no país, como em nenhuma parte da Europa qualquer entidade, por mais dotada que esteja de recursos técnicos e financeiros, que num

passo de mágica consiga resolver os problemas de mercado que hoje existem em consequência da recessão a nível mundial.

A posição do Governo Regional nesta matéria, face ao cenário de desmantelamento do regime de quotas, tem sido a de afirmar a posição que os Açores têm defendido permanentemente e perante todas as instituições: a defesa do regime de quotas, se possível, para além de 2014/2015.

É bom também que se saiba, diga e repita-se, que a decisão do desmantelamento do regime de quotas foi tomada em 2003 e que nós precisamos de ter, como aliás foi dito pela Sra. Comissária, a avaliação dos impactos, do ponto de vista social, económico e ambiental.

Esta avaliação, a Comissão Europeia comprometeu-se a fazê-la e deverá fazê-la para que em 2010, na nova apreciação que vai haver sobre essa matéria, se possam tomar, em consciência uma boa decisão.

Mas até lá, e na previsão desta possibilidade, o Governo Regional tem uma posição que foi concertada com todos os agentes e parceiros do sector e que, aliás, mereceu a aprovação unânime de uma resolução desta casa em Fevereiro de 2008.

É esta resolução que nós vamos continuar a defender em todas as oportunidades e perante todas as entidades.

Face à degradação dos mercados, o Governo tem que apostar. Tenho também que referir que a estratégia que foi montada de alguns anos a esta parte, vem dar razão aos Governos do Partido Socialista, porque, face a essas dificuldades, precisamos de aumentar a competitividade das nossas explorações. Precisamos continuar a investir no redimensionamento das nossas explorações (refira-se que, em 10 anos, elas mais que duplicaram na sua dimensão); precisamos continuar a investir, e muito, na modernização das nossas explorações. Se olharmos para o plano a verba de acompanhamento público, do investimento privado, dos produtores nas suas explorações cresce exponencialmente.

Temos que continuar a ter na região o gasóleo agrícola aos índices que se encontram, comparativamente ao Continente ou ao restante do país; temos que continuar a apoiar os fertilizantes e os correctivos de solos; temos que apoiar o desempenho técnico,

económico e financeiro das nossas explorações e as linhas de crédito, nomeadamente o fundo de maneio, que foram negociadas e já publicadas (são um bom instrumento!). Também temos que ter a consciência que vamos renovar a resolução de apoio suplementar aos cereais, porque é uma forma de ajudar as nossas explorações agrícolas.

Mas não se ficam por aí as preocupações que o Governo tem que ter nesta matéria.

O Governo também tem a obrigação e o dever de apoiar a eficiência do sector da transformação, apoiando nesse caso, como está dito no plano e como já foi dito várias vezes pelo Governo Regional, as indústrias em processos de inovação de maior valor acrescentado e apoiar os processos de integração económica e comercial das nossas unidades industriais e da sua reestruturação financeira, o que aliás tem sido feito ao longo dos últimos anos um pouco por todas as ilhas e, em particular, por aquelas que apresentam maiores necessidades.

Por outro lado, temos que desenvolver e aprofundar todas aquelas acções que também já iniciámos de produção, divulgação, valorização no mercado dos nossos produtos no agro-alimentar açoriano.

Muito obrigado.

Presidente: Creio não existirem mais inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os últimos dados macroeconómicos da Região Autónoma dos Açores, demonstram que a Região continua a ter uma evolução global favorável, tendo o sector primário um importante, diria mesmo, decisivo, papel na economia Regional. A verdade, é que o sector primário, não obstante ser um sector muito exposto a variáveis que não são possíveis de controlar, como a crise internacional por que passa o mundo, representou, no ano de 2007, 11,1% do Valor Acrescentado Bruto Regional, ou seja, 318 milhões de euros, muito graças à sua produtividade, o que é, por si só, o melhor indicador do acerto da estratégia e das medidas levadas a cabo nos últimos 12 anos.

A importância que o sector possui para a Região, está bem vincada na aposta que os Governos do Partido Socialista têm atribuído ao mesmo, como pode ser comprovado pelo investimento directo e indirecto (através dos programas e incentivos ao investimento privado) efectuado ao longo dos últimos 12 anos, e que passaram, entre outros, por:

- Uma forte aposta no incentivo à modernização da indústria de lacticínios, sendo o caso mais recente o investimento na nova unidade da ilha de São Jorge;
- Um investimento, sem comparação, na rede regional de abate, que ultrapassou já os 46 000 000€, com novas unidades de abate em quase todas as ilhas, o que permite, agora, pensar-se em outras formas de comercialização da nossa carne;
- Melhoria das condições de trabalho dos agricultores traduzida pela construção de 246 Km de novos caminhos no período de 1997/2008, o que representa 10 vezes mais do que no período de 1990/1996;
- Reparação de mais de 800 km de caminhos florestais, entre 1997/2008, mais de 126% no que no período 1990/1996;
- Distribuição de água às explorações agrícolas, passando de 0 em 1990/1996, para 2600 explorações, entre 1997/2008.

Mas nem só de betão e construções, constituiu a aposta efectuada na agricultura da Região, muitas outras medidas e apoios foram realizados, contribuindo para a modernização do sector, para a evidente melhoria das condições de trabalho dos profissionais da agricultura e pecuária, e para o seu rendimento.

- O Apoio à compra de terra, através dos programas SICATE/RICTA;
- O benefício fiscal ao gasóleo agrícola, muito inferior do que no Continente;
- A aposta em programas de incentivos ao investimento de jovens agricultores e nas explorações, tendo os Açores a mais elevada taxa do país, de jovens na agricultura;
- A defesa, intransigente, do rendimento dos agricultores, através das medidas a favor das produções animais e vegetais, no âmbito do POSEI, e que veio reforçar, de forma significativa (mais de 70%), os montantes das ajudas, e que introduziu novos apoios.

Permitam-me aqui abrir um parêntese. Diga-se a respeito dos apoios, para repor a verdade, que no ano 2008-2009, foram já pagos cerca de 53,2 milhões de euros, e só

por desconhecimento absoluto das regras comunitárias e dos calendários de pagamento ou por demagogia pura ou má fé, se continua a insistir neste não facto;

Continuando:

- As ajudas à melhoria da capacidade de acesso aos mercados com um subsídio atribuído, no ano de 2008, de 977.443,35€;
- Ajuda à comercialização dos produtos frescos ou transformados, destinados à comercialização no mercado exterior, incentivando assim a procura de novos mercados;
- O apoio à promoção de produtos Açorianos;
- As medidas a favor do aumento do valor dos produtos Agrícolas e Florestais, com uma continuidade, agora reforçada, no âmbito do Prorural;
- A aposta, ganha, e internacionalmente reconhecida, na melhoria do estatuto sanitário do efectivo pecuário da Região, que reduziu para valores inferiores a 0,6% a taxa de incidência da brucelose, em animais, sendo que actualmente a doença está erradicada em 8 ilhas;
- O Plano Global de Sanidade Animal, com um vasto programa de análises de despiste de doenças da produção, com a informação e vulgarização das medidas a aplicar e no apoio aos agricultores, coloca os Açores ao melhor nível sanitário da Europa;
- A aposta na formação profissional, tendo-se realizado mais de 450 cursos, envolvendo cerca de 6.500 agricultores, entre 1997/2008, o que representa um aumento de 150% e de 144%, respectivamente, em relação ao período de 1990/1996.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Seria necessário muito mais tempo, para continuar a enumerar as iniciativas e as medidas tomadas pelos governos do PS, em matéria de agricultura, medidas essas que tiveram um impacto positivo no sector, como demonstram os mais recentes indicadores, e para referir apenas alguns:

- Aumento significativo da área média por exploração, e a consequente melhoria da estrutura fundiária das mesmas;

- Aumento substancial da produtividade alcançada em termos de dimensão económica por unidade de trabalho ano, que é cerca de três vezes superior à média nacional;
- Aumento significativo da Margem Bruta por exploração, resultante por um lado do aumento da produção de carne e do aumento da produção leiteira e, por outro, do aumento das ajudas unitárias à produção;
- Aumentou a oferta de produtos agrícolas, fruto da aposta na diversificação.

Não obstante este quadro globalmente positivo, sabemos que nem tudo está feito, sabemos que o sector possui desafios importantes a ultrapassar, estando à cabeça, o eventual desmantelamento do sistema de quotas leiteiras, a mudança de paradigma na comercialização da nossa carne, a fidelização de mercados para os produtos tradicionais e para os da diversificação, desafios esses, que vão exigir, de nós, de todos nós, mas também das organizações de agricultores e industriais, um grande esforço, empenho e concertação de posições.

É por esse facto, que as orientações de médio prazo, 2009-2012, contemplam um conjunto de objectivos e metas, que visam garantir a melhoria da competitividade do sector, a valorização do mundo rural e o rendimento dos agricultores. A continuação da aposta na reestruturação fundiária, com investimentos significativos na melhoria das acessibilidades às explorações, no abastecimento de água e de energia eléctrica, continuando a melhorar as condições de trabalho e a diminuição dos custos à produção, bem como nos investimentos em infra-estruturas de abate e do novo laboratório regional de veterinária;

A continuação da aposta, estratégica, na sanidade animal e vegetal, na segurança alimentar e no bem-estar animal, melhorando o já elevado nível nestas áreas;

A Investigação, a experimentação, a formação e divulgação agrária, são um pilar fundamental na estratégia a levar a efeito, reforçados pelos serviços de gestão e aconselhamento às explorações agrícolas e alicerçados por diversos protocolos de colaboração com institutos e universidades;

A continuação e o reforço, do apoio às organizações de produtores, como uma via para a criação do volume crítico e da qualidade, essenciais para a comercialização dos produtos e a sua fidelização junto dos potenciais consumidores, sendo de

destacar, a importância que estes apoios terão para o todo regional e em particular para as ilhas da coesão;

O reforço dos incentivos aos projectos de modernização das explorações, por um lado, e de unidades industriais, por outro, entre elas destaco o apoio à implementação de centrais horto- frutícolas, como factor de dinamização da diversificação da produção e oferta agrícola;

O apoio ao escoamento das produções regionais, alicerçados na promoção interna e externa dos seus produtos, através do Plano Operacional de Marketing, da construção de parques de exposições, fomentando a qualidade na produção e o incentivo ao consumo, constituem outra área de intervenção prioritária;

Será dada continuidade aos investimentos nas nossas florestas, onde se destaca a criação do centro de multiplicação de plantas e um projecto-piloto de gestão florestal sustentável, apostando em simultâneo, nos recursos cinegéticos da Região, destacando-se a produção de espécies cinegéticas e piscícolas para repovoamentos, numa estratégia ambientalmente sustentável e economicamente potenciadora de riqueza.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estas orientações de médio prazo estão reflectidas no Plano e Orçamento para 2009, onde se prevê um investimento global de 156.115.828 €, o que representa um aumento de 14% relativamente ao ano de 2008.

Das acções previstas, no Plano e Orçamento para 2009, destacamos, do programa 7 (Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal), com uma dotação de 122.263.924 ME, em que se prevê, entre outros, os investimentos:

- Apoio ao investimento nas explorações agrícolas, com uma dotação de mais de 14ME, num aumento de 77% relativamente ao ano de 2008;
- Na reestruturação fundiária, com a criação de perímetros de ordenamento agrário,
- No Abastecimento de água, caminhos agrícolas e rurais e electrificação;
- O novo laboratório regional de veterinária;
- O início dos trabalhos de edificação dos parques de exposições de São Miguel e Terceira, Faial, São Jorge e Pico, bem como os estudos técnicos para outras ilhas;

- A aposta na formação e qualificação agrária;
- O apoio à indústria agro-alimentar;
- O lançamento do plano operacional de marketing, já anunciado e entretanto colocado em execução;
- Os serviços de gestão e aconselhamento agrícola, com uma dotação de 885.683,00 €, num aumento de 786%.
- A vulgarização e extensão rural, com uma dotação superior a 1.300.000€.
- A promoção de produtos açorianos com uma dotação de 1.700.000€.

Ao nível do programa 8 (Valorização do mundo rural), com uma dotação superior aos 33.000.000 ME, pretende-se apoiar a diversificação de actividades nas explorações e no mundo rural, que complementem o rendimento agrícola, preservando as características e os valores do nosso património natural, edificado e humano, mas assente nos conhecimentos e nos padrões de vida da modernidade.

A actividade agrícola, sendo uma actividade difícil, sempre foi, e continuará a ser, um pilar do nosso desenvolvimento, foi, e continuará a ser, um sector que terá toda a atenção do Governo Regional, como é notório pelos documentos aqui em discussão.

Ao contrário dos nossos adversários políticos, que mais não fazem do que “berrar” em voz alta, fazendo lembrar aquela carroça que faz um enorme barulho na calçada, por estar vazia, o PS e o Governo Regional, apresenta as medidas, aplica as políticas e trabalha, para garantir a sustentabilidade do sector primário e agro-industrial dos Açores, sem fazer alarido, porque temos a força e a convicção que trilhamos o caminho certo.

Temos hoje uma agricultura mais moderna, mais competitiva, com melhores condições de trabalho, mais organizada, mas não estamos acomodados, temos a ambição, uma nova ambição, de continuar a trabalhar para a melhoria do sector e para o rendimento dos agricultores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, por ser a primeira vez que intervenho nesta tribuna, que envie uma mensagem de optimismo para a ilha que me elegeu, Santa Maria, referindo que o actual plano, com um investimento previsto de quase 33 ME, ser um plano

ambicioso, o que irá permitir um incremento quantitativo e qualitativo, no seu desenvolvimento, sendo ainda um plano que apela à participação e empenho, não só das entidades públicas, Regionais e Locais, mas também da sociedade civil, das empresas, das associações, da população em geral e dos jovens em particular, a quem lanço daqui o desafio de saber bem utilizar, as medidas, as iniciativas e as verbas, colocadas à disposição neste Plano, numa atitude empreendedora e pró-activa, podendo contar com o apoio dos deputados do Partido Socialista e do Governo Regional, para o desenvolvimento de Santa Maria.

Disse!

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para debate, passamos para a próxima intervenção.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Planos são um conjunto de intenções, sempre foi assim, contudo a diferença, agora, reside no facto dos Planos serem cada vez mais intenções que demoram a encontrar a realidade.

Estamos na presença de mais um Plano para a Ilha Terceira.

Todavia, nada de novo pela frente, um conjunto de expectativas, as mesmas que caem no final de cada ano.

Senão vejamos.

O novo hospital de Angra continua como está, ou seja, ainda não passou do papel e está a envelhecer no papel. Tem saltado de plano em plano, de discurso em discurso e ainda não saltou para a construção.

Deputados Mark Marques e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O Parque de Exposições é uma situação caricata. Todos os anos é anunciado no discurso de inauguração das sucessivas Feiras Agrícolas. O Governo Regional vem dizendo que no ano seguinte é que vai ser, fazendo parecer que é algo de novo que está pela primeira vez a ser dito.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: A propósito o que dirá o Secretário da Agricultura este ano. Vai pedir desculpa pelo que disse o ano passado ou vai anunciar outra vez que para o ano é que vai ser. É melhor não arriscar.

Poderia continuar, com um rol de estruturas e acções “saltitantes” e que estão em “banho-maria”, o Laboratório de Veterinária, a Biblioteca Pública, o Terminal de Carga da Aerogare Civil das Lajes, a Geotermia ou, ainda, o Parque Temático.

Mas, falou-se aqui de obras supérfluas.

Ora, a requalificação da Via Rápida, tal como está ser realizada, desfigurou a Ilha e disso não tenhamos dúvidas.

Aquilo não era preciso daquela maneira, precisávamos de melhoramentos no piso, melhor sinalização, um cordão central, mais rotundas, entre outros beneficiações.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porém, pontes quer para a circulação de manadas que já praticamente não existem quer para viaturas, como a existência de espaços amplos de estrada que não são usados, fazem, nesta parte, o supérfluo da obra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Para mais, temos um mau asfalto nesta estrada, já surgiram os novos buracos numa nova estrada. O piso está irregular e bastou chover para aparecerem os primeiros buracos.

Deputada Carla Bretão (PSD): Muito bem!

O Orador: Buracos que igualmente foram feitos nas canalizações da água para o abastecimento humano no decorrer desta obra.

Bom, mas a este respeito da Via Rápida também gostava de obter, hoje, a resposta a duas questões que, até agora, os Deputados da Ilha Terceira desconhecem, porque o Governo simplesmente não quer responder aos nossos requerimentos.

Gostava de saber para quando está prevista a conclusão desta obra é que passou de Outubro de 2008, para Março de 2009 e depois para Agosto de 2009.

E gostava de saber qual o valor correcto previsto, dado que existem, até ao momento, declarações contraditórias entre Deputados do PS e o Governo Regional.

No Plano deste ano está inscrito uma verba de 11.606,413 Milhões de euros. Será esta quantia suficiente?

O dinheiro supérfluo desta requalificação poderia ter sido aproveitado em tantas obras e medidas, desde logo, o Concelho de Angra é dos mais carenciados em médicos de família.

Ou, por exemplo, na incineradora do matadouro da Ilha Terceira que não funciona, será que alguma vez funcionou? Em consequência os resíduos são depositados no aterro sanitário com todos os perigos de saúde pública daqui resultantes.

Vive-se na Ilha um sentimento de depressão, vive-se um grande desânimo quanto ao presente e num grande medo quanto ao futuro.

A actividade económica e social da Ilha carece de acompanhamento e de estudos prospectivos ainda mais numa época de crise.

A questão reside em saber determinadas situações, como sejam, a evolução do tecido empresarial da Ilha ou como potenciar a ciência – sim, porque possuímos um Departamento de Ciências Agrárias.

Qual a dimensão da Terceira agora e amanhã, para que exista um progresso inclusivo e não exclusivo da sua gente e do seu território ao nível social e económico.

Não encontro neste plano respostas a estas e outras preocupações, as coisas vão acontecendo.

Mas, podemos referir-nos, identicamente, à situação social que está pior, na Terceira, com os novos desempregados e os novos pobres. As pessoas contam os cêntimos e aumentou a procura de bens alimentares nalgumas Instituições.

E podemos identicamente referir-nos ao serviço de transporte aéreo que não é adequado e eficiente para a Terceira, pelo que é necessário implementar um serviço que sirva a Ilha.

Assim, vamos nós. Este Plano não é motivo de satisfação, porque não garante a realização das intenções.

E a prova reside nos seus antecessores.

Na execução financeira da Ilha Terceira do Plano de 2007 foi utilizado 77.798,117 Euros contra os 116.492, 842 aprovados, isto é, os milhões emagreceram bastante. Portanto milhões no papel não é sinónimo de milhões utilizados.

Deputada Carla Bretão (PSD): Muito bem!

O Orador: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo:

Pior do que a crise é haver um Governo que contribui para a crise.

Esta é uma afirmação que está a encontrar eco na Agricultura Açoriana.

Senão repare-se:

Em época de crise os apoios ao investimento devem estar rapidamente disponíveis.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Até agora ainda nenhum Agricultor beneficiou dos apoios comunitários ao investimento.

Em época de crise as ajudas comunitárias são antecipadas e não se deixam os Agricultores sem saberem quando vão receber. Os Agricultores exigem, no mínimo, que sejam indicadas as datas de pagamento das ajudas, pois só assim podem planear os seus pagamentos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Em época de crise, pelo menos, em época de crise, a Administração Regional deve ser célere, por exemplo nos controlos das ajudas comunitárias. Situação que tem provoca atraso nos pagamentos.

Em época de crise estabelecem-se medidas para amortecer o fim das quotas leiteiras ou eventuais mudanças deste sistema.

Mais uma vez o Governo vai reagir em vez de prevenir.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Em época de crise o Plano e as Orientações a Médio Prazo deveriam um contemplar um conjunto de inovações que permitissem a adaptabilidade do Agricultor e das Agro-Indústrias.

Em época de crise os senhores teimam, mais uma vez, em deixar os preços aos Produtores mas, principalmente, aos consumidores sem referências, sem indicadores e não instalam nenhuma acção de previsibilidade do comportamento dos mercados.

Em época de crise criam-se estabilizadores de rendimento, como os seguros agrícolas. Aliás, uma promessa de 2004 deste Governo e ainda não cumprida.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Em época de crise, dinamiza-se a investigação produtiva e agro-alimentar.

Não percebo porque ainda não se criou um plano que potencie a qualidade nutricional dos alimentos com todos os benefícios socioeconómicos daqui resultantes.

Em época de crise, estuda-se, prevê-se e conclui-se. Mais uma vez não existem estudos prospectivos.

Em época de crise deveriam existir programas para melhorar o grau de auto-provisionamento alimentar da Região.

Em época de crise, reconhece-se que o preço do leite volta a baixar e o preço da carne não aumenta.

Deputados Rui Ramos (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Segundo as palavras do Sr. Secretário está tudo bem. Mas por que se queixam tanto os Agricultores?

No discurso que o Secretário Regional da Agricultura acabou de fazer, não existiu uma única palavra de reconhecimento às dificuldades que atravessam os Agricultores neste momento. Para o Sr. Secretário está tudo bem. É a crise deste Governo!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Em época de crise e fora dela estes documentos, na globalidade, não têm a aprovação dos Agricultores e não merecem a nossa aprovação.

Disse

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Estão inscritos para debate os Srs. Deputados José Lima, António Parreira, Berto Messias, Duarte Moreira, Luís Paulo Alves, os Srs. Secretários Noé Rodrigues e José Contente.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

* **Deputado José Lima (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente às lamúrias da intervenção do Sr. Deputado António Ventura...

Deputado António Ventura (PSD): Verdades!

O Orador: ... sobre a nossa bela e famosa Ilha Terceira, quero dizer ao senhor o seguinte:

Quem não tem ideias e objectivos, quem não consegue contrariar a obra feita na Ilha Terceira pelo Partido Socialista, tenta sempre arranjar argumentos falaciosos e tenta lançar de vez enquanto para a opinião pública grandes ideias, sem conteúdo e sem concretização. É a isso que os terceirenses estão habituados por parte do PSD, os quais têm ao longo deste anos, e na altura devida, dado sempre a resposta a estas ideias e as estes argumentos, como aconteceu nas últimas eleições regionais.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores perderam quase 4.600 votos.

Foi o partido que perdeu mais votos!

O Orador: Sr. Deputado António Ventura, o que os Governos do Partido Socialista têm vindo a fazer na Ilha Terceira são investimentos na continuação do processo de desenvolvimento dos diversos sectores, com a criação de infra-estruturas que têm vindo e continuarão a potenciar o desenvolvimento económico e social de toda a população e da ilha.

Temos obra feita na Ilha Terceira, Sr. Deputado!

Cumprimos e vamos continuar a cumprir com os Terceirenses e eles sabem isso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é que não!

O Orador: A Ilha Terceira tem grandes investimentos implementados pelos Governos do Partido Socialista, que já estão em movimento e continuam a trazer mais valias para a nossa ilha (o caso da obra do hospital, que vai começar, a biblioteca pública e arquivo, o parque de exposições, o quartel dos bombeiros, para

só frisar estas fora as que estão a ser construídas, como estradas, habitação, escolas, Paul da Praia, avenida marginal da Praia e outras mais que não posso dizer agora aqui).

Deputado Luís Garcia (PSD): Diga, diga!

O Orador: Posso dizer quando o senhor quiser visitar a Ilha Terceira comigo.

Sr. Deputado, os terceirenses conhecem-nos e sabem que o que prometemos cumprimos, por isso têm-nos dado a sua confiança, ao longo dos anos, nos actos eleitorais como aconteceu no passado mês de Outubro e continuarão a dar essa confiança ao Partido Socialista.

Vão continuar e para lá vamos!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Parreira.

* **Deputado António Parreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado António Ventura:

Já estamos habituados a que pinte tudo de preto!

Muito me admira é que, antes das últimas eleições regionais, o PSD, nomeadamente o senhor, tenha falado do asfalto a mais, do betão a mais e agora diz que temos betão e asfalto a menos

Já não estamos em eleições, mas daqui a dias se calhar vamos voltar a isso, aquando das eleições autárquicas.

Certamente que o senhor conhece as obras feitas, mas não as refere porque não quer.

Omitiu claramente, como omitiu há dias num artigo no jornal, em que fez a comparação dos concelhos de Angra com o da Praia.

Comparou 99 com 97, diz que a taxa de natalidade na Praia da Vitória era de 12.7 e desceu para 11.6; em Angra do Heroísmo era de 13.2 e baixou para 10.1, sem comparação objectiva, porque não comparou pelo menos os 10 anos, ou seja, de 97 para 2007, onde se vê que a taxa de natalidade desce ligeiramente no Concelho de Angra e desce também no concelho da Praia.

Como o senhor quis omitir e enganar quem lê o jornal, foi escolher a data que lhe dava mais jeito, ou seja, comparou 99 com 2007 e não comparou 97 com 2007, nem

tão pouco comparou 2003 com 2007, é uma base de 5 anos. Foi feito à sua medida, à sua maneira, para enganar claramente quem lê o jornal. Essa é que é uma realidade.

Sr. Deputado, a extensão viária de redes de estradas na Ilha Terceira abrange cerca de 250 quilómetros.

Deputado António Ventura (PSD): Ainda bem que o senhor me veio dar razão!

O Orador: A Ilha Terceira tem grandes investimentos implementados. Sabe quantos foram feitos nestas legislaturas do Governo do PS?

Foram feitos mais de 200 quilómetros em estradas regionais. Foi feito mais na Ilha Terceira nestes anos, do que o PSD fez em 20 anos nos Açores. Isso o senhor não diz, mas é uma grande realidade.

Quanto à via rápida, Sr. Deputado, em 1979 foi feita uma via rápida que nem chegou ao fim. Era com 4 faixas, 2 para circulação e outras 2 para o gado que eram divididas por 2 linhas paralelas. Aliás, isso foi dito no jornal da altura, pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Em relação a estradas estamos conversados.

Indo de encontro à última intervenção do PSD, referente às obras de 2007, a Associação Cristã da Mocidade já está feita e o senhor diz que nada está feito.

Deputado António Ventura (PSD): Levaram 10 anos para fazer!

O Orador: Foi aquilo que os senhores não fizeram.

Outra grande obra que o senhor não referiu aqui foi a Escola de São Carlos, uma das melhores escolas do país.

Deputado Rui Ramos (PSD): Do mundo!!!

O Orador: Quanto à via rápida, o que é que os senhores fizeram? Zero! Agora é que está a ser feita.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado José Lima (PS): Os senhores levaram a Terceira ao fundo. Tenham vergonha quando falarem das obras da Terceira!

O Orador: No que se refere à Aerogare Civil das Lajes, se não é a melhor, é pelo menos uma das melhores que temos nos Açores.

Ainda em termos de obras o senhor esqueceu-se dos centros sociais para idosos que estão feitos na Ilha Terceira. Temos um por freguesia e algumas freguesias têm mais do que um.

A habitação social também tem-se verificado na Terceira. Recentemente.

Vamos iniciar o Bairro Joaquim Alves onde o projecto está praticamente pronto para ser lançado a concurso.

Também temos a estrada Angra/Biscoitos pelo Mato, a variante externa a São Carlos, a estrada 25 de Abril, a marginal da Praia da Vitória mais o parque do Paul, a Escola Francisco Ornelas, o porto de pescas da Vila Nova.

O porto de pescas do Porto Martins, que os senhores fizeram tortamente, está a ser requalificado e remodelado como deve ser. É um bem para as pessoas que ali trabalham.

Deputado António Ventura (PSD): E o Laboratório de Veterinária?

E a biblioteca pública?

Onde é que estão estas obras?

O Orador: Esta obra nasceu torta, há muito e os senhores não tiveram arte nem engenho para a acabar.

Mas vou mais longe. Vou falar de turismos para o senhor, porque o senhor de certeza que já não se lembra.

O senhor lembra-se o que era o turismo antes de 98?

Deputado António Ventura (PSD): As vacas também começaram a dar leite foi a partir de 96!!!

O Orador: Eu não estou a falar em 96. Estou a falar em 98.

Em 98 tínhamos 666 camas, 68.926 dormidas.

Hoje, temos mais de 1400 camas!

Hoje, temos mais 161.787 dormidas!

Hoje, temos bons hotéis! Temos o Hotel do Caracol que não tínhamos, temos o Hotel Terceira Mar que não tínhamos, temos o Hotel Terra do Mar que não tínhamos. Foi esse o trabalho que foi feito.

Para terminar, ao nível de investimentos (falando de dinheiro), quando os Governos da responsabilidade do Partido Socialista aqui chegaram herdaram uma dívida, que o

senhor deve-se lembrar, quase de 600 milhões de euros. São mais 304 milhões. Esses 304 milhões representam no orçamento actual 40 %.

O senhor já percebeu, com esse dinheiro, quantas mais obras podiam ter sido feitas?

Foi no vosso tempo que se herdou esta dívida, Sr. Deputado.

Por agora fico-me por aqui.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gasto 15 segundos para registar o seguinte:

O Sr. Deputado António Ventura, “profeta do Apocalipse”, fica triste e agastado, chateado até com um aumento de 15% de investimento na Terceira, com uma dotação de 154 milhões de euros naquela ilha.

Deixe-me dizer-lhe o seguinte, Sr. Deputado:

Essa postura dantesca, triste, agastada não lhe fica bem.

Com essa visão o PSD não vai lá.

O povo da Terceira está sereno, tranquilo, confia no Partido Socialista porque o Partido Socialista presta contas quando tem que prestar.

Essa visão nunca desenvolveu terra nenhuma, nem nunca criou um único posto de trabalho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

* **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para referir 3 ideias.

Em primeiro lugar, quero dizer que o Sr. Deputado António Ventura não ouviu aquilo que eu disse.

Eu fiz referência às dificuldades e aos desafios que temos que ultrapassar. Isso é o nosso reconhecimento e é por isso que cá estamos.

Em segundo lugar, da parte dessa bancada e de quem costuma a falar muito em agricultura e berrar em voz alta, não houve uma medida, que se conheça até agora, em termos de agricultura.

Deputado António Ventura (PSD): Apresentámos durante 4 anos. Foram levantadas em todos os plenários!

O Orador: Realmente, em termos de agricultura, a vossa “carroça” está completamente vazia.

Em terceiro lugar, lamento que o senhor tenha vindo para aqui nesta discussão fazer campanha eleitoral para a Câmara de Angra.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Paulo Alves.

* **Deputado Luís Paulo Alves (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, meu caro amigo António Ventura e candidato a vereador da Câmara de Angra:

Deputado António Ventura (PSD): Pelo menos sou candidato a alguma coisa!

O Orador: Em tempos de crise, temos que fazer opções políticas e encontrar meios financeiros. Foi isso que o Governo fez.

Se olharmos para os meios financeiros, temos um programa para os próximos 4 anos, o PRORURAL, que permite um investimento público de 378 milhões de euros.

Deputado António Ventura (PSD): Em 2008 também existia. É sempre a mesma conversa!

O Orador: Temos um Programa do POSEIMA revisto com 56 milhões de euros, com um aumento de 20 milhões nos últimos 2 anos.

Temos um Plano e Orçamento para este ano que aumenta as suas verbas em 96% apenas nos últimos 6 anos.

Estes são os meios financeiros para alocar aos momentos de crise.

É preciso fazer opções políticas e as opções políticas estão plasmadas neste orçamento e no plano, primeiro, porque a rubrica na agricultura que mais cresce é o

investimento das explorações agrícolas com mais 6 milhões de euros, um crescimento de 77%. Isto é uma opção política.

Em seguida, temos a diversificação da economia rural. É a segunda rubrica com 3 milhões de euros, crescendo 98%. Isto é que dá suporte ao nosso meio rural, qualificação e qualidade de vida das zonas rurais.

Também o abastecimento de água com mais 2 milhões e 300 mil euros.

Deputado António Ventura (PSD): Em 2008 também havia 2 milhões para o abastecimento de água!

O Orador: A electrificação também tem mais 2 milhões e 300 mil euros.

Tudo isto são medidas de suporte à qualidade da actividade dos nossos agricultores.

Estas são opções políticas.

Depois podemos também ver indicadores das opções políticas.

A segunda medida que mais cresce é os Serviços de Gestão e Aconselhamento Agrícola.

Deputado António Ventura (PSD): Voltou a aparecer extensão rural!

O Orador: Vamos ter nos campos medidas de eficiência para tornar mais eficiente o controlo das nossas explorações num período em que é necessário controlar muito bem os seus custos e maximizar os seus proveitos.

O Governo terá equipas no campo para apoiar o aconselhamento rural.

Estas são medidas e são meios financeiros que o Sr. Deputado ignorou, mas não devia ter ignorado.

Muito obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): Não ignorei!

Acreditei em 2008 nos vossos meios financeiros que não foram concretizados. Não volto a acreditar outra vez!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

*** Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo: Perante a intervenção do Sr. Deputado António Ventura tenho que deixar duas notas a esta câmara.

A posição do Sr. Deputado e do seu partido é de demissão absoluta de discutir a agricultura...

Deputado António Ventura (PSD): O senhor é que se demitiu, porque não tem um único conhecimento sobre agricultura!

O Orador: ... os programas, as Orientações a Médio Prazo e o plano de investimento para 2009.

Este seu nervosismo mostra bem a dificuldade e a situação debilitada em que se encontra, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado veio aqui e fala apenas dos atrasos dos pagamentos. Esquece, omite ou simplesmente desconhece que neste momento estão pagos mais de 67% dos apoios aos agricultores, o que representa mais, muito mais, dos que estavam pagos o ano passado nesta altura.

O senhor fala nos controlos, sabendo (se não sabe, devia saber e tinha a obrigação de saber) que os controlos são feitos logo que o organismo pagador liberta as respectivas amostragens. Os controlos começaram imediatamente no dia a seguir.

Deputado António Ventura (PSD): Não foi criada a DRAC?

O Orador: O Sr. Deputado fala nos apoios, dos contratos ao investimento nas explorações.

Neste momento estamos a discutir o plano para 2009, onde se inclui uma verba no Programa 7.2.8 que cresce 77% para apoiar o investimento nas explorações agrícolas...

Deputado António Ventura (PSD): É preciso que seja utilizado!

O Orador: Ouça, Sr. Deputado.

... e ainda não tendo este plano aprovado, apesar de tudo, o senhor não encontra, no país e nas duas outras regiões que têm programas de desenvolvimento rural, nenhum projecto de investimento ainda contratado.

Deputado António Ventura (PSD): Cá estaremos no final de 2009 para vermos quanto é que vai ser utilizado!

A incompetência da Republica é igual à da Região Autónoma dos Açores!

O Orador: O Sr. Deputado fala aqui na incineradora. Oxalá que não passe por lá, porque ela funciona mesmo!

Fala do Laboratório Regional de Veterinária e do Parque de Exposições, que logo no primeiro dia destes debates, ficou bem esclarecidos que os processos concursais estão no seu final.

Deputado António Ventura (PSD): Não fui eu que prometi o laboratório!

O Orador: Perante a crise, o senhor propõe e fala em estudos.

Perante a crise, o senhor propõe e fala em analisar a crise.

Deputado António Ventura (PSD): É analisar. É preciso perceber as dificuldades e o senhor não conhece!

O Orador: O senhor devia ter falado, por exemplo, dos programas que já aprovámos para apoiar os agricultores, no quadro de referência que fizemos para beneficiar os agricultores num investimento feito nas suas explorações.

O Sr. Deputado podia vir aqui discutir as linhas de crédito criadas para a agricultura.

Não! O Sr. Deputado manda fazer estudos!

Sr. Deputado, isso é adiar e chutar para a frente os problemas que temos neste momento. Por aí não vamos.

Deputado António Ventura (PSD): Tenho pena de não ter tempo, mas antes de Outubro podemos falar sobre agricultura.

O Orador: Por outro lado, Sr. Deputado, neste debate que se destinava a discutir a agricultura dos Açores, o senhor preferiu discutir a via rápida Angra/Praia. Está tudo dito!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologias e Equipamentos.

*** Secretário Regional da Ciência Tecnologias e Equipamentos (José Contente):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar gostaria de dizer que não estava para intervir nesta altura, porque esperava que ontem tivesse falado de estradas regionais, mas entendo também que o PSD, desde há muito tempo, confunde estradas regionais com caminhos florestais...

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores é que anunciam e o PSD é que confunde?

O senhor responda aos requerimentos que temos feito!

O Orador: ... por isso é que referiu o que existia na via rápida no princípio, que era uma estrada que nem era florestal, nem rural, nem regional. Era aquilo que tivemos que consertar agora.

É preciso esclarecer algumas coisas nesta câmara.

Em primeiro lugar, estamos a fazer uma intervenção muito profunda, em 22 km, resolvendo um problema muito grave de segurança que toda a gente reclamava há muitos anos.

Aqueles que falam ignorantemente em “vacadutes”, não sabem tecnicamente o que é um viaduto, mas isso ficará para quando a obra estiver pronta.

Aqueles que não entendem as intervenções profundas nos três nós principais que geravam conflitos, vão ficar a saber quando a obra estiver pronta, mas também vão ficar a saber outra coisa: efectivamente a obra tem tido, como as obras grandes têm e uma obra de 22 km é natural que tenha, alguns problemas técnicos da ordem do empreiteiro.

Deputada Carla Bretão (PSD): Três datas anunciadas e nenhuma sem concretização!

Deputado António Ventura (PSD): Responda aos nossos requerimentos!

O Orador: Já respondi a todos os seus requerimentos, com todos os projectos e estudos de impacto ambiental.

Deputado António Ventura (PSD): Ainda não recebemos nada.

Só se vêm no Atlântida!

(Risos do Deputados da bancada do PSD).

O Orador: Tenha calma que chegará tudo às vossas mãos.

O vosso problema não é com a via Vitorino Nemésio. O vosso problema é de má consciência com o vosso passado e esse problema em relação à via rápida é estendido às estradas regionais onde os senhores fizeram simplesmente zero.

A via rápida, ou a via Vitorino Nemésio, terá uma intervenção profunda que vai melhorar a segurança. É uma via moderna, com pontos de ligação para ser

monitorizada em matéria de segurança viária ligada aos organismos que a fiscalizam, é uma via onde não vai haver mais influência do tráfego rural com o tráfego que naturalmente passa naquela via, que é o tráfego pesado e o tráfego ligeiro.

Deputado António Ventura (PSD): Eu não sei é se a via vai ficar transitável.

Ela não tem asfalto. Tem apenas uns paus de madeira!

O Orador: Portanto é uma via onde o gado não vai entrar mais para a via Vitorino Nemésio.

É isso que os senhores nunca fizeram. Os senhores deviam ter grande cuidado, porque o passivo de segurança que aquela via tem é da vossa responsabilidade.

Repito: o passivo de segurança da VVN é da vossa responsabilidade!

Em matéria de custos financeiros gostaria de dizer que a via, de acordo com informações da SPRHI, estará pronta este ano, o mais tardar no mês de Julho, mas o Governo Regional não vai pagar nem mais um cêntimo daquilo que foi adjudicado e vai aplicar, isso sim, todas as multas contratuais que estão no contrato e que estão previstas. Portanto, não há nenhuma alteração, nem derrapagem.

Deputada Carla Bretão (PSD): E a variante?!

O Orador: Já agora, só para lembrar uma velha questão. A estrada regional Manadas/Urzelina...

Deputado António Ventura (PSD): Manadas/Urzelina não fica na Ilha Terceira!

O Orador: ... no vosso tempo teve 100% de trabalhos a mais, com uma derrapagem de 138 %.

Deputado António Ventura (PSD): Essa é para justificar a derrapagem que vai haver na Terceira!

O Orador: A VVN nunca terá isso!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Diga lá o número. Quanto é que custou?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Encerrado este debate, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cumpre-me hoje aqui apresentar as Orientações a Médio Prazo e o Plano e Orçamento para 2009, nas áreas da responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar.

O Plano, tal como as Orientações a Médio Prazo, reflecte aquilo que foram as orientações programáticas aprovadas por esta câmara, para este mandato. Orienta-se basicamente segundo três eixos:

- o saneamento;
- a conservação da biodiversidade e,
- qualidade do ambiente, voltado para as questões do ordenamento e controlo ecológico da região.

Na área da energia, uma área que agora está sob a tutela desta secretaria, o programa está voltado essencialmente para as questões da sustentabilidade energética e da substituição da energia com base fóssil para energia com base renovável.

Em termos do saneamento, área fundamental e onde a maior parte do investimento se orienta, este ano de 2009 está voltado para a área dos resíduos.

Como as Sras. e os Srs. Deputado sabem, a Região aprovou, há alguns anos atrás, um plano estratégico para a área dos resíduos e agora urge dar execução a esse plano.

Dentro das prioridades, a prioridade máxima vai para as ilhas mais pequenas em que no ano de 2009 o essencial do investimento estará centrado nas Flores, na Graciosa e no Corvo, obviamente sem descurar as outras ilhas para as quais estão a ser elaborados projectos e para as quais também se pensa vir a alargar a acção do Governo, embora esta matéria seja (é preciso que não esqueçamos) uma matéria de responsabilidade autárquica.

O Governo reconhecendo a incapacidade demonstrada pelas autarquias na resolução deste problema resolveu dar um particular ênfase à sua intervenção que continuará a ser complementar à acção autárquica, mas que terá neste ano uma grande expressão nessas ilhas.

Outra área importante tem a ver com a questão dos afluentes e com a questão da água em que essencialmente a intervenção governamental estará voltada para a protecção das origens da água e para a resolução dos problemas de poluição da mesma.

Na área da conservação da biodiversidade a grande aposta vai para a operacionalização dos Parques Naturais de Ilha, que nesta altura estão todos institucionalizados, com excepção de três ilhas que contamos a breve trecho ter também institucionalizadas, mas aí a questão essencial tem a ver com a conservação da natureza, em sentido lato, com a conservação da paisagem e particularmente com a defesa da biodiversidade, protegendo aquelas espécies que na Região são endémicas ou que na Região tenham um particular significado.

No terceiro eixo, o eixo da qualidade ambiental, o esforço essencial vai para a conclusão do esforço de ordenamento do território com a aprovação dos planos que ainda faltam e particularmente para a questão do ordenamento do território em torno das lagoas da Região, com particular ênfase no ano de 2009, para a Lagoa das Furnas e para a lagoa das Sete Cidades, onde a Região está neste momento a conduzir um projecto extremamente ambicioso de aquisição de terras e de ordenamento daquele espaço, por forma a garantir que a qualidade das águas daquelas duas lagoas melhor e por forma a garantir que não são perdidos os valores essenciais, em termos paisagísticos, que são neste momento tutela do Governo Regional.

Outra área importante, na área da qualidade ambiental, tem a ver com as questões que visam a redefinição da reserva ecológica e o controlo das mudanças de utilização do território, particularmente as questões que tenham a ver com as arroteias e com os fenómenos de florestação e desflorestação, particularmente em torno das linhas de água que exigem alguma intervenção e o investimento necessário, por um lado para garantir a segurança das populações, particularmente no que diz respeito às cheias e às derrocadas, e por outro lado para garantir a manutenção da qualidade ambiental e integridade da nossa paisagem.

Estes são eixos complementares, eixos que em boa parte se interpenetram, já que no ambiente não podemos isolar uma área das outras, mas todos eles estão voltados para um objectivo fundamental, a manutenção da qualidade do nosso ambiente e da manutenção da sustentabilidade da utilização do nosso território.

Em termos de investimentos, os dois investimentos dominantes no ano 2009 são os resíduos, a aquisição de terrenos e deportação da qualidade das lagoas e diversos investimentos em matéria de protecção da orla costeira, centrados particularmente naquelas zonas em que erosão marinha coloca em risco habitações, estradas ou outras infra-estruturas que tenham importância em termos de funcionamento da economia ou da segurança das populações.

São esses os grandes investimentos! São esses os grandes eixos em termos de investimento no ambiente.

Passando agora para as questões da energia, o investimento fundamental tem a ver com a redução dos consumos energéticos, com a racionalização da utilização da energia e, em particular, o fomento da utilização de energias renováveis.

Nesse âmbito, a breve trecho, será submetido à aprovação desta Assembleia um diploma que visa estruturar o regime jurídico da conservação de energia e eficiência energética dos edifícios, substituindo legislação nacional que nunca chegou a ter real aplicação na região e que não se mostra adequada à situação concreta, quer das fontes de energia, quer da estrutura arquitectónica das casas dos Açores.

Outra área tem a ver com a dinamização do Programa Pró-Energia. Esse programa visava essencialmente o fomento da microgeração e da utilização de energias renováveis por particulares ou por pequenas empresas. Ele não tem tido o desenvolvimento que gostaríamos que tivesse, por isso vamos passar a uma nova fase neste programa alargando o âmbito da sua aplicação e voltando essencialmente para as questões da substituição do gás de petróleo liquefeito, ou seja, do vulgar gás de garrafa, por utilizações mais eficazes do ponto de vista energético, particularmente para as bombas de calor e para situações de melhoria de eficiência energética de diversas actividades.

Também em colaboração com o Programa MIT Portugal, pensámos começar ao longo deste ano os primeiros estudos voltados para a entrada da energia eléctrica em sectores como tradicionalmente ele é testado e não é utilizado.

É importante avaliar a oportunidade da utilização da energia eléctrica de origem renovável, essencialmente de origem geotérmica em áreas como o aquecimento de águas sanitárias ou a substituição do gás de cozinha por energia eléctrica,

particularmente nas ilhas onde não existe sistemas de enchimento de garrafas e o custo do gás é fortemente subsidiado.

Outra área importante na área da energia corresponde ao investimento que está a ser feito na energia geotérmica, em particular na Ilha Terceira e na Ilha de São Miguel, mas com estudos preliminares visando estudar a possibilidade de alargamento a outras partes do nosso território e na utilização da biomassa como fonte alternativa de energia, particularmente recorrendo à queima de resíduos ou de restos florestais e restos agrícolas.

É projecto nascente, que já tem neste momento alguns interessados em termos de empresas privadas e de capitais privados, mas que merecerá, ao longo deste ano e dos próximos anos, uma atenção muito especial, particularmente porque visa complementar o sistema de tratamento de resíduos que está a ser colocado em funcionamento na região.

É essencial que se façam esses investimentos. Estamos a trabalhar nessa área e o Governo Regional continuará o seu investimento, quer em termos da sua programação, quer no apoio em investimentos privados que eventualmente se venham a fazer nos Açores.

Termino recordando os eixos fundamentais:

- resíduos,
- conservação da biodiversidade,
- qualidade do ambiente,
- sustentabilidade da utilização da energia.

São estas as orientações que constam do planeamento a médio prazo do Governo; são estas as orientações que presidiram à elaboração do Plano e Orçamento para 2009.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Estão inscritos relativamente à intervenção do Sr. Secretário Regional dos Ambiente e do Mar os Srs. Deputados Abel Moreira, José Cascalho e Bárbara Chaves.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

*** Deputado Abel Moreira (CDS/PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente:

Em recentes declarações o senhor afirmava que o acesso às fajãs de São Jorge ia ser condicionado.

O senhor tenciona condicionar a todas as fajãs ou a alguma em particular?

Segunda questão:

Em relação ao Centro de Interpretação Ambiental da Fajã de Santo Cristo, já ponderou o sítio onde vai fazer esse centro?

A terceira pergunta que coloco tem a ver com o Centro de Valorização de Resíduos.

Onde vai ficar? Para quando o início da sua obra?

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

*** Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar:

Como sabe, a extracção de inertes, nas diferentes ilhas dos Açores, já foi alvo de uma inventariação, no âmbito do projecto GEOVALIA que envolveu a Universidade dos Açores e a ARENA, financiada em parte pela Secretaria Regional do Ambiente.

Sabendo que essa inventariação está já desactualizada, pergunto se não deveria constar no Plano alguma acção, no sentido de localizar todas as extracções que ilegalmente se encontram dentro dos parques naturais das ilhas?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

*** Deputada Bárbara Chaves (PS):** Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

*** Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Abel Moreira:

As declarações que eu fiz não visavam obviamente o condicionamento do acesso de pessoas ou de viaturas a fajãs de São Jorge. Visavam sim (têm que ser lidas no seu contexto) o condicionamento a determinadas actividades dentro das fajãs, dados os riscos inerentes. Eu referia-me particularmente a um pedido que estava na altura a ser feito que se referia à densificação da malha urbana dentro das fajãs. Temos que condicionar o acesso a determinadas actividades e particularmente o acesso à actividade urbanística já que os riscos são muito elevados.

Em termos de acessos condicionados a pessoas ou a veículos existe, sim, uma proposta nesse sentido para a Fajã da Caldeira de Santo Cristo que visa essencialmente proteger o trilho e criar uma situação de separação entre o tráfego das moto quatro e o tráfego de pessoas que tem causado seríssimos problemas. São essas as questões que estavam a ser discutidas quando foram feitas as declarações que foram depois reproduzidas e bem.

Em relação às fajãs, uma boa parte delas, senão a maior parte delas, não apresenta risco nenhum excepcional. Outras apresentam riscos que devem ser tidos em conta, particularmente nas questões de abertura de acessos.

A questão da abertura de novos acessos às fajãs é um problema complexo do ponto de vista da engenharia, e é um problema complexo também do ponto de vista da segurança, particularmente em zonas em que as encostas apresentam sinais de clara instabilidade.

É uma questão que tem que ser vista em particular pelas autarquias, mas também pelas populações, já que as fajãs de São Jorge são lugares extraordinariamente atractivos, são do melhor que os Açores tem em termos de paisagem e em termos de oferta turística e de lazer.

Temos a obrigação de preservar esse legado para o futuro e ao mesmo tempo a obrigação de garantir a segurança de quem lá vive e de quem a visita.

Em relação ao Centro de Interpretação Ambiental no interior da Caldeira, como o Sr. Deputado sabe, neste momento está em vias de ser iniciada a obra do edifício. Já foi adjudicada.

Neste momento, estamos a estudar a criação de um centro de interpretação, um centro de visitação e de orientação que fique num lugar que tenha uma acessibilidade maior,

já que o objectivo é interpretar todas as fajãs e não apenas aquela fajã em particular, e ser um sítio em que haja visita restrita.

Como o Sr. Deputado sabe, a colocação de uma infra-estrutura desta natureza na Fajã da Caldeira, implica que não seja possível uma visitação em massa (uma ida de uma escola ou de uma excursão ou quaisquer outras actividades que tenham tempo limitado ou que envolvam restrições em relação à mobilidade das pessoas).

Daí que se esteja a estudar a possibilidade de se instalar este centro numa qualquer fajã ou na Fajã dos Cubres que tem bom acesso.

Em relação ao Centro de Valorização de Resíduos de São Jorge, como o Sr. Deputado saberá, já há uns anos atrás, que se tinha acertado como local ideal as imediações do Pico da Calheta e, neste momento, estão reservados terrenos para esse fim. Estão a decorrer as negociações necessárias para a aquisição dos terrenos e está já em fase final a elaboração do respectivo projecto de engenharia.

Portanto, o projecto de engenharia ficará pronto provavelmente até final deste ano de 2009 e os terrenos são aqueles que o Sr. Deputado conhece. Estão muito próximos do actual aterro da Calheta.

Sr. Deputado José Cascalho, em relação à extracção de inertes, de facto, foi elaborada uma inventariação dos locais de extracção. Essa inventariação está a ser actualizada e faz parte das intenções do Governo no âmbito da Direcção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos criar um plano especial de extracção de inertes. Esse plano será financiado pela acção do planeamento, tem a verba necessária, terá a natureza de um plano especial e merecerá, se for esse o caso, a aprovação desta Assembleia já que a competência é aqui que reside para se fazer esse tipo de planos.

O plano está na sua fase inicial. Será desenvolvido ao longo deste e do próximo ano e esperamos ter durante esta legislatura esta questão do ordenamento do território, no que diz respeito à extracção de inertes, devidamente resolvida.

Obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O despertar do mundo para as alterações climáticas permitiu a construção de um importante instrumento internacional – a Convenção Quadro da Nações Unidas para as Alterações Climáticas, cujos objectivos viriam a ser posteriormente operacionalizados pelo Protocolo de Quioto. A dimensão do problema e o compromisso do Partido Socialista com o desenvolvimento sustentável ditam a necessidade de implementação de uma política energética adequada aos compromissos de Quioto: melhorar a eficiência energética; investigar, promover, desenvolver e aumentar a utilização de energias renováveis; promover políticas e medidas que limitem e reduzam as emissões de gases com efeito de estufa.

As Orientações de Médio Prazo que o Governo dos Açores apresenta nesta Assembleia traduzem, claramente, a opção por uma política energética centrada nos recursos naturais renováveis e na eficiência energética, assumida como um pilar fundamental para a sustentabilidade económica e ambiental da nossa Região e apta a prosseguir os objectivos enunciados.

A evolução registada nos Açores, ao longo da última década, permitiu-nos atingir, ao nível da produção de energia eléctrica, 30% de origem renovável no conjunto da Região, sendo de destacar a situação das ilhas de S. Miguel e Flores, onde os valores de penetração na produção de energia eléctrica a partir de fontes renováveis atingiram 47% e 54%, respectivamente.

Em 1997, o consumo de energia renovável representava 16.912 Toneladas Equivalentes de Petróleo. Em 2007 representava já 52.768 TEP, ou seja em relação a 1997, o CO2 não emitido aumentou 312%.

As energias renováveis representam já cerca de 18% do total da energia primária consumida nos Açores. É um valor que nos orgulha e que nos situa muito próximo da meta de 20% estabelecida para os Estados membros da União Europeia, para o ano de 2020 e a qual atingiremos nos próximos anos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No domínio das energias renováveis o Partido Socialista levou os Açores a patamares que alguns não ousaram sequer sonhar. O Programa do Governo definiu como meta, para o horizonte temporal dos próximos seis anos, atingir 50% de produção de

energia eléctrica renovável no conjunto do arquipélago, tornando os Açores numa Região de referência neste domínio.

As Orientações de Médio Prazo concretizam estes conteúdos programáticos estabelecendo como prioridades, para o próximo quadriénio e a par de uma maior utilização de fontes renováveis e de recursos endógenos na produção de energia, a promoção da sua utilização racional e da eficiência energética, o aumento da participação do sector eléctrico na estrutura do consumo de energia primária e o fomento da investigação orientada para o desenvolvimento de um sistema sustentável de energia.

Tais desideratos implicam não só avultados investimentos a realizar pela Empresa de Electricidade dos Açores nas necessárias infra-estruturas mas, também, o desenvolvimento de acções que contribuam, efectivamente, para a mudança dos comportamentos dos vários grupos de utilizadores e um novo impulso nos incentivos de apoio ao investimento privado em energias renováveis. Os transportes, a indústria e os serviços, mas também o sector residencial devem merecer-nos uma especial atenção.

Sabemos que a diminuição da emissão de Gases de Efeito de Estufa depende, também, de medidas de eficiência energética, que garantam uma redução efectiva da procura de energia primária ou, pelo menos, o seu lento crescimento.

O Plano Regional para 2009 regista, em relação a 2008, um aumento em mais de meio milhão de euros na dotação para as acções a desenvolver no âmbito da utilização racional da energia, o que exprime claramente a prioridade atribuída pelo Governo a esta matéria.

No que concerne às infra-estruturas, o plano de investimentos da EDA para 2009 prevê um montante global de mais de 60 milhões de euros, enquanto que o investimento estimado em renováveis, para os próximos cinco anos, atinge 140 milhões de Euros. Estão contemplados investimentos em todas as ilhas dos Açores, com excepção do Corvo onde, em 2007, entrou em funcionamento uma nova central termoeléctrica.

Na ilha das Flores, nos próximos 5 anos, serão realizados dois importantes projectos de aproveitamento hidroeléctrico: a construção da central na Ribeira Grande e a

remodelação da actual Central Hidroelétrica de Além Fazenda. Estes investimentos, que se estimam estarem concluídos em 2011, permitirão elevar a penetração da produção anual de energia eléctrica com origem renovável, na ilha das Flores, a mais de 80% do total.

Na geotermia, e na ilha de S. Miguel, serão ampliadas as Centrais Geotérmicas do Pico Vermelho e da Ribeira Grande e construído um novo centro produtor na zona das Caldeiras da Ribeira Grande. Na Terceira, quando a Central Geotérmica entrar em funcionamento acrescerá a sua capacidade de produção de electricidade à capacidade do Parque Eólico da Serra do Cume.

A energia eólica será objecto de novos investimentos nas ilhas Graciosa, S. Jorge, Pico, Faial e S. Miguel, e representará um significativo reforço da capacidade produtiva a partir desta fonte de energia.

A conclusão destes investimentos permitir-nos-á atingir a meta dos 50% de penetração das energias renováveis na produção de electricidade, colocando os Açores numa posição ainda mais favorável relativamente à dependência energética de combustíveis fósseis. Ao evitar a produção de 157.652 toneladas de CO₂ por ano, estes investimentos implicarão, também, uma redução muito significativa das nossas emissões de gases de efeito de estufa, elevando o valor total não emitido para 303 mil toneladas de CO₂, o que se traduzirá, num aumento de 209% em relação aos números actuais.

As Orientações de Médio Prazo e o plano de investimentos previstos em energias renováveis traduzem uma política energética orientada para responder aos desafios da sustentabilidade e do desenvolvimento e que assume as responsabilidades que nos cabem quanto à redução do impacto das alterações climáticas.

Este é o compromisso que assumimos com os açorianos.

Disse.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para debate, para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão

Deputado Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A visão estratégica que se quer para as nossas ilhas terá, necessariamente, de assentar num modelo de transversalidade dos factores ambientais, económicos e sociais.

Sendo a todos nós adjudicada a inequívoca responsabilidade na preservação de tudo o que nos rodeia.

Sem actividades económicas não nos podemos desenvolver, mas sem equilíbrio ambiental estamos condenados à “morte”. Sendo, por isso, essencial e desejável fazer coexistir as actividades económicas e a realização de obras públicas, com a preservação ambiental.

Neste sentido, o que temos assistido em termos de política ambiental deixa-nos, no mínimo, preocupados!

Em resposta ao discurso politicamente correcto, por vezes até condicente com o que deveria ser feito, observamos uma prática dissonante, inconsequente ou mesmo inexistente.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: E porque razões tal situação acontece? Várias serão as respostas e não muito difíceis de vislumbrar:

A principal terá, naturalmente, a ver com a constante tentativa de “vender” uma ilusão aos açorianos;

Outra, com certeza, com a falha na avaliação atempada do Estado do Ambiente, pela escassa e pouco sistematizada informação sobre as diferentes matérias ambientais, não permitindo, assim, a definição de acções adequadas. Por exemplo, já deveria ser conhecido o relatório do Estado do Ambiente de 2007 e nem tão pouco o de 2005 foi divulgado!

Outra, também, terá a ver com o entendimento ou conhecimento do trabalho já feito, que cada um dos titulares da pasta – já lá vão quatro em doze anos – tem sobre um ou outro assunto e que, por vezes, nos faz ouvir tristes contradições;

Outra, ainda, com a falta de aplicação dos diversos Planos Estratégicos ou as soluções problemáticas encontradas para determinadas obras de protecção da orla costeira; Por último, uma razão que consideramos gravíssima: A falta de entrosamento entre as políticas dos diferentes departamentos do Governo, pondo em causa a transversalidade ambiental que se exige cada vez mais eficaz.

A ausência continuada de medidas de gestão adequadas nas diferentes áreas ambientais pode levar à indesejável degradação da qualidade ambiental que ainda podemos verificar nos Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: Vários são os casos e, apenas de forma pontual, darei exemplo do desnorteio a que assistimos em matéria ambiental. Senão vejamos:

Ao nível do recurso essencial **ÁGUA:**

A sua disponibilidade e qualidade condicionam de forma decisiva o crescimento de uma Região, pela eficaz satisfação, ou não, da procura para consumo humano ou para as actividades económicas. Neste sentido, a gestão da água requer eficácia, não só ao nível da verificação da disponibilidade versus consumo, mas, também, da protecção das suas origens.

No Relatório do Estado do Ambiente de 2003 é referido que, para as ilhas Graciosa, Terceira e São Miguel, “(...) não estando em causa a satisfação das necessidades actuais (atente-se, ano 2003), existe já um esforço não negligenciável de captação sobre as disponibilidades subterrâneas de água, que importa gerir adequadamente.”

Se já no ano 2003 houve este alerta, mais tarde ou mais cedo, algo iria acontecer! E aconteceu! A população e as actividades económicas nos concelhos da Ribeira Grande e de Angra do Heroísmo ficaram privadas de água durante muito tempo!

Deputados Rui Ramos e António Ventura (PSD): Muito bem!

A Oradora: E ilusório é o discurso governamental quando anuncia que várias ilhas, agora – anos 2008/2009 – estão com problemas eminentes na disponibilidade de água,...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... quando esse alerta data de 2003 e nada o Governo fez!

Deputados António Ventura e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para além, do anúncio do plano integrado de protecção das origens de água na Ilha Terceira para 2009, qual “salvador da pátria”, quando esta mesma acção estava prevista nos planos e orçamentos dos anos 2005, 2006 e 2007.

Exemplos esclarecedores da negligencia governamental e da ânsia de branqueamento da mesma!

Nesta mesma área, a envergonhada atitude perante as notícias de contaminação dos aquíferos na Praia da Vitória, que resultou na comparticipação de um Estudo ao LREC, via Câmara Municipal da Praia da Vitória, prova, tão só, a não aplicação do Plano Regional da Água.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

A Oradora: Olhando para os **Recursos Naturais:**

Nos recursos naturais minerais, um dos exemplos mais flagrantes da negligência e, até, da cumplicidade governamental têm a ver com a extracção ilegal de inertes. Se certo é que a extracção de inertes é essencial, nomeadamente para a execução de obras públicas, não será menos verdade que o seu impacte no ambiente exige atenção redobrada por parte das entidades públicas.

Caso dessa falta de atenção é a exploração ilegal de inertes na Ilha Terceira propiciada pelo Governo Regional!

A falta de um Estudo de impacte ambiental que determinasse a quantidade de inertes imprescindível para a realização da requalificação da Via Vitorino Nemésio...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... teria evitado aproveitamentos desnecessários e o surgimento de suposta reflorestação, a coberto de licenciamento governamental.

Este é o paraíso ambiental em que vivemos!

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

A Oradora: Passemos aos inconvenientes **Resíduos:**

O famigerado PEGRA, que muito rendeu, à anterior titular da pasta, nos órgãos de comunicação social, e que, segundo o Governo: “(...) concretiza a visão Regional quanto à gestão de resíduos (...), é um instrumento de gestão territorial que programa e concretiza a política de resíduos com incidência espacial(...)”, ainda não saiu do papel!

Sendo já motivo de contradições, por exemplo, entre o Governo e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ou, mesmo, de dúvidas já manifestadas quanto à prioridade de execução do ecocentro da Ilha do Pico.

E mais grave, essa dita “*incidência espacial*” já é alterada pela boca do actual titular. Se não, atentemos às últimas declarações sobre a lixeira do Corvo que, contrariamente ao previsto no PEGRA e ao apresentado pelo Presidente do Governo – o ante-projecto de construção de um aterro e centro de processamento e triagem – diz Álamo Meneses que vai abandonar tal decisão em troca de um projecto de transporte de resíduos. Para que serviu então o PEGRA?

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): É para isso meso!

A Oradora: Hoje, nesta casa, parece já ter voltado atrás.

Apreciando o **Ordenamento do Território:**

Convenhamos que o actual titular da pasta tem sido infeliz nas suas declarações, das duas, uma: ou quer marcar a diferença, ou passar um atestado de incompetência ao que foi feito até agora nas várias áreas de acção do Governo.

Baralha-se de tal forma que acaba por se contradizer!

As recentes declarações de que as fajãs de São Jorge terão acesso condicionado, mostram isso mesmo.

Uma intenção declarada de não mais investir naqueles locais, contradiz, desde logo, as opções de promoção turística de tais belezas. Sem esquecer as suas próprias declarações de efusiva concordância com a megalómana obra de acesso à Fajã do Calhau.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Em que ficamos Sr. Secretário?

Pelos vistos nesta matéria também há pouco voltou atrás, mas tenho que reconhecer que é muito hábil nesta prática de dar o dito pelo não dito.

Por fim, uma nota positiva ao nível da **Sensibilização Ambiental.**

Não deixando porém de fazer um alerta: ter uma população esclarecida e ambientalmente consciente é precioso, embora de nada sirva se as políticas não são consequentes com as expectativas criadas. Desse modo, pode-se estar a contribuir para a frustração dessa mesma sensibilidade ambiental que tanto levou a despertar.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Informo que o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata esgotou o seu tempo para este debate na generalidade.

Está inscrito para prestar esclarecimento o Sr. Secretário Regional a quem dou a palavra.

* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Embora respeitando a falta de tempo do PSD, gostaria apenas de prestar aqui alguns pequenos esclarecimentos. É uma pena não poderem responder, mas se Deus quiser cá estaremos para novo encontro.

Em relação às questões que a Sra. Deputada colocou, aconselho-a a ir à internet encontrar o Relatório do Estado do Ambiente de 2005.

Deputada Carla Bretão (*PSD*): Só se foi publicado hoje!

O Orador: Não. Já foi publicado há muito tempo. Terei muito gosto em enviar-lhe por outra via qualquer.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Eu também quero uma cópia!

O Orador: Então farei uma ampla distribuição por esses lados.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Com a data da publicação na internet!

O Orador: Quanto ao relatório de 2007 espere um bocadinho que também já lá vai.

Em relação ao PEGRA o que está a ser feito é absolutamente congruente com o PEGRA e o objectivo é executá-lo.

Os projectos que estão neste momento em vias de adjudicação são aqueles que estavam previstos.

Quanto ao Centro de Processamento e Triagem do Pico, ou ecocentro do Pico, como a senhora lhe chamou, eu não conheço nenhuma hesitação em relação a esse projecto.

Deputada Carla Bretão (*PSD*): Ainda bem!

O Orador: Pelo contrário, o projecto foi recentemente aprovado e neste momento está a encaminhar-se para a sua fase final.

Deputada Carla Bretão (PSD): Fico descansada!

O Orador: A Sra. Deputada descanse porque nada aconteceu.

Quanto à situação do Corvo, Sra. Deputada, o ecocentro e o centro de triagem com certeza que serão construídos. Aliás, são a peça essencial para que se consiga retirar do Corvo os resíduos.

Aquilo que disse e volto a repeti-lo aqui é que não faz sentido estarmos a ocupar uma zona nobre da Ilha do Corvo com a criação de um aterro que receberia um volume de resíduos que não se justifica e que teria com certeza uma gestão muito difícil.

A solução do Corvo não precisa de ser diferente da solução das Flores...

Deputada Carla Bretão (PSD): Os senhores que se entendam!

O Orador: ... ou da solução de São Jorge ou da solução do Pico.

Ou seja, é uma solução voltada essencialmente sobre a recolha selectiva e a remoção dos resíduos da ilha. É isso que vai acontecer no Corvo e nas Flores.

A Sra. Deputada terá que ser mais cuidadosa nas afirmações que faz. Ouça melhor, leia mais, pergunte quando não souber, assim escusava de fazer a figura que aqui fez. Muito obrigado.

Deputada Carla Bretão (PSD): Eu leio as suas declarações.

Deputado Clélio Meneses (PSD): As pessoas conhecem-no!

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): E eu orgulho-me disso!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pese embora a ideia de conservação de elementos da natureza remonte aos primórdios da Humanidade, durante séculos, o paradigma conservacionista encerrou-se num conceito de biodiversidade muito marcado por valores científicos, estéticos e de lazer. A biodiversidade era compreendida, basicamente, como a oportunidade de

dispor de caça para desporto e de desfrutar da existência de animais diversos e de ambientes propiciadores do relaxamento e do prazer do convívio com a Natureza.

O predomínio dos valores estéticos e científicos conduziu a um direccionamento da conservação da biodiversidade para a preservação de determinadas espécies, sem se reflectir sobre a importância de outras na manutenção dos sistemas biológicos.

Posteriormente, a percepção, por parte das sociedades conservacionistas e científicas, dessa interligação entre os diferentes organismos vivos conduziu à propositura de acções de protecção especial de certas áreas. Estava, pois, aberto o caminho para as políticas públicas de conservação da natureza que encontram o seu fundamento na criação, em 1 de Março de 1872, do Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos da América.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Membros do Governo:

De então para cá, o paradigma conservacionista tem sofrido profundas alterações.

Com as revoluções tecnológicas, a Humanidade viu-se confrontada com uma maior expectativa de vida e uma crescente pressão sobre os recursos naturais, por acréscimo da sua apropriação, apercebendo-se da extinção de alguns ambientes e espécies presentes na Natureza.

Essa crescente preocupação conservacionista reflectiu-se na elaboração de leis e outras normas, inclusive de regimes internacionais. No começo do século XX, elaboraram-se várias convenções internacionais, sobretudo dirigidas a determinados animais e a alguns espaços naturais.

Mas foi nas últimas três décadas que se deu um salto notável – diria mesmo, uma mudança de paradigma – com o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável, originalmente elaborado pelo Worldwatch Institute, no começo da década de oitenta do século XX.

A conservação da natureza e a biodiversidade passaram a ser objecto de maior preocupação por parte da ciência e a ter uma agenda no campo da política, ganhando uma forte componente ética e assumindo um carácter global.

A Convenção da Biodiversidade e a Declaração do Rio de 1992 constituem uma referência nesta mudança de paradigma, com a conservação da biodiversidade a ser comumente assumida como uma componente das mudanças globais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Caldeira do Faial e a Montanha do Pico foram as duas primeiras áreas protegidas dos Açores, ambas classificadas como reservas naturais em Março de 1972, através dos Decretos n.ºs 78/72 e 79/72, de 7 e 8 de Março, respectivamente. Em 1980 instituiu-se, pela primeira vez nos Açores, a protecção legal de uma zona marinha, integrada na Paisagem Protegida do Monte da Guia, no Faial, criada pelo Decreto Regional n.º 1/80/A, de 31 de Janeiro.

Ao longo da década de 80 do século passado assistimos à aprovação de diplomas classificadores de diversas áreas do território regional, processo que não foi acompanhado do desenvolvimento concreto de políticas conservacionistas, nem dos correspondentes instrumentos de ordenamento e dos indispensáveis meios financeiros.

A partir de 1997, a orgânica e a acção do VII Governo Regional trouxeram uma nova perspectiva das políticas públicas nestes domínios, desde logo com a criação de um serviço regional para a Conservação da Natureza e com a respectiva dotação com os meios humanos, técnicos e financeiros essenciais à implementação de uma política de conservação fundada na utilização racional e sustentável dos recursos naturais, englobando a conservação dos ecossistemas naturais e a regeneração dos ambientes já degradados.

Nesta linha, os Açores integraram o grupo (região biogeográfica da Macaronésia) que primeiro apresentou uma lista de locais para serem classificados ao abrigo da Directiva Habitats; foram a primeira Região da Europa a propor para classificação uma área fora do mar territorial (Banco D. João de Castro); e os primeiros a apresentarem candidaturas do mar profundo (fontes hidrotermais de Menez Gwen e Lucky Strike).

Nos Açores, ao longo da última década, desenvolveram-se mecanismos de planeamento, gestão e ordenamento das áreas classificadas – terrestres e marítimas –, instalaram-se centros de interpretação e de apoio aos visitantes dessas áreas, e lançaram-se programas de apoio à manutenção de alguns ecossistemas e paisagens e de incentivo à recuperação de ambientes degradados, como sejam apoios à correcção

de diversas dissonâncias e acções de erradicação e controlo de plantas invasoras em áreas sensíveis.

Procedeu-se, também, à revisão do regime jurídico da Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores, com a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2007/A, de 25 de Junho, desenvolvendo um conceito integrado de rede ecológica.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em coerência, o Plano Anual para 2009 e as Orientações de Médio Prazo para o período de 2009 a 2012 são instrumentos de consolidação da estratégia definida pelo Partido Socialista e ratificada pelo Povo Açoriano no passado mês de Outubro.

Os documentos ora em apreciação transcrevem – a nível das orientações políticas e do investimento – as prioridades estratégicas definidas, prosseguindo a forte aposta na valorização da qualidade ambiental e no uso sustentado dos recursos naturais, e afirmando a Conservação da Natureza como um elemento preservador e valorizador das nossas paisagens e espaços naturais e da nossa diversidade biológica.

Disse!

Deputado Lizuarte Machado (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não havendo inscrições para debate, para uma intervenção tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas para o sector das pescas, constantes nas Orientações de Médio Prazo, no Orçamento e no Plano anual, e que agora apresentamos à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores comprovam uma determinação política de continuar a investir e a apostar num sector que é de grande importância para a nossa Região.

O investimento público previsto neste plano e orçamento permite-nos arrancar em pleno com a nossa estratégia de desenvolvimento, que delineamos nas Orientações

de Médio Prazo, para este sector da nossa economia marítima, na sequência da aprovação, neste parlamento, do Programa do X Governo Regional dos Açores.

O mar deve ser encarado, por nós, açorianos, como um pilar fundamental para o nosso desenvolvimento futuro. O mar não é apenas o elemento da natureza que nos rodeia mas é, fundamentalmente, um pilar estratégico, não só para a nossa prosperidade económica, mas também para a nossa segurança alimentar.

O Mar dos Açores, que se consubstancia na nossa Zona Económica Exclusiva é uma extensão natural do nosso território terrestre. Este nosso território marítimo que representa mais de quatrocentas vezes a dimensão terrestre das nossas ilhas, se for sempre gerido com cuidado e equilíbrio, a fim de permitir a plena exploração do seu potencial económico de uma forma sustentável, pode proporcionar novas e importantes oportunidades para o progresso e a criação de empregos na nossa Região.

As actividades de toda a fileira das pescas, para além de garantirem o auto-abastecimento alimentar do povo açoriano, com proteínas saudáveis e de excelente qualidade, promovem a coesão sócio-económica e funcionam também como único meio de sustento de muitas famílias em todas as ilhas do nosso arquipélago.

O potencial de recursos piscatórios existentes no Mar dos Açores, para além de ser frágil é de importância estratégica para a nossa autonomia. Por isso é indispensável estabelecer políticas de gestão, a nível interno e comunitário, que permitam obter um equilíbrio na sua exploração, de forma a garantir a sua preservação a médio e longo prazo.

Estamos certos que o princípio da gestão das pescarias por territórios marítimos diferenciados, de acordo com as suas características, é o princípio correcto, para que o sector tenha viabilidade económica a longo prazo e se consiga garantir a sustentabilidade das pescarias nas regiões europeias. Só a solução de gestão por territórios marítimos é que conduzirá a um ajustamento na dimensão da frota comunitária, de acordo com as capacidades de pesca das diferentes zonas marítimas da União Europeia.

Como região marítima que somos, com uma vasta Zona Económica Exclusiva de cerca de um milhão de km², que proporciona uma maior dimensão marítima à União

Europeia, continuaremos a pugnar para se encontrar uma solução mais adequada a nível comunitário, que defenda o nosso mar e o nosso património marinho e que garanta a sustentabilidade de um pilar fundamental para o desenvolvimento futuro dos Açores.

Com este objectivo em mente, nesta legislatura, pretendemos continuar a lutar intransigentemente pela melhoria dos mecanismos de protecção do nosso mar, no seio da política comum de pescas europeia, de forma a garantir uma actividade da pesca rentável, a longo prazo, aos nossos profissionais do sector.

O processo de recuperação da nossa Zona Económica Exclusiva que colocámos nos Tribunais Europeus, por falta de cumprimento das regras que estão definidas na própria política comum de pescas, com o apoio unânime de todo o sector das pescas e de toda a população açoriana, tem constituído, também, ao longo destes anos, um instrumento de pressão junto da União Europeia para se encontrar mais mecanismos de protecção do nosso mar.

Foi fruto da nossa pressão junto das instâncias comunitárias que conseguimos, e de forma pioneira na União Europeia, que fossem proibidas, de forma definitiva, nas nossas águas, a utilização das artes mais depredadoras que existem na actividade da pesca – as redes de emalhar de profundidade e o arrasto de fundo – garantindo assim, que na nossa ZEE, não fossem introduzidas artes que os nossos pescadores não utilizam e que acabariam rapidamente com os nossos recursos marinhos.

Foi fruto também da nossa intervenção junto da União Europeia que conseguimos reservar, só para a frota dos Açores, quotas de todas as espécies demersais e de algumas espécies importantes que existem nas nossas águas. Estamos agora a trabalhar para estender as quotas de pesca nas nossas águas a todas as espécies de profundidade e distribuí-las apenas às nossas embarcações de pesca.

Não queremos estar fora da política comum de pescas europeia. Queremos sim, que sejam reintroduzidos os mecanismos de acesso às zonas de pesca que estão definidos e que existem na própria política comum de pescas, e que anteriormente davam prioridade às frotas das regiões ultraperiféricas, mas que foram alterados em 2004, com a colaboração perniciosa dos partidos políticos que, na altura da

aprovação do regulamento das águas ocidentais, contribuíram activa e irresponsavelmente para delapidar um património que pertencia à nossa Região.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Muito bem!

Deputado António Pedro Costa (PSD): E a fiscalização Sr. Secretário?

O Orador: Não posso também deixar de manifestar aqui, neste plenário, uma palavra de apreço para uma entidade que tem sido de importância fulcral para a defesa das nossas águas. Refiro-me ao Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores, que não só tem tido a nível regional um papel fundamental na introdução de mecanismos de regulação para uma pesca mais sustentável no nosso mar, como também, a nível comunitário, tem reforçado a nossa capacidade de intervenção na política comum de pescas europeia. Por esta razão, queremos continuar a fortalecer, cada vez mais, esta ligação entre a ciência e a exploração dos recursos, para garantirmos uma gestão mais eficiente na nossa pesca e termos sempre um suporte científico na defesa dos nossos interesses estratégicos na Europa. O diálogo que o Governo iniciou há doze anos atrás com todos os parceiros do sector, no âmbito de uma gestão de proximidade, também tem sido fundamental para a gestão da nossa fileira das pescas.

O reforço do apoio às associações da pesca, não só tem permitido descentralizar tarefas e partilhar responsabilidades com suas estruturas representativas, no âmbito da gestão dos recursos marinhos a nível interno, como tem estimulado a sua plena participação no Conselho Consultivo das Águas Ocidentais do Sul, órgão comunitário onde também os nossos pescadores tem exercido a defesa da pesca açoriana.

Consideramos que agora é altura de nos empenharmos na criação de um Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas. Estamos convictos que a criação de um fórum específico de profissionais das Regiões Ultraperiféricas no seio da União Europeia, constituirá uma ferramenta preciosa e eficiente na defesa dos interesses do nosso sector pesqueiro. Por isso, nesta legislatura, é nossa intenção lutar por esse objectivo junto das instâncias comunitárias.

A necessidade de garantir a sustentabilidade do nosso sector das pescas obriga também a continuarmos a apostar e a insistir no fortalecimento do dispositivo de

controlo da nossa Zona Económica Exclusiva. A Inspeção Regional das Pescas, não só continuará a aumentar as acções de fiscalização no nosso arquipélago, como reforçará a coordenação e a articulação de acções conjuntas para serem executadas pelas entidades nacionais que detêm responsabilidades de fiscalização no Mar dos Açores.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Nós também temos!

O Orador: Nesta matéria, a instalação de equipamentos de monitorização nas embarcações de pesca costeira irá traduzir-se num novo mecanismo de protecção das zonas dedicadas à pequena pesca artesanal, em torno das nossas ilhas, permitindo assim que as comunidades piscatórias, que apenas dispõem de embarcações de pesca local, tenham uma actividade com estabilidade a longo prazo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ao longo destes últimos doze anos os pescadores açorianos viram os seus rendimentos duplicarem, o ramo da comercialização ganhou dimensão e nome, fruto da criação de condições para as actividades de exportação do pescado fresco de qualidade por via aérea para outros mercados e a indústria conserveira regional aumentou a sua capacidade de produção e conseguiu penetração e estabilidade em mercados importantes, em consequência de se ter modernizado e de se ter ajustado, também estruturalmente, à obtenção de matéria-prima no mercado comunitário e internacional.

Deputado Rui Ramos (PSD): São Jorge que o diga!

O Orador: No âmbito da valorização comercial do pescado da nossa Região iniciaremos, nesta legislatura, uma profunda reforma da nossa rede regional de frio. Serão construídos novos entrepostos de frio e todos os existentes serão tecnicamente requalificados de forma a ficarmos com um moderno dispositivo de refrigeração e congelação instalado em todas as ilhas.

As conservas de atum são um dos principais produtos da nossa exportação. A nossa indústria conserveira tem tido o mérito de criar um conjunto de novos produtos de elevada qualidade, baseados num trabalho artesanal de qualidade, que não só traz

mais riqueza para a nossa Região, como também promove os Açores a nível internacional.

No entanto, é necessário continuar a modernizar as nossas unidades conserveiras e a harmonizar os seus impactos no ambiente, nomeadamente através da construção e requalificação as suas ETAR's, para que a nossa indústria se torne numa indústria de referência.

Na área dos produtos da pesca, o regime de compensação ao escoamento das ilhas da coesão recentemente criado, constitui uma medida de política económica, que estimulará e proporcionará níveis de competitividade mais eficazes das empresas do sector das pescas localizadas naquelas ilhas.

Chegou, também, o tempo de desenvolvermos a aquicultura, para complementarmos a actividade da pesca com produtos do mar, que sejam típicos das nossas águas, de forma a potenciar uma economia marítima que traga mais riqueza para a nossa Região.

A dimensão económica da fileira da aquicultura contribuirá para a criação de novos nichos de mercado, para a criação de emprego, para uma utilização mais eficiente dos recursos locais e para a criação de oportunidades de investimento produtivo.

A estratégia para o desenvolvimento sustentável da aquicultura irá assentar numa actividade que ofereça produtos de qualidade, em quantidades limitadas e sem degradar o nosso ambiente marinho.

No que respeita às zonas portuárias, continuaremos a promover a sua expansão e requalificação. Com um plano reformador delineado no início da nossa governação e com o profundo empenhamento no desenvolvimento deste sector da economia marítima, o nosso objectivo é o de continuar a dotar os nossos portos de pesca com modernos equipamentos e infra-estruturas de modo a facilitar a logística, a segurança e as condições de trabalho das comunidades piscatórias.

As melhorias substanciais entretanto introduzidas nos portos de pesca da nossa Região, ao proporcionarem novas valências colocadas ao serviço dos pescadores açorianos, já permitiram aumentar a sua competitividade e a sua produtividade, dado que os nossos armadores, à medida que foram vendo melhoradas as suas zonas

portuárias, apostaram na construção de novas embarcações, com melhores condições de trabalho, de segurança e de conservação de pescado.

Neste âmbito, assume particular importância, o novo regime de incentivos regionais negociado com êxito com a União Europeia, que permitirá nesta legislatura, sem aumentar o número de embarcações, dar início a uma nova fase de renovação e modernização da nossa frota, preparando-a para o futuro, preparando-a para a diversificação da actividade e para pescar mais fundo, a outras espécies com potencial, mas ainda pouco exploradas comercialmente.

No que respeita à formação profissional, o alargamento das competências regionais previstas no nosso Estatuto, permitirá, no âmbito da certificação de marítimos, criar uma carreira na actividade da pesca que esteja perfeitamente de acordo com a nossa especificidade insular e que agilizará o acesso à profissão de pescador.

Uma forma de assegurar um maior desenvolvimento sustentável das zonas mais dependentes da pesca, que permita melhorar a qualidade de vida das suas comunidades, é também por via da diversificação e reestruturação das suas actividades económicas e sociais tradicionais.

Nesta legislatura arrancaremos com a pesca-turismo, actividade que abrirá novas oportunidades de negócio aos nossos armadores, permitindo-lhes a entrada no sector turístico o que lhes proporcionará, não só mais rendimentos, como divulgará e valorizará a própria profissão do pescador.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Já foi prometido o ano passado!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A confiança que os açorianos e as açorianas depositaram em nós, dá-nos um redobrado estímulo para continuarmos no rumo do desenvolvimento e da modernização do nosso sector das pescas.

O investimento previsto neste plano e a qualidade dos agentes do sector das pescas, garante-nos, nesta legislatura, uma nova maré de oportunidades.

Disse.

Deputado António Pedro Costa (PSD): E as 6 milhas, Sr. Secretário?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Gaspar Lima.

Deputado José Lima (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As Orientações a Médio Prazo e Plano Regional anual para o ano de 2009, propostos pelo X Governo Regional do Partido Socialista, são dois excelentes documentos, elaborados tendo como base o reforço das condições de crescimento e desenvolvimento, de modo a estimular a economia nas suas diversas vertentes em todas as ilhas da região.

No que diz respeito ao sector das pescas, o trabalho efectuado tem promovido o crescimento do sector e a dignificação da profissão de pescador.

Não nos podemos esquecer que o desenvolvimento dos Açores depende também deste sector o qual tem grande importância económica e social no conjunto das actividades económicas da nossa Região.

Com os seis projectos que estruturam este programa na área das pescas, o X Governo Regional dos Açores continua a promover o crescimento do sector, mantendo sempre o equilíbrio entre a gestão e a conservação dos recursos, tornando sustentável o sector das pescas em todas as suas fileiras, melhorando sempre a evolução dos rendimentos dos diversos agentes que desta actividade dependem.

Na coesão social, foi criado um mecanismo definitivo de protecção social aos profissionais da pesca que veio trazer maior valia e estabilidade à qualidade de vida dos pescadores e das suas famílias.

No diálogo e partilha de tarefas, descentalizou-se e partilhou-se tarefas e responsabilidades com as associações e parceiros sociais do sector. Esta democratização é fundamental para o desenvolvimento e modernização do sector na região, como a prática o tem demonstrado, sendo hoje a gestão das pescas feita em conjunto com os pescadores, cientistas e todas as organizações ligadas a esta actividade.

A nível da investigação científica tem o Governo Regional apostado na investigação pesqueira, desenvolvendo e trabalhando em parceria com o Departamento de

Oceanografia e Pescas da UA, tendo este trabalho contribuindo em muito para o desenvolvimento de instrumentos na melhoria da gestão sustentável dos recursos.

Na formação profissional, tem vindo o Governo a apostar numa formação profissional de qualidade e de proximidade, melhorando em muito a segurança marítima e a qualidade dos nossos profissionais. Foi implementado um esquema de cursos de formação que constantemente actualizam os conhecimentos dos nossos pescadores em todas as Ilhas da Região.

Na modernização e reconversão da frota foram elaborados programas estratégicos de desenvolvimento e renovação deste sector produtivo, com o apoio à construção e modernização das embarcações da frota regional.

A nível de infra-estruturas e equipamentos portuários, foram construídos e melhorados grande parte dos nossos portos e núcleos de pesca, que vieram permitir o crescimento e desenvolvimento do sector produtivo, tendo melhorado decisivamente a qualidade e as condições de trabalho e de segurança dos pescadores

No sector de transformação e comercialização, foram implementadas políticas no âmbito da comercialização e transformação dos produtos, bem como a modernização e requalificação da indústria transformadora, bem como investimentos no desenvolvimento das empresas de comercialização.

A nível de controlo tem sido implementado um melhor controlo da actividade, tendo nesta área sido criada a Inspecção Regional das Pescas, cujo trabalho de fiscalização e sensibilização tem sido muito importante junto dos Pescadores em todas as ilhas da nossa Região. A regulamentação e o controlo da actividade pesqueira, são fundamentais para a protecção dos recursos e garantia das gerações futuras. Esta temática, tem estado ao longo dos últimos tempos em discussão por parte das Associações do sector em conjunto com o governo na procura de propostas concretas e realistas, para que a região possa implementar medidas de gestão que salvem os recursos do nosso mar. Têm participado neste trabalho todas as partes ligadas ao sector, autoridades locais, armadores, pescadores, técnicos e cientistas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só assim se criam políticas de futuro no sector das Pescas, enquadradas especificamente na defesa das pescas na nossa Região, bem como o interesse de toda a actividade.

Continuaremos a bater-nos pela gestão integral da nossa ZEE, uma vez que a redução das 100 para a 200 milhas veio reduzir o espaço da nossa exclusividade e abriu a porta a frotas com outros meios, pondo em causa a garantia de uma exploração sustentável dos nossos mares.

Temos ainda que destacar acções de grande interesse estratégico para o sector tais como; congressos, exposições, Semana do Pescador, Expo pescas, Feira do Mar, assim como diversos encontros científicos e de profissionais para a análise e debate de assuntos de grande interesse para as pescas dos Açores.

Continua o Governo Regional do Partido Socialista a apostar nas políticas do mar não esquecendo que o Mar dos Açores é um vector importante e cada vez mais necessário para o nosso desenvolvimento.

As dotações estabelecidas neste Plano e Orçamento para 2009, para investimento na fileira das pescas, são projectos importantes a destacar porque tem uma sequência de políticas implementadas nesta área que apostam em muito num desenvolvimento sustentável do sector.

As verbas adstritas à modernização das infra-estruturas e da actividade das pescas num total de 29.888.241€, sendo 24.100.282€ do Plano e 5.781.959€ de Outros Fundos, estão distribuídas pelos seguintes projectos:

Inspeção e gestão; Infra-estruturas portuárias; Frota; Produtos da pesca; Formação profissional e Programa de desenvolvimento do sector das pescas.

Este modelo de desenvolvimento prosseguido pelo Governo Regional, garante a defesa dos rendimentos de todos os que dependem deste sector, bem como a qualificação e crescimento do mesmo.

É um modelo com provas dadas o qual nos permite olhar o futuro do sector com esperança e com garantias de desenvolvimento.

A realidade que se vive hoje no sector das pescas deve-se ao trabalho que os Governos Regionais do Partido Socialista tem desenvolvido na sua acção governativa,...

Deputado António Pedro Costa (PSD): E não só!

O Orador: ... na implementação de políticas estruturantes cujo objectivo é de proporcionar mais e melhores condições de qualidade de vida em prol de todos os Açorianos e sempre a pensar no futuro dos Açores.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Informo a câmara que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista esgotou o seu tempo.

Tem a palavra para pedir esclarecimentos o Sr. Deputado José Cascalho. Não sei se vai ser esclarecido, mas tem o direito de colocar a questão.

Deputado José Cascalho (BE): Sr. Presidente, a minha questão é dirigida ao Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

Presidente: O Governo ainda tem tempo.

* **Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na acção 9.3.2, os senhores prevêem investir 150 mil euros no FUNDOPESCA

Como sabe, tem sido contestada pelos pescadores a forma como este FUNDOPESCA tem sido aplicado aqui, na Região, quer pelo montante – que é muito abaixo do ordenado mínimo regional (se bem que o Governo agora procure corrigir este montante de forma a atingir este valor), quer pelas condições de acesso que são muito restritivas e que deixam de fora do apoio muitos pescadores.

Pergunto-lhe se não concorda com o reforço da verba atribuída a esta acção na previsão de um alargamento da sua aplicação, bem como a de tornar a atribuição de um montante de valor igual ao ordenado mínimo como regra e não como excepção?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Subsecretário Regional das Pescas.

* **Subsecretário Regional das Pescas (Marcelo Pamplona):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O FUNDOPESCA tem a dotação suficiente dado que o FUNDOPESCA tem um saldo previsional que lhe permite fazer face aos seus encargos durante o ano de 2009. No que diz respeito à verba ser equiparada ao ordenado mínimo, essa verba foi equiparada neste mês de Março, tendo os pescadores recebido um complemento do FUNDOPESCA até atingir o valor do vencimento mínimo na Região.

No que respeita ao alargamento, o FUNDOPESCA rege-se por normas notificadas à União Europeia e dirigem-se exclusivamente aos pescadores que exercem unicamente a actividade da pesca, não tendo outros rendimentos. Complementa as pensões que os pescadores têm, nomeadamente em doença, mas dirige-se exclusivamente aos pescadores que têm como única fonte de rendimento a actividade da pesca.

Obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos as inscrições do nosso debate na generalidade.

Vamos fazer um intervalo e retomamos com as intervenções finais, que ocorrerão a partir das 18 horas e 15 minutos.

Até já.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeçia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 30 minutos.

Vamos iniciar a parte final do debate na generalidade, dos três documentos que temos vindo a analisar, com as intervenções finais que serão feitas por ordem e com os tempos respectivos que foram acordados na Conferência de Líderes.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente (que não está) e Membros do Governo:

Vivemos hoje horas muito difíceis na nossa Região. O desemprego cresce espectacularmente, aumenta a insegurança das populações, o rendimento das famílias

cai a pique e flagelos sociais como a toxicod dependência e a violência doméstica não param de incrementar-se.

Na agricultura instalou-se a incerteza perante um futuro mais que incerto e o sector das pescas dá mostras de esgotamento. A construção civil derrubou-se como um castelo de cartas e o comércio entrou em desespero.

No ensino cresce a indisciplina, o monstro burocrático e os maus resultados na aprendizagem dos nossos alunos. O sector da saúde tem um buraco colossal que compromete gravemente o presente e o futuro do sistema de saúde regional.

Em circunstâncias tão difíceis como as que estamos vivendo, é crucial os povos contarem com Governos frescos, dinâmicos, competentes, com visão de futuro e com capacidade de unir os cidadãos em torno de objectivos comuns.

Ora o destino reservou-nos a trágica fatalidade de, para enfrentar este momento de enorme transcendência, se encontrar na linha do destino, este Governo e esta liderança.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A actual liderança política açoriana, protagonizada pelo Sr. Carlos César, dificilmente poderia reunir piores condições para encarar as actuais circunstâncias.

A responsabilidade da liderança pertence actualmente a um político previamente formatado para o gozo de um período sabático de quatro anos. Está de saída e só lamenta, como os antigos gauleses, que o céu lhe tenha caído em cima.

Isto costuma acontecer aos velhos jogadores que não sabem pendurar as chuteiras a tempo. Tentam o destino sempre com a pretensão de disputarem mais um jogo e depois acabam assobiados pelos adeptos, sem paciência para os ver arrastar o emblema do clube na lama da decadência e da incompetência. Neste caso nem sequer existe registo de antigas glórias para atenuar as misérias presentes.

O passado é fácil de sintetizar. Depois de treze anos de governação, os Açores continuam a ser uma das regiões mais pobres da Europa. É certo que já o éramos, mas a evidência é que não o deixámos de ser. Em termos de convergência com a União Europeia, com uns meros 68%, estamos mais próximos dos restos do império tropical francês do que da Madeira ou das Canárias.

Analiseemos, no entanto, as condições objectivas que se exigem – nas actuais circunstâncias – a uma liderança para enfrentar a crise. Exige-se capacidade para congregar todos os sectores sociais, políticos e económicos.

Ora esta é uma das virtudes que o Sr. Carlos César dificilmente reúne. A sua obsessão, em todos os discursos, é tentar achincalhar a oposição. A sua retórica, despida de conteúdo, nunca dispensa o conflito partidário, por mais mesquinha que seja a oportunidade táctica.

Neste debate, mesmo vivendo a população açoriana as difíceis circunstâncias presentes, o Sr. Carlos César não teve outro propósito que não semear a discórdia e a divisão neste Parlamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Outra qualidade que se pede a um verdadeiro estadista é que tenha a capacidade de olhar constantemente para o futuro. Ora a obsessão do Sr. Carlos César é a comparação com o passado, por mais ridículo e desonesto que seja esse exercício. De tanto olhar para trás, ainda corre o risco de se transformar numa estátua de sal, como os descrentes de Sodoma e Gomorra.

É confrangedor comparar o número actual de telemóveis e computadores com as quantidades registadas nos contextos temporais de há treze anos. Ninguém lhe dá a menor credibilidade nesse exercício. Os seus resultados absolutos, comparados com boas práticas de crescimento e convergência no âmbito da governação, são, pura e simplesmente, maus.

Exige-se a um líder que rentabilize capacidades individuais e coordene equipas. Ora, neste debate, o senhor voltou a render-se ao velho pecado do vedetismo. Motivado pela transmissão do debate pela RTP-A, o senhor secou o Presidente do Grupo Parlamentar do seu partido e o Secretário da Presidência.

A moral da história é que se provou, mais uma vez, que continua obcecado em exigir o palco só para si. O resultado deste tipo de comportamento é o já célebre: “depois de mim, o caos”.

Finalmente, exige-se que um líder, mesmo que esteja de saída, não hipoteque o futuro da sociedade que lidera. Ora o Sr. Presidente do Governo Regional chegou a este

debate com o terrível ónus de ter prejudicado gravemente os interesses dos Açores na questão da Base das Lajes.

As receitas provenientes da Base das Lajes já significaram 38% do orçamento desta Região. Embora o actual acordo não contemple este género de contrapartida, nada lhe dá o direito de vir levianamente dizer que os Açores não pretendem obter contrapartidas financeiras para o futuro. A Base das Lajes continua a ter uma importância fulcral para a projecção político-militar dos Estados Unidos e os Açores não são a Região rica da União Europeia que os americanos, na senda dos saldos, nos querem agora impingir.

Neste mundo já não existem almoços grátis. Na próxima vez, se os quiser pagar, não nos mande a conta antes de nos perguntar se queremos participar nesse ofertório. Neste caso, existe ainda a agravante do senhor já cá não estar quando se tiver de pagar a conta que resultará da sua falta de Sentido de Estado nesta questão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Assim, o orçamento, cuja discussão só agora concluímos, enferma de todos os vícios da inaptidão política descrita, a que se deve juntar uma total incompreensão da crise e dos seus mecanismos.

O Presidente do Governo Regional convenceu-se que derrota a crise se repetir muitas vezes o slogan de vender sabonetes que lhe inventaram: “a crise chegou mais tarde aos Açores e sairá mais cedo devido à acção previdente do Governo Regional”. Enfim, uma coisa verdadeiramente confrangedora.

Não me irei deter muito mais na análise dos erros de que enferma este insípido orçamento. Tirando a cosmética da retórica e o aumento da capacidade de desperdício, este orçamento é igual a todos os outros que lhe antecederam. Especificamente para a crise, superado o barulho do foguetório propagandístico, só vejo sair uma mãozinha para o pântano em que se transformou a construção civil regional.

Os espanhóis gostam de dizer que a sua armada invencível não foi derrotada pelos canhões ingleses. Dizem que a destruição foi originada pela fúria dos elementos. No caso da armada invencível deste Governo, penso que tenho o dever de aconselhar o

executivo a não desafiar a Santa Providência. A história repete-se, principalmente com navios detentores do grau de inclinação que se comenta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Quero, finalmente, abordar aqui a vergonha que é este orçamento para a ilha do Corvo. Evidentemente que aquela história da irrelevância da área e da população das ilhas foi mais um daqueles momentos retóricos tão característico deste Presidente do Governo Regional.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

As contas são, infelizmente, fáceis de fazer e de descrever. No ambiente, por exemplo. É verdade, como afirmou a Sra. Deputada Cláudia Cardoso, que isto é um acerto de contas. O projecto do aterro sanitário, prometido e jurado pelo Presidente do Governo Regional para 2009, custaria 750 mil Euros. Ora, em troca, o que está agora consignado, para esta área, é uma despesa de 75 mil euros. Dado que o Secretário Álamo Meneses prometeu gastar ainda mais dinheiro neste seu novo projecto, gostaria de saber como se explica esta aparente contradição? Não acha, Sra. Deputada Cláudia Cardoso, que isto precisa de um acerto de contas?

E o Centro de Interpretação Ambiental da ilha do Corvo. Não se lembra, Sr. Vice-Presidente, de o ter inaugurado em 2007? Sabia que, ao melhor estilo da lendária política do Coronel Odorico, este empreendimento, de mais de duzentos mil euros, continua encerrado? Isto quando não existe nenhuma outra valência para a preservação e divulgação do património. Alguém acha isto admissível?

E o Parque Natural? E a Reserva da Biosfera? E o zero de 13 anos consecutivos na política desportiva? E a política cultural? E a famosa massificação da deslocação à ilha de especialistas na área da saúde? E a política de juventude? E as melhorias significativas na área dos transportes? Mais quatro zeros à esquerda da vossa conta à ordem sobre o desleixo, a incompetência e a negligência deste Governo na ilha do Corvo.

Presidente: Tem mesmo que terminar, Sr. Deputado:

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Os senhores deveriam ter vergonha de apresentar este saldo governativo na ilha do Corvo. Qual é a diferença entre a vossa política e a praticada em quinhentos anos de abandono do poder central? Antes, do Estado, só nos chegavam os padres, agora, por sinal, nem isso.

Termino este breve discurso, voltando ao retrato regional. Que tragédia representa para os Açores o facto de não podermos enfrentar esta crise com algo melhor que este Governo! O pior da história da autonomia! O Presidente do Governo quer construir um Museu da Autonomia. É, no seu caso, uma preocupação urgente e bem contextualizada.

Disse!

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exmo. Senhor Presidente, Exmos. Senhores Deputados, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional, Exmos. Senhores Membros do Governo:

Estas não são as nossas Orientações, nem o nosso Plano e Orçamento. Afirmo aqui, nesta tribuna, no início deste debate.

Trata-se de um projecto de intenções e de instrumentos do Governo Regional, sobre os quais nos pronunciámos relevando a sua importância e uma moderada adequação ao contexto de crise social e económica em que vivemos. Sem deixar, porém, de identificar e criticar as insuficiências e as opções políticas que, naturalmente, nos separam do PS.

Plano de intenções e instrumentos sobre os quais não deixaremos de exercer a mais rigorosa e exigente fiscalização, plano de intenções e instrumentos sobre os quais não deixaremos de exercer a mais firme exigência em termos da sua concretização.

Exmo. Senhor Presidente, Sras. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sabemos separar o que são competências do Governo e o que são competências da Assembleia os papeis de um e outro órgão, mas nunca deixaremos de exigir, de ambos, que cumpram os seus deveres e compromissos, fazendo o melhor para a nossa Região.

Temos, naturalmente, perspectivas críticas, que explanámos, em relação às escolhas e opções assumidas pela maioria. Críticas e discordâncias que radicam, sobretudo, numa diferente perspectiva ideológica da visão do modelo de desenvolvimento que propomos para os Açores.

Não abdicámos, nem abdicaremos, de apontar o que está mal, de trazer a esta Assembleia, dentro das limitações de tempo de intervenção que regimentalmente nos foram impostas, as insuficiências, lacunas e erros destes instrumentos.

Não deixámos de apontar os perigos do optimismo macroeconómico, a nosso ver, mal fundamentado, a fraca ambição nalguns objectivos, a desequilibrada distribuição do investimento ao longo do quadriénio, as insuficiências nos programas sociais.

No entanto, a situação de crise económica e social que atravessamos obrigou o Governo do Partido Socialista a algumas inflexões com algum significado que o PCP não pode, com seriedade, de todo ignorar.

Queremos, neste início de legislatura transmitir um sinal à maioria parlamentar, bem como aos restantes partidos da oposição, da nossa abertura ao diálogo, a nossa disponibilidade e da nossa capacidade de construir colectivamente as soluções que melhor sirvam o Povo Açoriano, sem que isso signifique, todavia, abdicarmos do nosso próprio rumo e da nossa própria visão para o desenvolvimento dos Açores.

O nosso voto não será nunca um cheque em branco, pois é acima de tudo uma exigência de concretização.

A nossa postura nunca será a de resignação, pois com toda a legitimidade e firmeza aqui estaremos para fiscalizar a actuação do Governo.

A nossa posição jamais será a da cedência, pois temos um compromisso indestrutível com o Povo Açoriano.

Exmo. Senhor Presidente, Sras. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apresentámo-nos neste debate, com uma postura construtiva e aberta ao diálogo. Com integridade, clareza e sem estratégias preconcebidas procurámos contribuir, com elevação e sentido de responsabilidade para o enriquecimento dos documentos presentes a esta Assembleia. Temos, a exacta noção da nossa própria medida, mas também da nossa capacidade de intervenção social e política. Não nos arrogamos o

papel de donos de todas as verdades, nem temos coutadas ou direitos de propriedade sobre as diferentes áreas da acção governativa e parlamentar.

Não tivemos a pretensão de apresentar nesta discussão remédios milagrosos para todos os males que afligem a Região. Temos engenho, mas não temos artes de ilusionismo político para distrair os mais incautos!

Mas também não nos limitamos à crítica estéril e não nos demitimos de apresentar soluções e propostas, porque foi para isso que merecemos a confiança e o voto dos açorianos.

Fácil teria sido apresentar dezenas de propostas que arrastassem milhões de euros ao bel-prazer da demagogia. Conseguiríamos assim, com certeza, mais alguns “sound-bytes” de sonoro e oco verbalismo populista, mas perderíamos, com igual certeza, a confiança do Povo Açoriano, que exige de nós que apresentemos soluções credíveis e eficazes, propostas concretas e realizáveis.

Também nos poderíamos ter refugiado na posição cómoda da oposição destrutiva que nada de novo tem para propor aos açorianos, procurando na tática da terra queimada, no “quanto pior, melhor”, e tentar ganhar eventuais, mas certamente fátuos, trunfos na luta político-partidária.

Não, senhores Deputados! Não vamos por aí!

Sendo fieis aos nossos princípios, à longa e gloriosa história do PCP, da qual justamente nos orgulhamos, nunca poderíamos ir por aí!

Perante o verbalismo, preferimos a consistência das ideias amadurecidas.

Perante o populismo, preferimos a responsabilidade.

Perante a demagogia, preferimos a coerência.

E é por isso que procurámos, antes, construir propostas realistas que possam contribuir para o bem-estar do nosso povo. Fizemo-lo com toda a humildade democrática, mas também com toda a convicção da validade e utilidade do que propomos.

É desta forma responsável que encaramos, encararemos e que cumprimos o mandato que o Povo Açoriano nos conferiu.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

Deputado José Cascalho (BE): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Vice-presidente do Governo Regional apresentou o Plano e Orçamento, como documentos rigorosos e realistas. A sua intervenção foi na verdade um “tsunami” de números, números esses que a bancada do Partido Socialista se desdobrou em esforços para mostrar que eram realistas, vincando bem o seu rigor, acrescentando por cima o dogma do equilíbrio orçamental.

Mas na verdade, rigor e contas certas é o mínimo que se exige a quem gere finanças públicas. Esse é um dever em Democracia, e nada mais.

O mesmo **não se passa** com o realismo que, infelizmente, não transparece nos documentos apresentados.

De facto, o Governo apresenta para o ano de 2009 um aumento das receitas provenientes da Região, é certo que é um ligeiro aumento, mas não deixa de ser um aumento. Perguntamos:

Como é possível de forma realista, num ano hoje considerado por toda a gente como um ano de recessão económica, facto assumido de forma clara neste debate por este Governo, prever o crescimento das receitas?

Claramente isto não é ser realista.

O Governo Regional não explicou neste debate, como pretende realizar mais este milagre, na continuidade de um discurso que não cola com a realidade vivida pelos Açorianos e Açorianas no seu dia a dia.

Pintar a realidade com cores agradáveis pode ser, do ponto de vista retórico, interessante, mas não resolve problemas.

Desejamos, sinceramente estar enganados, mas o bom senso diz-nos que esta previsão do Governo Regional, não tem qualquer credibilidade.

Mas de facto, a credibilidade do Governo também não se espelha em muitos outros exemplos que têm vindo a ser debatidos nesta casa:

- As obras na Fajã do Calhau, que é apresentada pelo Governo como uma obra quase sem custos e sem provocar qualquer dano ao ambiente;

- A construção da via-rápida na ilha Terceira com inertes extraídos ilegalmente, e cuja ilegalidade está a ser negociada;
- A tristeza que é o processo do navio Atlântida e para o qual o Governo parece não ter satisfações a dar aos Açorianos e Açorianas (nós dizemos veementemente que a culpa aqui não pode morrer solteira!).

A crise é séria, e é muito séria para quem perde o emprego, para quem é obrigado à precariedade no trabalho e na vida, para quem recebe pensões de miséria.

As frases “O que conta são as pessoas” e “ Há mais vida para além do orçamento” – lemas célebres de antigos dirigentes socialistas não parecem servir hoje como linha de rumo do Partido Socialista, quer nos Açores, quer no Continente.

Na verdade o Partido Socialista/Açores, acompanhou o governo da República na recusa em tornar mais acessível o acesso ao subsídio de desemprego, medida mais que justificada, no momento em que vivemos, e em particular nos Açores onde grassa a precariedade.

E que dizer sobre a resposta do Governo à proposta do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda para assegurar uma refeição quente nas escolas? O Governo garantiu que ela está já assegurada em todas as escolas. Apetece perguntar, se conhecem a Região onde vivem.

Às propostas do Grupo Parlamentar do Bloco para que, neste orçamento, se dê uma atenção especial às crianças e aos jovens, responde o Governo que tudo existe e que tudo vai bem.

O Governo não apresenta medidas concretas para combate às listas de espera no Serviço Regional de Saúde,

Não propõe medidas para melhorar os rendimentos dos cerca de 29.000 pensionistas que recebem pensões abaixo dos 270 euros mensais.

Entendemos ser uma obrigação da mais elementar justiça iniciar um combate sério a estas situações.

Por essa razão esperamos que na especialidade o Governo Regional tenha a coragem de aceitar a proposta feita pelo Bloco de Esquerda, ou mesmo de a suplantarmos, para melhorar as remunerações dos pensionistas.

Não se trata só de justiça social, trata-se também de um contributo no combate ao desemprego, já que esta medida promove o mercado interno, tão necessário para as micro e pequenas empresas da Região.

Se por um lado constatamos a fragilidade das medidas de acção social e a insuficiência das medidas para a promoção de emprego, por outro, as condições e os direitos de quem trabalha, estão em consonância com as políticas do Governo da República, ou seja, são desastrosas.

A entrada em vigor do código de trabalho, imposto pelo Partido Socialista, vem para além de outros factores, transformar todo o trabalhador em trabalhador precário e vem diminuir o preço por hora que se paga a cada trabalhador, através do famigerado banco de horas.

Na nossa Região, onde os ordenados dos trabalhadores no sector privado são cerca de 20% mais baixos que a média nacional, a aplicação deste código é uma catástrofe para estes trabalhadores.

Olhemos para o caso das IPSS. Os trabalhadores pagos pela Acção Social do Governo recebem, nas IPSS, ordenados francamente mais baixos quando comparados com os trabalhadores com as mesmas responsabilidades pertencentes ao quadro público.

Mas o Governo quer ainda mais, ao propor, com o apoio de dinheiros públicos, uma política de privatização dos apoios sociais.

Transforma o que deviam ser políticas sociais, num negócio, onde o utente passa a ser cliente, onde o trabalhador é mal pago, tem menos direitos e onde, por fim, o investidor só vê o lucro.

Quem olha para as pessoas com lentes de graduação liberal, olha-as como activos mais ou menos cotados conforme o mercado.

É esta a alma Rosa dos documentos apresentados nesta Assembleia pelo Governo Regional.

Bem pode crescer o PIB, que a pobreza crescerá na mesma proporção, criando ao mesmo tempo maior desequilíbrio entre os pobres e os ricos.

Mas não é só na Acção Social que o governo usa a lógica de mercado. Esta política anti-social estende-se a todos os sectores públicos.

Para este Partido Socialista os Serviços Públicos, a Energia, os Transportes, não são, ao contrário do que defenderia qualquer social-democrata que se preze, considerados um factor de progresso e de coesão social. Não, nada disso, são, ao invés e antes demais, factores de negócio para o possidente.

As lições desta crise, parecem ainda não ter chegado ao Palácio de Santana.

Mas como se não bastasse a política económica e social neoliberal, alguns acontecimentos parecem fazer querer que a ideia de “desenvolvimento sustentável” está a perder força neste Governo Socialista.

– Como é possível conceber projectos como a adaptação da via-rápida Vitorino Nemésio que para as dimensões da ilha Terceira é uma obra de considerável envergadura, sem que haja estudos que permitam questionar se o projecto proposto é o mais adequado tendo em conta os recursos exigidos para a sua concretização?

– Como se pode continuar a apostar no Turismo de qualidade quando se quer na Região uma Base na qual se instala um campo de treino militar para caças?

– Como se pode, neste caso, usar o emprego dos trabalhadores Portugueses como moeda de troca pelas novas valências propostas para a Base, que alteram por completo a sua função e que impõem que os Açorianos e Açorianas pactuem com interesses militares que são interesses que obedecem a imposições externas, para a qual a opinião dos Açorianos e Açorianas não conta para nada?

– Como é possível que a posição Geo-estratégica dos Açores, um pilar para o seu desenvolvimento sustentável, se confunda com a visão Geo-estratégica dos Militares Americanos?

– Como se pode aceitar que a ZEE não seja defendida pelo Governo Regional junto do Governo da República no âmbito das negociações, novamente abertas sobre o Tratado de Lisboa, quando esta é uma forma de defender a biodiversidade nos Mares dos Açores?

– Perguntamos, por fim, como entende este Governo o papel da participação dos cidadãos quando reage laconicamente aos problemas apontados, quando insiste em erros, ou jura a pés juntos que não tem responsabilidades quando a sua responsabilidade é visível a olho nu?

Por todas estas razões vamos votar contra este Orçamento e Plano de 2009.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Terminamos a análise ao Plano de Investimentos e Orçamento da Região Autónoma para 2009 e às Orientações de Médio Prazo 2009-2012.

O Governo apresentou os seus documentos como ambiciosos, assumindo que irá cumprir os compromissos assumidos perante os Açorianos.

O CDS-PP partiu para esta discussão, há três dias atrás, sem posições pré-definidas. Partimos para este debate com uma postura construtiva, séria e responsável. Somos a Favor dos Açorianos.

Estamos na política para trabalhar para os Açorianos. Por isso, não nos inibimos nunca de criticar o Governo, nem de elogiar quando for caso disso.

Queremos uma política com efeitos práticos para as pessoas, pelo que exercemos aqui um grande poder: o poder da oposição; o poder de influência; o poder de alterar e melhorar as propostas do Governo.

É saudável a existência de uma colaboração institucional entre os dois principais órgãos de governo próprio desta Região. É profícuo; é um exercício democrático entre o poder executivo e o poder legislativo.

Não chegamos a esta discussão presos a dogmas que não servem as pessoas, mas que dão jeito para a mediatização pública do nosso Partido. Somos o que fomos e queremos manter esta postura.

Move-nos a ambição de crescer, não a ambição do poder. E este poder chega-nos; tem chegado até aqui. Move-nos o nosso crescimento sustentado como Partido que está na oposição e sabe ser oposição. Move-nos o facto de ouvirmos os açorianos dizer: “Os senhores são a melhor oposição. Os senhores vão crescer mais. Continuem assim!”.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos a obrigação de, perante o que entendemos estar mal ou menos bem, propor alterações; fazer sugestões. Do mesmo modo temos que fazer ver a quem tem a maioria a mais-valia das nossas propostas.

Move-nos a humildade democrática, não a arrogância de tudo saber. Do mesmo modo deve a maioria e o Governo ter a mesma humildade democrática de apurar as boas propostas da oposição e de as aprovar, como já fez no passado.

É certo que criticamos o que está mal, mas fizemo-lo com o espírito de esclarecer os Açorianos.

É certo que fomos duros na análise a alguns sectores, mas não podemos deixar passar em branco alguns desequilíbrios de que enfermam estes documentos:

- Não compreendemos por que se investe no combate às toxicodependências mais do dobro da verba destinada ao Plano Regional de Saúde que engloba todos os planos sectoriais, desde a Nutrição e Diabetes, doenças oncológicas, doenças cérebro-cárdio-vasculares, saúde mental, saúde oral, saúde materna, entre outros;
- É difícil aceitar que se invistam 3,5 milhões de euros em “Tecnologias de Informação na Saúde” e somente 2,7 milhões na “Construção de Novas Infra-Estruturas”;
- Nestes documentos vislumbram-se demasiadas intenções em promover e divulgar os produtos e o consumo dos produtos açorianos. Mas como podemos promover, divulgar e consumir estes produtos se não existe um sistema de transporte de mercadorias célere, prático e eficaz?
- O Governo volta a inscrever verbas para a suposta concretização de compromissos eleitorais antigos, alguns tão antigos, que já deviam estar, pelo menos, inaugurados. Continuaremos atentos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mas nem tudo é mau e, democrática e responsabilmente, tal é por nós reconhecido. Vão avançar as obras, necessárias e importantes, como a ampliação e alargamento da pista do aeródromo de São Jorge; está em fase de estudo o alargamento do serviço público de transporte marítimo diário entre as ilhas do Triângulo; constatamos que vão ser alargados os programas de recuperação das listas de espera no Serviço Regional de Saúde.

Existem políticas definidas que nos merecem elogio: é positivo o reforço aos programas e políticas de emprego e habitação. Mas também temos muitas reservas

quanto ao endividamento, nomeadamente do Sector Público Empresarial Regional, e ao aumento da concessão de avales.

Todavia, em tempo de crise, não queremos dar uma única desculpa, um único motivo para que o Governo não combata a crise que se sente e afecta as famílias e empresas Açorianas.

Analizamos “o maior Plano e Orçamento de sempre” e saímos daqui com a certeza de que nos próximos quatro anos havemos de voltar a fazê-lo, pois já assim está estabelecido nas Orientações de Médio Prazo.

Não viemos para este debate acusar este ou aquele interveniente de ter detectado mais cedo ou mais tarde a crise. Partimos para este debate com o intuito de esclarecer os Açorianos e de propor soluções para evitar que os Açorianos sintam mais dificuldades com a crise.

Isto porque não temos preconceitos com slogans partidários. O CDS-PP, desde que as políticas sejam primeiro para as pessoas, até não se importa de ouvir um Açoriano dizer: “Que bom é ser Açoriano”!

O CDS-PP reafirma-se como a oposição alternativa e uma alternativa de oposição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como já referi existem aspectos com os quais não podemos concordar ou que estão em falta, nomeadamente no Plano de Investimentos.

Considerando que o Governo Regional foi, muito recentemente, autorizado excepcionalmente a endividar-se em 50 milhões de euros e entendendo que existem capítulos nestes documentos que nos parecem inflacionados relativamente a outros que nos são mais caros, o CDS-PP vai apresentar propostas de alteração que visam melhorar o combate às listas de espera cirúrgicas, impulsionar a materialização da rede de cuidados continuados e paliativos e aquilatar do impacto e da viabilidade da aquisição de um avião cargueiro destinado a facilitar o escoamento nomeadamente de produtos da agricultura, da pesca e correio das Ilhas da Coesão.

Permitam-me salientar, que neste Plano já estão contemplados 1,8 milhões de euros para a continuação do COMPAMID – medida ímpar de grande impacto social e ajuda aos reformados e que nos orgulhamos de ter proposto e ter sido aprovada no ano passado.

Entretanto, o CDS-PP já apresentou, a devido tempo, outra iniciativa de grande alcance social que é a equiparação das diárias dos doentes deslocados às dos atletas.

Queremos, porquanto julgamos ser da maior justiça social, que, ao longo desta legislatura, se atinja um valor diário na ordem dos 70 Euros, ou seja, dar aos doentes o mesmo que se dá a um atleta.

Mas a nossa iniciativa vai mais além pelo que defendemos também a reestruturação do SADEL (Serviço de Acolhimento de Doentes Deslocados em Lisboa, tão conhecido dos nossos doentes) e o seu alargamento às cidades de Coimbra e Porto, assim como o estabelecimento, por parte da Região, com unidades hoteleiras condignas, de convenções que permitam melhorar significativamente as condições de alojamento dos nossos doentes deslocados e seus acompanhantes, quer nos Açores, como no Continente.

Aliás, é imperativo esclarecer, que em Democracia não existe qualquer temática exclusiva de qualquer Partido, mas o apoio a estes Açorianos já faz parte do nosso legado democrático. Pela nossa parte a ética é indissociável da política.

O CDS-PP não faz demagogia com o sofrimento nem com a necessidade das pessoas. Empenhamo-nos afincadamente em tentar resolver os seus problemas.

E porque é sempre bom reavivar a memória saliento ainda que está já a seguir os seus trâmites outra iniciativa parlamentar do CDS-PP que visa repor a justiça e a igualdade entre Açorianos promovendo a extensão do cabo de fibra óptica ao Grupo Ocidental.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos história e queremos continuar a fazer história.

Assim, vamos propor a criação nos Açores do “Vale Saúde”. Esta é uma proposta que tem por objecto reduzir as listas de espera cirúrgicas, aquelas com maior tempo de espera, no Serviço Regional de Saúde, nomeadamente nas especialidades de Ortopedia, Oftalmologia e Cirurgia Vasculuar.

No âmbito do programa 15, projecto 15.4 – Formação e Iniciativas em Saúde, propomos a criação de uma nova acção, dotada de 500 mil Euros, para que seja permitido aos doentes Açorianos deslocarem-se ao Continente Português para serem operados nas unidades de saúde convencionadas com o Serviço Nacional de Saúde.

O “Vale Saúde” serve para dar uma resposta mais célere e eficaz àqueles casos que estão há demasiado tempo em lista de espera para cirurgia e não há capacidade de resposta na região.

Todos sabemos que estas situações são altamente incapacitantes e, por isso, têm que ter uma resposta especialmente rápida e focada.

Por outro lado, consideramos pouco o que está consignado para o Projecto de Implementação e Operacionalização da Rede de Cuidados Continuados e Paliativos. Propomos, assim, um reforço de 500 mil Euros, na acção 15.4.4, para assegurar melhores apoios e qualidade de vida às pessoas necessitadas e em situação de dependência.

No âmbito deste Plano e Orçamento vamos também apresentar a proposta de criação de uma nova acção no programa 20 – Desenvolvimento dos Transportes Aéreos, sendo-lhe afecta uma verba de 50 mil Euros para um estudo de impacto e viabilidade da aquisição de um avião cargueiro destinado a facilitar o escoamento nomeadamente de produtos da agricultura, da pesca e correio das Ilhas da Coesão.

Sr. Presidente do Governo:

Posto isto, saberemos responsabilmente contribuir com o nosso voto para o desenvolvimento dos Açores.

Temos um compromisso com os Açorianos. Estamos a cumpri-lo!

Para nós o bem-estar, a qualidade de vida e o conforto dos mais necessitados estão manifestamente acima da ânsia do poder pelo poder e da intriga político-partidária.

O nosso contrato é com os Açorianos, não é com o poder.

Queremos ser parte activa no desenvolvimento dos Açores, porque queremos continuar ouvir os Açorianos dizer: Que bom é ter uma oposição assim!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Concluimos o debate na generalidade das Orientações a Médio Prazo e do Plano e Orçamento para 2009.

Podia ter sido um debate diferente. Mas não foi.

Por mais um ano, assistimos ao desfile dos membros do governo a apregoar bem alto o que têm para distribuir. Como sempre, com ausência de critérios bem identificados e sem objectivos claramente definidos. Apenas “mais”, o vocábulo mágico. Como se tal fosse garantia de êxito e sinónimo de melhores tempos para os Açorianos.

Mais dez mil, talvez mais doze por cento, quem sabe, mais 1 milhão ou então uma impressionante declaração que anuncia mais vinte e um por cento. Mais, mais..... E basta?

Não é a palavra “mais” que, por si só, atesta a qualidade das opções. Atirar dinheiro para os problemas, está mais do que provado, não gera eficácia, nem eficiência, nem resultados. A verdade é bem outra.

A verdade é que, mais uma vez, falta alma aos documentos que nos preparamos para votar.

Mais uma vez, é o desenvolvimento dos Açores que fica dependente de opções estratégicas – se é que estas efectivamente existem – que se têm revelado incapazes de anular vulnerabilidades que a Região tem do ponto de vista económico ou social, que aliás ficaram bem evidentes enquanto a crise se foi por aqui instalando.

A rotina é o primeiro passo que conduz ao marasmo, é o comportamento que avoluma o problema, é a falta de vontade de mudar. O “mais” desta rotina socialista, como se tem visto, não basta. É a tradução da mais completa falta de originalidade, característica que tão necessária seria para que se encontrassem boas soluções governativas, com repercussões reais e positivas na vida das pessoas.

Chegámos a aventar a hipótese de que este debate podia assumir contornos diferentes. Não foi por ingenuidade. Foi porque acreditámos que a complexidade que vivem actualmente as famílias e empresas açorianas podia mudar os hábitos desta velha maioria. Chegámos a pensar que, pelo menos desta vez, o governo podia deixar de fazer de rico, papel que gosta de desempenhar à custa do dinheiro de todos nós.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Chegámos a pensar que, pelo menos desta vez, talvez por algum descargo de consciência, o debate assentasse menos na publicidade, tantas vezes enganosa, e tivesse um espírito construtivo.

Até podia ter sido um debate diferente. Na realidade, não foi.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Diferente poderia também ser a Região de que falámos ao longo destes dias. Mas, efectivamente, não é.

Uma Região mais desenvolvida seria a consequência natural dos volumosos recursos financeiros disponibilizados aos Açores ao longo de vários anos. Se tivessem sido correctamente orientados, teriam conduzido a bons resultados. Mas tal não aconteceu. Depois de sete anos de aplicação do último Quadro Comunitário de Apoio, os Açores mantêm-se parados no tempo. A Região não descolou em termos de convergência com a média da União Europeia nos sete anos de vigência daquele instrumento. Nem sequer já é possível abrir a boca através do refúgio em que o governo normalmente se acoitava, quando se limitava a invocar a pouco ambiciosa ultrapassagem de regiões nacionais em franca decadência. É que estas passaram a evoluir a ritmo idêntico ou mesmo melhor. Até neste caso, a estagnação é manifesta. Nula é também a evolução da produtividade da economia açoriana. Contrastando com o recorrentemente publicitado apoio às, e das, empresas, mantêm-se no mesmo nível há muitos e muitos anos, com ligeiras altas e baixas sucessivas. Está ao mesmo nível, quem diria, de 1996.

No entanto, o “por vezes desmemoriado” governo, face a tais comportamentos, tem preferido omitir. A queda generalizada que os indicadores relativos a 2007 revelaram foi, apenas e só, “abafada” pelo governo na nota que enviou para a comunicação social. Optou por apenas se referir ao que há muito se conhecia, servindo um prato requentado, não tendo, escandalosamente, qualquer palavra para o que era novidade, a divergência a todos os níveis.

Onde está a verdade que os Açorianos merecem? Onde está a responsabilidade? Onde está a honestidade?

Os Açores estão, incompreensivelmente, estagnados. A falta de uma estratégia adequada não gera capacidade de auto-sustentação. Avolumam-se as soluções artificiais que, no limite, apenas vão mantendo. Só que os Açores não podem limitar-se à resignação. Precisam de mais, não apenas de mais dinheiro. Precisam de respostas que tardam, de respostas que antecipem futuros, como seria exigível a um governo com energia. E esta, se alguma vez chegou a existir ao longo de doze anos, está hoje manifestamente esgotada.

Com efeito, podíamos ter falado de uns Açores diferentes. Mas a crueza dos números não nos confere essa possibilidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na verdade, podíamos estar também perante uma estratégia diferente. Mas não estamos.

No entanto, devíamos estar. Pelo menos, porque devia ser diferente a estratégia associada a documentos que se destinam a um ano que finalmente foi reconhecido como de crise. A tal que hoje em dia é já dado adquirido, depois de admitida finalmente pelo governo, que tanto tempo se esforçou por a rejeitar no discurso, ainda que os Açorianos a sentissem bem presente no seu dia a dia.

Entretanto, o desemprego bate à porta de muitas e muitas famílias, arriando a bandeira agitada pelo governo durante tempo demais.

Já não é possível esconder a realidade. As pessoas sentem e vivem as suas consequências de forma dramática. O que é preciso? Propaganda ou acções efectivas? Ou será de milhões aplicados em remendos? Nos tais em que o governo se tem especializado, mesmo naquilo que devia vir bem embrulhado, ser entregue novinho e pronto para utilizar? Ou preferem acções de “tapa-furos”, de “esconde-esconde” ou da recorrente formação a metro?

A opção tem sido, na verdade, pelo alívio por algum tempo e não pela resolução do problema de forma consistente e duradoura. Apenas têm sido adiadas as dores de cabeça, que tendem a voltar posteriormente, mas mais agudas e com o mal já demasiado entranhado.

Basta!

O governo não pode continuar a enganar quem deve conhecer a realidade. O governo é obrigado a respeitar os Açorianos, que não podem continuar a viver das ilusões que a maioria tenta permanentemente fabricar, prejudicando quem deve ser o destinatário último da actividade política.

Omitir e reincidir na omissão é o mesmo que mentir e fazer perpetuar a mentira. E a mentira é o maior pecado que os políticos podem cometer, excepto no caso daqueles que, por opção, preferem atolar-se nos pântanos da baixa política.

Uma situação diferente, como hoje em dia já todos reconhecem, exige soluções diferentes. Manter as mesmas soluções, os mesmos remédios, quando o paciente sofre de outros males, neste caso com consequências substancialmente mais graves, é o mesmo que, na melhor das hipóteses, agravar as dores e aumentar os padecimentos. Para alguns, até o drama pode ser maior e o mal acabar por se tornar doença incurável.

Prosseguindo a metáfora, manter o mesmo será como estarmos na presença de um irresponsável profissional de saúde, que se limita à permanente aplicação da mesma receita, seja quem for o paciente e sejam quais forem os sintomas que lhe são transmitidos.

A actual conjuntura da economia açoriana necessita de um diagnóstico diferente, carece de outro tipo de tratamento e requer um esforçado acompanhamento. Até por isso, é chocante abrir os documentos que aqui analisámos e rever, quase integralmente, o que já foi visto há um ano, ou há dois, ou há cinco, ou há treze anos. Exigia-se criatividade. Tornava-se obrigatório procurar novas soluções. Era imperativo que se melhorassem métodos. Seria indesculpável não apresentar outras ideias. Não faria sentido que não se fizessem novas abordagens.

Contudo, nada disso transparece dos documentos que ainda hoje votaremos.

Ainda para mais, também os vícios se preparam para continuar.

Se nada for alterado no instrumento orçamental, a desorçamentação em grande escala ou a sub-orçamentação crónica do sector da saúde, continuarão a integrar o rol das más práticas governativas.

A dívida pública manterá o seu percurso ascendente e poderá chegar a mais de 740 milhões de euros no final do presente ano, transferindo os encargos para gerações

futuras, que nada beneficiarão de muitos investimentos não reprodutivos que o governo teima em manter, contra tudo o que a racionalidade económica exige.

Ou seja, o rigor das finanças públicas regionais, que o governo constantemente tem necessidade de apregoar, porque sabe dos artificios imorais que usa, irá, por mais um ano, manter-se como uma miragem. Mais tarde, chegarão novamente as provas.

Fica, no entanto, uma pergunta preocupante. Até que ponto os Açores conseguirão aguentar mais as consequências de tanta fuga à realidade e de uma constante prática à margem dos bons princípios da gestão orçamental pública? É este o problema e negá-lo é, claramente, uma irresponsabilidade.

Com efeito, o que muda? Nada!

As listas de espera na saúde continuarão a desesperar quem necessita de cuidados de saúde que deviam ser normais no mundo civilizado. Um terço da população açoriana permanecerá sem acesso a um médico de família e os idosos continuarão, vergonhosamente, a ter de recorrer à compra de medicamentos a prestações.

O mesmo poderíamos dizer de outras áreas. Foi o que fizemos ao longo destes três dias.

Com algumas pequenas e honrosas excepções, obviamente. Globalmente, no entanto, os Açorianos continuarão a esperar as mesmas respostas e a mesma atitude.

A estratégia e os maus hábitos não representam, portanto, a diferença. Infelizmente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste debate, pelo menos, a postura socialista poderia ter apresentado novas roupagens. Poderia ter sido diferente. Também não foi.

Manteve-se o espírito acrítico em relação ao governo. Manteve-se o discurso da loa e do elogio, manteve-se a bajulação pacóvia. Manteve-se o malabarismo na interpretação, por vezes no arranjo, muitas vezes na delapidação dos números. Manteve-se a desonestidade política, intelectual e técnica nas apreciações.

Não resistiram. Mais uma vez o discurso preferido, provavelmente imposto pela “nomenklatura”, foi o do ataque ao PSD e à sua Presidente. É natural. É legítimo. Percebe-se porquê. Afinal, 2012 não está tão longe assim.

Da nossa parte, fica, com cortesia, o agradecimento público pelas permanentes referências ao nosso projecto e à nossa líder. O sinal de respeito que assim quiseram deixar expresso não poderia por nós ser aqui esquecido, sob pena de parecermos ingratos a quem nos decidiu reconhecer a importância que o Povo Açoriano sempre nos atribuiu.

Não foi, efectivamente diferente a postura, nem parece ser diferente a atitude. Mesmo num ano em que os Açorianos estão, de forma particular, ansiando por respostas para as suas preocupações.

Da nossa parte, como partido de alternativa, assumimos uma atitude responsável. Como, aliás, sempre fazemos.

Recusando soluções fáceis, optámos por apresentar contributos para minimizar as dificuldades sentidas pelas famílias e empresas.

Quando o governo apresentou as suas medidas para combater a crise da economia açoriana, não tomámos a atitude que os socialistas teriam preferido. Não as rejeitámos e até as aplaudimos.

Entendemos, apenas, que não eram suficientes e que algumas poderiam ter abordagens alternativas.

Foi nisso que trabalhámos, numa primeira fase.

Depois, fizemos o que devíamos. Contactámos as famílias, as empresas e as suas organizações. Falámos com quem seriam os seus destinatários.

Deles recebemos o apoio e a congratulação pelo contributo que estávamos a dar. Tivemos a certeza que estávamos no caminho certo.

Partimos para a apresentação de propostas que melhoravam as condições das famílias perante a crise da economia, que já se repercute no domínio social. Propusemos o desagravamento fiscal das pessoas, visando o aumento do rendimento disponível, designadamente da classe média, e o estímulo da economia por via do consumo.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Propusemos uma medida complementar e extraordinária no apoio à aquisição de habitação própria, que sendo favorável para a melhoria do bem-estar das famílias, propicia também melhores expectativas para as empresas de construção, fortemente geradoras de emprego.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Propusemos também medidas dirigidas às empresas, destinadas à revitalização da economia, com a conseqüente estabilidade do emprego. Face a sistemas de incentivos concebidos para um ritmo normal da actividade económica, propusemos a adopção de soluções excepcionais para fazer face a uma situação que é também excepcional,...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mudando as regras relativas ao adiantamento dos apoios e tendentes à aceleração dos pagamentos respectivos. Propusemos planos de regularização de dívidas das empresas no domínio fiscal e para com a segurança social, permitindo, inclusivamente, o acesso às medidas que o governo criou, do qual muitas empresas se encontram arredadas.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Propusemos que os concursos de obras lançadas pelo governo se ajustem à dimensão das empresas de construção açorianas, que enfrentam sérias dificuldades em concorrer num plano de igualdade com as suas congéneres oriundas do exterior da Região.

De todas essas medidas recebemos bom acolhimento dos seus destinatários: as empresas e as famílias. Curiosamente, do governo, recebemos críticas. Recebemos a recusa em as analisar.

Recebemos a indisponibilidade para a presença dos senhores membros do governo nas comissões em que deviam ser analisadas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas será que a procura de soluções para minimizar os problemas das pessoas, numa fase como a actual, é algo que possa ser considerado secundário?

Recebemos, em simultâneo, a imposição da prorrogação dos prazos para as analisar, quando antes fomos acusados de ter apresentado contributos demasiado tarde.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os socialistas não se entendem. Dizem uma coisa e o seu contrário. Estão desnorteados.

No caso dos membros do governo, pelos vistos, a prioridade não passa por analisar contributos que possam melhorar a vida das famílias e empresas açorianas. Enfim, é uma forma estranha de estar na actividade política.

O Presidente do Governo Regional não foge à regra. Há duas ou três semanas, sem as conhecer devidamente, atirou a matar sobre todas as propostas do PSD. Depois deixou que os seus secretários invocassem a necessidade de outros afazeres para adiar a sua discussão. Já neste debate, quis deixar uma atitude magnânima e mostrou abertura para o que dizimara há três semanas. Pelo caminho, trucidou o que o seu Vice-presidente tinha referido no discurso que fizera dez minutos antes.

A desorientação é grande, mas nós continuamos a ter esperança que o bom senso ainda venha a prevalecer.

Os danos podem ser minimizados se a maioria socialista estiver disponível para aceitar as propostas que apresentámos. E queremos deixar claro que ficaremos à espera, até ao último minuto de debate, que o governo reconsidere da sua habitual arrogância e da sua costumeira intransigência.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: É essa a atitude que os Açorianos esperam de nós. E ficariam certamente agradecidos se fosse devidamente correspondida.

Se optarem pela manutenção do autismo militante que os caracteriza e do qual já têm a mente e o corpo entranhado, então só podemos dizer que, mais uma vez, estaremos perante mais do mesmo.

Mais do mesmo, um epíteto já corrente entre os Açorianos, definitivamente desenganados e insensíveis às palavras bonitas e às falsas promessas em que o governo se viciou na sua permanente campanha eleitoral.

Se a abertura não existir, será o sintoma claro de que os Açorianos vão sofrer os efeitos de mais quatro anos de um governo cansado, sem chama, sem soluções. Em fim de ciclo, expressão que detestam ouvir mas em que se enquadra de forma cada vez mais notória.

Manter soluções, quando o cenário mudou, tem apenas uma classificação possível. É irresponsável.

Para os Açorianos, um governo que tem como intenção manter o mesmo tipo de governação significa ver adiada a resolução das dificuldades que vêm sentindo. E questionam, certamente, até que ponto vão conseguir aguentar.

Não há volta a dar se para tal não houver vontade.

Esperemos, por isso, que a vontade de responder às dificuldades dos Açorianos ainda apareça entre os socialistas nestes poucos minutos que temos pela frente. Ainda têm tempo para não condicionarem, por mais tempo, a evolução e o desenvolvimento dos Açores.

Se alterarem a atitude, poderemos, por uma nesga, vislumbrar uma remota hipótese de que a estratégia possa vir a conhecer ajustamentos. Pode ser o início de um atalho conducente a alguma, ainda que ténue, diferença. Por enquanto, não é.

Continuaremos à espera de um súbito laivo de bom senso.

Continuidade e insensibilidade, infelizmente para os Açorianos, são, para já, as palavras que resumem o debate que estamos prestes a terminar.

Os Açores precisam de mais, muito mais.

Daí que não possamos deixar de voltar a lançar o desafio.

Tenham, pelo menos, a coragem de apoiar as propostas que apresentámos.

Se as aceitarem, estarão a ajudar os Açores.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Desafiamos também o governo a seguir o sinal que o Parlamento já deu. Acolham o espírito de poupança, de racionalização que todos os partidos aqui aplaudiram e reflectam-no no funcionamento dos gabinetes dos membros do Governo Regional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se nada mudarem, teremos um orçamento que não será diferente. O mesmo, com outro dinheiro.

E não resistimos a lembrar um excelente artigo de Paul Krugman, publicado em 27 de Fevereiro passado no “The New York Times”, intitulado “Clima de Mudança”.

Referindo-se às intenções no domínio da política orçamental apresentadas pelo Presidente Obama, dizia aquele Prémio Nobel da Economia:

“E estas novas prioridades estão contidas num documento cuja clareza e fiabilidade parecem quase inacreditáveis para aqueles que, de nós, se acostumaram a analisar os orçamentos da era-Bush, que insultavam a nossa inteligência em cada página. Este é um tipo de orçamentação no qual podemos acreditar.”

Por cá, continuamos sem acreditar. Sentimos, pelo décimo terceiro ano consecutivo, que a nossa inteligência é insultada.

Para já, fica provada a incapacidade de mudarem e, por isso, na generalidade votaremos contra. Esperamos que, na especialidade, atenuem o irrealismo e a falta de soluções para os Açorianos que trouxeram a este Parlamento.

Continua a ser esse o nosso desafio.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

Deputado Helder Silva (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com a aprovação, hoje, das Orientações de Médio Prazo para esta legislatura e o Plano e Orçamento da Região para 2009, municiamos verdadeiramente o Governo dos Açores dos instrumentos necessários à concretização das políticas definidas pelo Partido Socialista através do nosso Programa Eleitoral.

Concretizamos assim uma componente fundamental do funcionamento do nosso sistema democrático que passa pela operacionalização dos meios necessários à concretização de um vasto conjunto de medidas e acções inseridas no modelo de desenvolvimento que traçámos e sufragámos para a nossa Região.

A democracia não é, pois, um instrumento de concretização das políticas rejeitadas, nem um qualquer exercício magnânime, sem prejuízo de as boas propostas poderem e deverem ser acolhidas, mas sempre na condição de se estabelecerem prioridades, de verdadeiramente se fazerem opções, e nunca pelo exercício leviano de tudo pretender acrescentar do lado da despesa, sem preocupações, hoje e agora, pelos impactos negativos que daí resultem para o nosso equilíbrio financeiro.

Não pretendo com isto significar que não deva a oposição ter um projecto. Mais do que um dever é verdadeiramente uma obrigação. A questão é que esse projecto não pode constituir-se como uns acrescentos de última hora, a que se junta umas pitadas de maledicência, tudo ligado com doses q.b. de demagogia pura.

Não é isso que os açorianos esperam da oposição. O que esperam verdadeiramente é que esta se constitua como alternativa, com um projecto e um rumo próprios, sem demagogia nem eleitoralismo e afirme, olhos nos olhos, o que faria e o que riscaria do Plano e Orçamento.

Mas esse, eu sei, é o exercício mais difícil. O PS e o Governo que o façam que é essa a sua obrigação. E é mesmo! E cumprimos essa obrigação perante os açorianos!

E fazemo-lo – é justo dizer – com a participação de alguns partidos da oposição que escolheram apresentarem-se nesta casa com uma postura de seriedade e construtiva no debate do Plano e Orçamento que aprovaremos. Este PSD está cada vez mais isolado, fechado no seu casulo, vivendo e projectando uma realidade virtual (é a primeira referência que faço ao PSD, Sras. e Srs. Deputados, as outras terão subentendido), incapaz de apresentar propostas válidas, úteis e de, assim, participar, na oposição, na construção dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A realidade é que o mundo vive uma séria crise financeira e económica com efeitos nefastos na economia real, a que o país e a região não estão imunes. Esse quadro tem-se agravado ao longo dos últimos meses, verificando-se profundas alterações nas projecções de crescimento económico.

Na verdade, o Fundo Monetário Internacional previa, para a Zona Euro, um crescimento, para 2009, do Produto Interno Bruto, de -0,5% em Novembro, revisto em -2% em Janeiro e -3,2% em Março, entretanto já mais agravada.

Perante este quadro confrontam-se três posturas. Uma, mais ou menos mascarada por uma qualquer proposta, que é derrotista, pessimista, catastrofista e resignada, lembrando o tempo em que não havia dinheiro para nada e em que tudo parava após um leve empurrão.

Outra, financeiramente irresponsável e demagógica, que significaria abandonar a linha de rigor dos governos da responsabilidade do Partido Socialista. Alguns partidos conseguem mesmo personificar ambas as posturas em simultâneo, utilizando para tal diferentes peões, uns que defendem o cruzar de braços e outros que chutam para a frente.

Finalmente, temos a postura que impera, porque os açorianos assim o quiseram, que é marcada pela responsabilidade, pela acção e pela liderança, a postura do PS e do seu Governo.

Mas compreendemos estas oposições que optaram por ficar à margem do exercício construtivo e democrático que, durante três dias, desenvolvemos com as outras oposições, aquelas que, não obstante as diferenças que nos separam, souberam dialogar e connosco encontrar pontos de partilha de objectivos, contribuindo assim para o reforço das respostas do Governo. Como os compreendemos!

Esta oposição que em contramão com o curso dos acontecimentos internacionais pretende, em Lisboa, nacionalizar a crise e, por cá, regionalizá-la. Boas propostas, válidas e relevantes, para ajudar os açorianos a continuarem a resistir a essa crise, nada. Mas daí até chegar ao ponto de negar a evidência da crise internacional, a sua dimensão, profundidade e impacto, pode servir o interesse de alguns grupos, mas não serve o interesse regional.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

O Orador: À nossa direita, compreendemos alguns silêncios e muitas distorções discursivas, desejando esconder as opções políticas que tantas vezes fizeram ou defenderam e que, não raras as vezes, elogiaram. Lembram-se dos elogios à Madeira

e à sua zona franca feitos durante anos pelo, citando o PP, ainda maior partido da oposição? Para esses convém esconder hoje as razões desta crise!

Outros, como o Bloco de Esquerda, o que pretendem verdadeiramente é ampliar as dificuldades e explorar o descontentamento. Na verdade, é esse o seu habitat natural, sonhando com a revisitação de um modelo político, social e económico há muito rejeitado por todo o mundo.

Sras. e Srs. Deputados:

Esta crise molda o Plano e Orçamento da Região. Digo molda porquanto estes documentos se ajustam aos efeitos dessa realidade insofismável, sem no entanto perderem de vista aqueles que são os nossos compromissos eleitorais que, embora marcados temporalmente por uma legislatura a 4 anos, não deixam de reflectir o seu cumprimento no médio prazo. Mas aqui sublinho os nossos, que não os vossos compromissos.

Este Governo não foi escolhido para dar cumprimento às vossas promessas, nem prioridade às vossas preocupações. Este Governo foi eleito para cumprir os seus compromissos, sufragados pelos açorianos, e manter-se alerta relativamente às suas preocupações (às preocupações dos açorianos), ajustando, quando e se necessário os seus objectivos a essa realidade socioeconómica, dinâmica, hoje como nunca, que nos envolve e deve marcar sempre a nossa acção.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, aqueles partidos que esperavam ver cumpridos os seus programas eleitorais, por via da aprovação deste Plano e Orçamento, só poderão, como se compreende, estar desiludidos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O investimento público, da Região ou induzido por esta, é necessário por várias razões. Desde logo, porque temos que prosseguir na senda do investimento, infra-estruturação e equipamento das nossas instituições de cariz social. Durante os últimos anos deram-se enormes passos a este nível que orgulham o Partido Socialista e não poderão ser estancados.

Destaca-se agora o alargamento da rede de creches, o investimento nos Centros de Actividades Ocupacionais, passando a faltar apenas chegar às ilhas das Flores e Corvo e, no que respeita ao apoio aos idosos, o alargamento da rede de lares e centros de dia, incluindo o serviço de apoio ao domicílio. Isto para além de um vasto conjunto de medidas de protecção social que têm sido ao longo destes anos criadas e implementadas.

Foram construídas muitas e óptimas escolas na nossa região, que transformaram os Açores no melhor parque escolar do país. Mas este esforço de infra-estruturação escolar prosseguirá. Já está em construção a escola Ferreira Drummond, na Terceira, e as de Vila Franca e Ponta Garça, em São Miguel, que se perspectivam concluídas em 2010. Irá avançar, neste momento, a escola das Velas, de Água de Pau, a última fase da Rui Galvão de Carvalho, que implica a requalificação da escola-sede, e a escola básica das Lajes das Flores.

Melhorou-se significativamente o acesso dos açorianos à Saúde, construíram-se e ampliaram-se múltiplas unidades e dotaram-se hospitais e centros de saúde de profissionais qualificados e motivados. O Partido Socialista pode-se orgulhar do seu trabalho nesta área, na última década, com investimentos significativos ao nível das infra-estruturas e recursos humanos, que resultaram num maior nível de exigência por parte dos utentes, simplesmente porque voltaram a acreditar neste serviço.

Para os que teimam em esquecer o que era o Serviço Regional de Saúde, basta recordar, por exemplo, que, em 1996, o total de recursos humanos afectos às instituições públicas da Região Autónoma dos Açores era 3.408, bastante longe dos 4.379 registados em 2007.

Ou que o número de médicos passou de 351 para 514 no espaço de pouco mais de uma década. Dados que sustentaram o maior acesso dos açorianos aos cuidados de saúde e que este Plano consagra, ao promover a universalidade de todos os cidadãos aos cuidados de saúde.

Mas a saúde assegura-se, também, com infra-estruturas modernas e eficazes, como é materializado com a decisão de avançar com a construção do novo Centro de Saúde de Santa Cruz da Graciosa e dos projectos dos centros de saúde da Madalena e Ponta Delgada.

Além disso, ficará concluído o procedimento correspondente aos processos de concepção e construção do novo Hospital da Ilha Terceira e do Centro de Radioterapia dos Açores.

Ao nível da economia, mais concretamente da sua competitividade, a grande preocupação do PS, este ano, vai para a necessidade premente de agilizar o sistema de incentivos e dotá-lo das verbas suficientes para dar resposta aos projectos de investimento entrados.

Quanto aos transportes aéreos, partimos quase do grau zero e temos hoje uma transportadora aérea sólida e que liga os Açores com o mundo, com implicações muito positivas ao nível do Turismo.

Para além das verbas que dizem respeito a intervenções em aeroportos, este Plano tem uma componente muito forte no que diz respeito ao processo de substituição da frota da SATA Air Açores e, também, ao reforço da frota da SATA Internacional e a sua adaptação às condições actuais. Um factor significativo nessa renovação será o acréscimo na sua capacidade de carga.

Relativamente aos transportes marítimos, destaque, para a política de transporte de passageiros, para um conjunto de intervenções em infra-estruturas portuárias, entre as quais se destacam as previstas para o Corvo, Flores, Faial, São Jorge, Pico e Terceira. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Nesta matéria, a diferença entre o PSD e o PS é a que necessariamente existe entre quem olhava o Mar como uma fatalidade e um obstáculo intransponível e quem acha que é uma oportunidade de estarmos hoje a ligar a nossas ilhas, como facilmente se comprova pelo perto de um milhão de pessoas que já utilizaram este serviço.

Aceitamos os nossos erros e as críticas, quando construtivas, mas isso é mais difícil quando partem de quem tem no seu currículo governativo a destruição e o esquecimento do transporte marítimo de passageiros. Uma questão de legitimidade, portanto!

Ainda na área económica, temos de destacar o Turismo. No tempo do PSD, esta palavra era sinónimo de uns poucos que tinham possibilidade de passar férias fora da região. Para o Governo e para o PS representa, em 2008, mais de um milhão de

dormidas nas ilhas, que se traduziram em proveitos nos estabelecimentos hoteleiros no montante de 54,6 milhões de euros.

Isso, Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, só se alcança com investimento, mas também com o clima de confiança que proporcionou o investimento privado na Região na última década.

Na Agricultura, os governos do PS tiraram a produção de leite de uma agonia lenta em que se encontrava, com longos atrasos em pagamentos, e uma indústria de lacticínios sem as mínimas condições para laborar.

Ainda recentemente foi inaugurada mais uma unidade deste sector, na ilha de São Jorge, que prova que, mais do que anúncios, os compromissos do Governo materializam uma estratégia para as nossas ilhas.

O grande objectivo para este ano é continuar o investimento no ordenamento agrário, com propósito de se melhorar as condições de trabalho agrícola, de se reduzir os custos de exploração e aumentar o rendimento dos produtores.

Prosseguirá o investimento na estruturação fundiária, com recurso a reformas antecipadas e incentivos à compra de terras por rendeiros e continuará o investimento ao nível da modernização das explorações.

Nas Pescas, é indiscutível a evolução da nossa frota, assim como os investimentos nas infra-estruturas portuárias de várias ilhas. A este nível, o Plano prevê intervenções em portos de pesca de todas as ilhas, para assegurar níveis acrescidos de operacionalidade, de segurança e rendibilidade.

De destacar, também, o investimento previsto para a continuação da modernização e renovação da frota, mas numa perspectiva de sustentabilidade do sector.

Aqui o objectivo não é aumentar o esforço de pesca, mas sim permitir que os pescadores açorianos tenham condições de trabalho a bordo adequadas, complementadas com o reforço da salvaguarda da vida humana no mar.

Na defesa do que o Governo dos Açores considera justo, aprez registar que este Plano mantém a coerência de continuar a defesa com o processo para a restauração do limite de 200 milhas para reserva da frota dos Açores.

A verdade, porém, Sras. e Srs. Deputados, é que não podemos esquecer aquilo que foi uma grande vitória conseguida por governos do Partido Socialista, a de conseguirmos

manter um limite de 100 milhas de exclusividade para a nossa frota e isso é muitas vezes esquecido e deve ser comparado também com aquilo que é o limite de 12 milhas que está imposto a todas as regiões e países do resto da União Europeia.

Temos, ainda, que continuar a reduzir a nossa dependência energética e aproveitar o nosso potencial endógeno, seja por via do investimento directo na geotermia, na eólica ou nas hídricas, seja simplesmente através do estímulo ao investimento de pequena escala, aos níveis familiar ou empresarial. Numa palavra, a nossa política é que a Região não pode nem deve, a este nível como aos outros, parar.

E temos, entretanto, que continuar a assegurar o emprego dos açorianos, o seu ganha-pão. Orgulhamo-nos do sucesso das políticas desenvolvidas pelo Partido Socialista, com baixas taxas de desemprego e crescente empregabilidade.

Se é verdade que às progressivas revisões em baixa do crescimento económico a nível mundial estão associadas revisões em alta da taxa de desemprego, é fundamental que se continue a dar prioridade à manutenção do emprego. Sendo certo que dificilmente deixaremos de acompanhar as tendências globais, devemos, no entanto, tudo fazer para manter e assegurar o diferencial positivo que temos assegurado por comparação com a Madeira, o país ou a União Europeia ao longo destes 12 anos.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O investimento público é importante, em particular neste momento, para a economia e para o emprego. Num momento de incerteza mundial e de abrandamento económico, o investimento público puxa pela economia e favorece o emprego.

Mas para que tal aconteça é necessário investir e não defender o investimento quando ele não existe e questioná-lo logo que este surge. Duvidando das suas repercussões, do impacto socioeconómico, das alterações a que foi sujeito.

É ver o que tem dito o maior partido da oposição das SCUT em São Miguel ou da via rápida Angra-Praia, da nova frota em aquisição pela SATA, ou do processo do novo navio da Atlânticoline ainda não adquirido, até das “Portas do Mar”, para perceber o que vão amanhã dizer da obra agora iniciada no porto da Horta ou do novo Hospital de Angra do Heroísmo. Aqui, Sras. e Srs. Deputados, posso garantir-vos que escrevi

este parágrafo antes de ter ouvido ontem o nosso Deputado Luís Garcia fazer a sua intervenção.

Dizem mal de tudo e vão continuar a dizer mal de tudo. Será que não existe um único investimento que mereça uma palavra de reconhecimento? Um elogio? Como é que pode um Governo apoiar uma qualquer medida ou proposta de um partido quando sabe que amanhã esse partido vai dizer mal dessa concretização?

Vai dizer, aqui, que é pouco porque devia ter ainda mais uma ponte; ali, que é muito que devia ter menos umas pontes; acolá, que é muito caro e devia ter sido mais barato, chegando até ao ponto de questionar o investimento por via da ilha onde pernoita uma aeronave ainda em fase de aquisição.

Pergunto: qual é a credibilidade de um partido que se comporta desta forma?

Temos, portanto, é que nos preocupar mais com as nossas respostas e menos com as de alguma oposição. E relativamente a essas, às nossas, o que importa realçar é desde logo a prontidão com que o Governo dos Açores tem respondido à evolução da situação financeira e das suas repercussões económicas na Região, adoptando um vasto conjunto de medidas, em diálogo com os parceiros sociais, muito especialmente com as Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores e a AICOPA.

De entre as medidas criadas, destaque para a habitação e para as medidas tendentes a minorar os efeitos negativos do acréscimo dos encargos das famílias açorianas, em resultado do aumento verificado nas taxas de juro do crédito à habitação, que atingiram, a Euribor, níveis históricos em Outubro, 5,5%.

Mas logo começaram a descer rapidamente, para atingirem, desta vez, mínimos históricos, 1,7%, ou se preferirem 1,5% para a taxa de referência do BCE.

Esta crise – recorde-se – teve o seu cerne nos Estados Unidos, precisamente ao nível dos activos imobiliários, que estavam sobrevalorizados e eram detidos por instituições financeiras, cujo valor ao cair para níveis reais acabou por pôr em causa todo o sistema financeiro com um efeito dominó que rapidamente se alastrou aos bancos de outras praças financeiras como a europeia e outras instituições como as seguradoras.

A consequência foi a rápida diminuição da liquidez das instituições financeiras com efeitos a diversos níveis do funcionamento da economia, muito especialmente ao nível da retracção do mercado imobiliário.

Abruptamente o problema das famílias deixou assim de ser o preço do dinheiro, pelo contrário, passando antes a centrar-se no acesso ao financiamento bancário.

Daí a medida recentemente anunciada pelo Governo Regional e aplaudida pelo PS de aquisição de 390 habitações novas, que se encontram já concluídas e disponíveis no mercado, num investimento de cerca de 35 milhões de euros.

Várias outras medidas têm sido implementadas com sucesso como sejam o recurso ao crédito para reestruturação de dívidas e para fundos de maneio ou o apoio à manutenção de postos de trabalho.

Destaque, também, para os programas de estágios profissionais nas empresas, para o PROSA, o FUNDOPESCA e para os incentivos às empresas, cujas alterações nos respectivos programas têm tido sucesso, reflectido desde logo na forte concorrência de que têm sido objecto.

Outras medidas de que se aguardam impactos positivos para a economia regional são o aumento em 10% da despesa pública de investimento para este ano e a antecipação, entre um e três meses, do lançamento de concursos públicos, adjudicações e consignações de empreitadas e prestações de serviços previstos para o corrente ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todo este investimento, o maior de sempre na nossa Região, só é possível porque os governos do Partido Socialista têm sabido assegurar uma excelente gestão dos dinheiros públicos, ao contrário do que alguns teimam em fazer reflectir, controlando a dívida directa e indirecta e aumentando sempre as receitas próprias e externas, do Estado e da União Europeia.

E ainda assim vimos diminuir significativamente vários impostos, com impacto muito positivo nas bolsas das famílias e das empresas, como sejam o IRS, o IRC para as empresas que têm montante de valor colectável até 12.500 euros, que são as micro e pequenas empresas, que têm os seus impostos reduzidos de 50 por cento e, também, o IVA foi reduzido na taxa superior.

Só estes factos é que justificam o não aumento das receitas fiscais durante o corrente ano, já que, de outra forma, continuaríamos, de acordo com as projecções agora apresentadas, a crescer apesar da crise que aí anda.

Do lado da dívida, uma nota para os avales. Nós estamos há sete anos sem aumentar a dívida pública e, ao mesmo tempo, a reduzir o montante de avales na Região.

Tínhamos, em 2006, 422 milhões de euros de avales concedidos a empresas e passámos para 418 e, em 2008, baixamos mais 22 milhões e já estamos em 398 milhões de euros.

O volume de avales na Região é quatro vezes inferior ao da Madeira. E, se é certo que o mal dos outros não deve constituir-se como a nossa alegria, não deixa de ser pertinente a comparação destes e outros indicadores entre as duas regiões e não apenas quando nos dá jeito.

E todos estes dados positivos acontecem num momento em que ninguém discute o montante de avales em outras regiões e países, em que duplica o défice dos EUA e a Comissão Europeia autoriza todos os países a violarem hoje o Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Eu sei que não é habitual, por isso faço-o ainda com maior gosto. Dirigindo-me ao Governo dos Açores, quero felicitá-los Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo, pela estratégia de desenvolvimento que vimos trilhando e se prevê prossiga reforçadamente este ano, mas também pela boa capacidade de gestão da coisa pública que têm sabido assegurar, sem a qual não disporíamos dos instrumentos capazes de nos ajudar a enfrentar esta situação de excepção que se vive hoje no mundo.

O mundo vive crises como esta com espaçamento de largas décadas. Nós vivemo-las com espaçamento de alguns anos.

Sempre que ocorre uma calamidade de maior impacto, vivemos tempos difíceis. Até quando nos mudam o Governo lá fora e nos tiram o dinheiro para dar a outros, nós vivemos tempos difíceis.

Mas a verdade é que temos sabido superar sempre essas dificuldades, tantas vezes jogando-as a nosso favor. E é por tudo isso que podemos hoje deixar às famílias açorianas e aos nossos empresários uma palavra reforçada de confiança. A eles nos

dirigimos, também, para dizer que confiamos na sua capacidade de trabalho, empenho, criatividade e sentido de oportunidade.

Estas características que o tempo ajudou a moldar num processo de evolução e adaptação quase “darwinianas” são hoje muito necessárias.

Os instrumentos ora aprovados são fundamentais, mas será necessário também poder contar com o vosso esforço, empenho e dedicação, em prol dos Açores e do nosso desenvolvimento.

Nós acreditamos na capacidade empreendedora das empresas e dos açorianos. Estamos convictos que vamos ultrapassar mais este momento conturbado e, mais do que isso, que sairemos mais fortes e preparados para um futuro de esperança na nossa vida colectiva.

Onde outros só vêem trevas, o Partido Socialista e o Governo continuarão, responsabilmente, a procurar oportunidades e a ajustar as respostas. Sempre com ambição renovada, porque é assim que se constrói o futuro, principalmente nos momentos mais difíceis.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, açorianas e açorianos:

Compete-me, de acordo com o procedimento parlamentar, intervir, nesta ocasião, encerrando estes três dias de debate das propostas apresentadas pelo Governo que conformarão a gestão orçamental e as despesas de investimento público do quadriénio que agora se inicia.

Um debate onde o Governo não se furtou a prestar todas as explicações sobre o seu entendimento estratégico e nunca se apressou a desconsiderar as opiniões divergentes manifestadas. Em regra, e mais ainda quando se observam dificuldades que nos atingem, embora em menor intensidade do que em outros países e regiões, o

importante é estar como o Governo está: determinado na resolução dos problemas e atento a todas as formas e propostas de o fazer.

Entrámos para este debate parlamentar com muito trabalho democrático feito, em conjugação com os parceiros sociais e as mais diversas instituições: os planos orientadores que vão ser aprovados mereceram referências positivas de quase todos os sectores, desde as centrais sindicais, que os consideraram como um “conjunto bem estruturado dos grandes objectivos de desenvolvimento” e como indo “ao encontro das preocupações...levantadas oportunamente”, até à Universidade dos Açores, que transmite a sua congratulação e “emite parecer favorável”, à Associação dos Industriais de Construção Civil e Obras Públicas, que manifesta a sua satisfação “com o aumento do investimento público”, e às Câmaras do Comércio e Indústria dos Açores, que concordam “com os objectivos e orientações” de médio prazo propostos pelo Governo Regional. Apenas instituições isoladas, em que pontuam interesses partidários, como a Associação de Municípios, se limitam a denegrir e a enfuscar as opções em análise.

Se é verdade que quanto melhor for a oposição partidária melhor será o Governo, quanto melhor for o Governo melhores serão os resultados na vida de todos. Pena é que parte da oposição seja má e deseje que o Governo o seja, para que no mal do governo e de todos tente vislumbrar o seu benefício. Triste e lamentável conduta.

Louvo, ao invés, a oposição que, à esquerda e à direita do espectro parlamentar, apesar de naturais divergências, é responsável e construtiva, coloca em primeiro lugar o interesse dos açorianos, preocupa-se com as soluções e exulta com os sucessos da nossa Região.

Em resultado das iniciativas de diálogo com os partidos que manifestaram esse desejo, aclaramos agora o nosso apoio a um conjunto de propostas de alteração que foram apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PP e pela Representação Parlamentar do PCP. A disponibilidade, aliás, desses partidos, contrasta vivamente com a sobrançeria salvífica do BE, com a maledicência e falta de qualidade do PSD e com a conduta, por vezes destituída de “nobreza”, da representação parlamentar do PPM.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O Governo, portanto, não está desacompanhado. Mesmo que estivesse, não seria a primeira vez e não deixaria de trabalhar com o ânimo excepcional de quem acredita muito nos Açores e nos Açorianos. Mas estamos muito satisfeitos por, mais uma vez, para além da confiança do povo açoriano, contarmos com a ajuda de outros neste parlamento no esforço de levar os Açores para a frente. Juntos, é mais fácil; juntos vamos conseguir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

No centro do projecto de governo do PS está presente o objectivo primeiro de vencer a actual crise e uma preocupação central de valorização dos recursos humanos e naturais dos Açores.

A nossa acção deve estar centrada, porém, no plano estrutural, na preparação de cidadãos activos, trabalhadores, empreendedores, profissionalizados, competitivos e justamente recompensados; em políticas sociais e inclusivas mais eficazes para os grupos mais frágeis e de risco; na modernização e capacitação das empresas, na protecção dos sectores de exportação e das empresas de base regional, nas economias empresariais ligadas ao mar, à agricultura e ao turismo; numa prioridade à acentuação dos valores do conhecimento, das competências pessoais e da incorporação tecnológica com efeitos na produtividade e na competitividade regionais; numa cuidada inserção global da Região; e, também, na continuação de uma gestão sustentável das finanças públicas regionais.

As Opções de Médio Prazo, tal como os Plano e Orçamento para 2009, evidenciam, pois, a operacionalização de duas agendas viradas para o Futuro que são simultâneas e necessárias: por um lado, todo o conjunto de medidas e de acções que se integram no modelo de desenvolvimento que decorre do nosso programa eleitoral e de governo e, por outro, a orientação adoptada e completada de medidas e de acções centradas no

tratamento imediato dos aspectos mais essenciais ou sistémicos das consequências da crise internacional nos Açores.

O emprego, tal como tenho repetidamente reafirmado, é a nossa prioridade, pelo que também importa apoiar as empresas, e a habitação – sendo um direito social universal, e coincidindo a realização desse direito nos Açores com as dificuldades actuais dos sectores da construção civil, do ramo imobiliário e das instituições financeiras – é também a prioridade associada.

É certo que se continuarão a sentir, no corrente ano, as consequências da persistência de um enquadramento externo desfavorável, bem como da falta de liquidez da banca nacional e internacional, que inibem a capacidade de investimento privado, contraem o ritmo de criação de empregos e afligem famílias e empresas. Mas também existem indicadores de esperança e de inversão de tendência, que nos devolvem confiança, como o crescimento já anunciado do investimento público e dos apoios governamentais ou o pacote de medidas que se está a executar e a alargar em consonância política com os representantes de empresas e de trabalhadores. Com o Plano e o Orçamento que vamos hoje aprovar, vamos dar um passo influente no empreender dessa retoma.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Este ano começou já a vigorar medidas como a redução do IRS para todas as famílias açorianas, a introdução do complemento regional ao abono de família e o aumento do salário mínimo e do salário real dos funcionários da administração pública regional. A baixa das taxas de juros, com a diminuição das prestações mensais aos bancos, a redução já verificada no preço dos combustíveis e das matérias primas, bem como a quebra da inflação, permitirão que os açorianos, nas famílias em que não surjam casos de desemprego, vejam reforçado o seu rendimento disponível.

Em Dezembro passado anunciei que era possível aumentar em 10% as despesas públicas de investimento em 2009. Cumprimos este compromisso com a apresentação deste Plano de Investimentos, e agora, mercê das novas possibilidades de

financiamento que obtivemos, vamos poder aumentar não apenas em 10, mas em 21%, o investimento público e o apoio às famílias e ao investimento privado.

Assumimos o objectivo de duplicar o apoio ao investimento privado já em 2009, e hoje posso anunciar que, só nos últimos meses, já foram aprovados apoios que potenciam mais de 200 milhões de euros de novos investimentos empresariais privados na nossa Região e que permitem a criação de cerca de 800 postos de trabalho. Este é um poderoso sinal da retoma que estamos a estimular.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Para assegurar aos empresários açorianos os recursos necessários para incrementarem a sua actividade, atenuando as consequências da falta de liquidez das instituições bancárias, criámos uma linha de apoio ao reforço do fundo de maneo e dos capitais permanentes das empresas açorianas. Nesta data posso anunciar que já foram aprovados apoios a 406 empresas açorianas.

Porque é necessário continuar a reforçar a capacidade financeira das nossas empresas, e porque há empresas com dificuldades em pagar aos seus fornecedores, também posso anunciar hoje que o Governo, após mais um encontro de trabalho com as Câmaras de Comércio, optou por criar uma nova linha de apoio às empresas açorianas, no valor de 20 milhões de euros, destinada exclusivamente ao financiamento do pagamento entre empresas, permitindo, cumulativamente, que outras empresas com créditos a receber vejam satisfeitos os valores em dívida dos seus clientes e assim se gerem efeitos multiplicadores e positivos na economia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Governo criou igualmente uma linha de apoio para reestruturação dos endividamentos bancários das empresas. Também neste caso posso anunciar que já foram disponibilizados financiamentos no montante de 97 milhões de euros. Correspondendo à boa procura deste instrumento de consolidação financeira, o Governo irá, de imediato, reforçar esta linha de apoio em mais 40 milhões de euros.

Também no apoio às empresas gostaria de anunciar que vamos passar a assegurar o pagamento antecipado da totalidade dos subsídios ao investimento, no âmbito dos Sistemas de Incentivos, em função das despesas elegíveis apresentadas. Com esta medida as empresas deixam de ter de pagar primeiro os investimentos realizados para depois receber os respectivos subsídios, o que passa a constituir uma importante facilidade para prosseguirem mais rapidamente os seus investimentos.

Deliberámos lançar o concurso público para a aquisição de 390 habitações novas, disponíveis no mercado, para posterior venda em regime de propriedade resolúvel. Com esta medida inovadora, apoiada pela generalidade dos agentes económicos, não só apoiamos a oferta no mercado habitacional como criamos as condições para que as famílias que deixaram de ter acesso ao crédito à habitação, pelo facto de os bancos terem passado a financiar apenas uma parte do seu custo, retomem a possibilidade de adquirir a sua habitação. Mas a nossa intervenção na dinamização do mercado da habitação vai mais além, pelo que, discutido com parceiros sociais, acabámos de aprovar um novo, inovador e ambicioso programa, que irá proporcionar o financiamento, através de empréstimo, de 10 a 20% do valor total do custo de aquisição da habitação. Com esta medida atacamos o problema onde ele existe: no acesso ao crédito, assumindo o Governo a responsabilidade da parte do financiamento que a banca deixou de contratar, ao mesmo tempo que reduzimos de forma efectiva os encargos financeiros suportados pelas empresas.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E porque o sector da construção civil tem, em termos de criação e manutenção do emprego, uma importância vital, decidimos atribuir um apoio adicional às empresas açorianas desse sector, reduzindo para três anos o prazo de eficácia das garantias bancárias das empresas que efectuaram obras para a administração regional. Com esta redução, as empresas diminuem, de forma significativa, os seus custos financeiros decorrentes da realização de obras públicas.

Para continuar a assegurar e relançar o crescimento económico sustentado da nossa Região, é essencial a consolidação da capacidade de exportação da economia açoriana.

Recordo que, nessa conformidade, entram agora em execução um programa especial e complementar de apoio aos projectos de investimentos promovidos pelos agricultores, que permite o pagamento atempado dos respectivos incentivos e comparticipação pública, e uma linha de apoio às iniciativas de reestruturação financeira das explorações agrícolas.

Criámos, há pouco tempo, um programa de apoio, através de subsídio reembolsável, à manutenção dos postos de trabalho nas empresas açorianas que estão em situação difícil, e um programa de apoio específico às empresas que se inserem em mercados cuja procura é manifestamente sazonal, como, por exemplo, a restauração e a hotelaria. Em consequência da análise dos resultados já obtidos, e por acordo com a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores, tomámos a decisão de aplicar um novo programa que permitirá o financiamento, até 50%, e durante períodos de cinco meses, do vencimento dos funcionários das empresas nas actividades económicas com sazonalidade, incluindo, no entanto, o comércio tradicional. As empresas continuarão, assim, a ter os seus funcionários todo o ano, sendo que, nas épocas de menor actividade, os trabalhadores poderão frequentar, em parte do seu horário laboral, acções de formação, e com os seus vencimentos pagos, na mesma, mas pelo Governo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Tenho, por outro lado, hoje, a oportunidade de anunciar que vamos generalizar o acesso, no âmbito da legislação em vigor, à possibilidade de regularização, através do pagamento máximo em 60 prestações, das dívidas das empresas à Segurança Social. As empresas terão apenas que efectuar um pagamento inicial de 1,6% da dívida para poderem beneficiar da declaração de situação regularizada, permanecendo obviamente obrigadas ao cumprimento integral do novo plano de pagamentos estabelecido.

Todas estas medidas, e outras que as circunstâncias revelem ser indispensáveis ou adequadas, ilustram bem o nosso inconformismo batalhador e a nossa atenção permanente.

Como já tive a ocasião de afirmar, conseguimos que a crise chegasse mais tarde aos Açores, estamos a conseguir que ela tenha efeitos menos gravosos entre nós e vamos, estou certo, conseguir que ela se vá embora mais cedo. É esse o desafio que temos pela frente. É esse o desafio que queremos vencer. É esse o desafio que vamos vencer!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Os efeitos da crise internacional exigem uma política de solidariedade social redireccionada para as pessoas e para as famílias mais atingidas negativamente.

O percurso político que temos feito deve manter-se – embora a orientação seja a de melhorar as políticas dirigidas aos idosos, às pessoas com necessidades especiais e às envolventes da igualdade de oportunidades – mas, cada pessoa ou família com dificuldades pode e deve contar sempre com a ajuda e o empenhamento máximo da comunidade e do Governo Regional. Pobres sempre houve, é certo – e já houve muito mais pobreza, incomensuravelmente mais, nos Açores. Todavia, a nossa ambição é a de lutar e a de conseguir que cada açoriano viva com dignidade em qualquer das nossas ilhas dos Açores. É para isso que vamos continuar a trabalhar. É por isso que queremos tanto vencer.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sras. e Srs. Deputados:

O investimento no capital humano continua a estar no topo das nossas apostas de desenvolvimento e as políticas culturais, a escola e os jovens no centro desse desiderato. A ambição é a de conseguir que mais jovens estejam mais tempo nas escolas, nelas permaneçam com maior gosto e melhores resultados, e delas saiam

com habilitações mais elevadas e com a sua empregabilidade reforçada. Concluída a revisão do Estatuto da Carreira Docente, importa prestigiar o professor, continuar a melhorar os equipamentos escolares, a formação e o ensino profissional, o apoio social aos alunos, empreender a implementação de projectos pedagógicos e o estabelecimento e operacionalização do currículo regional, em complemento ao currículo nacional, e aliando a formação global dos jovens a uma necessária identificação e apropriação da cultura e dos valores regionais.

Se é compreensível que, por razões quer estruturais quer sobretudo conjunturais, questões como as do emprego, das empresas, da habitação, da solidariedade social e da educação e formação concitem maior ponderação, o Governo está determinado em prosseguir na realização das suas políticas, como no caso da melhoria na prestação de cuidados de saúde.

A oposição partidária gosta de denegrir o nosso Serviço Regional de Saúde, procurando atrair a simpatia nos casos em que algo corre mal. Quero dizer que penso que o nosso sistema de saúde, apesar dos problemas advenientes da dispersão geográfica, é bom. Bom, porque é tendencialmente gratuito, e bom, porque se aperfeiçoa constantemente na sua abrangência e nos seus resultados, na qualidade dos seus profissionais e no investimento público a que está associado. Bom, quando comparado com inúmeros outros e com o que, em regra, possuem regiões com recursos como a nossa. Todos os dias, certamente, face aos milhares de pessoas que a ele recorrem, verificar-se-ão insuficiências, mas, também, todos os dias, a maioria esmagadora dessas pessoas reconhecerão o acréscimo de meios humanos e tecnológicos e de esforços que se empregam na assistência e nos tratamentos que lhes são prestados.

A orientação, para os próximos quatro anos, é clara: quero que se continuem a diminuir listas de espera em áreas prioritárias como aconteceu em 2008; quero que se aumente a rede de cuidados continuados e o apoio logístico e financeiro aos doentes deslocados e aos doentes idosos de menores rendimentos; quero mais meios envolvidos no tratamento e reabilitação nos casos de toxicodependência; e quero que se continue nos Açores sem aplicar taxas moderadoras injustas, como as de cirurgia e internamento que vigoram na Madeira e no resto do país.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Por mais que alguma oposição não o queira admitir ou ouvir, os Açores cresceram muito nesta última década, convergiram com as médias nacionais e europeias em quase todos os indicadores económicos e sociais mais relevantes – na riqueza média gerada, no rendimento disponível das famílias, no aumento comparativo da população empregada – o que explica o que qualquer pessoa isenta observa, através, por exemplo, do surgimento de tantas e modernas actividades económicas, do papel novo e dinâmico do turismo, da maior qualidade dos serviços e de infra-estruturas, designadamente das redes rodoviária, portuária e aeroportuária, espalhados por todas as nossas ilhas.

Mesmo neste último período de maior contenção, as empresas, encorajadas pelo Governo, têm recorrido com sucesso aos sistemas públicos de incentivos financeiros, realizando e projectando investimentos de centenas de milhões de euros e fazendo emergir, para além dos sectores tradicionais e do turismo, outras áreas de negócio como as do serviço social, da saúde ou da energia e do ambiente. A orientação para os próximos quatro anos nesse domínio é a de aprovar e fazer chegar esses apoios públicos com o maior alívio burocrático e rapidez possíveis. O Governo acredita que a retoma económica vai ocorrer e que os privados aproveitarão estas oportunidades e é por essas razões que os montantes para pagamento dos incentivos ao investimento privado duplicarão este ano.

Também é de grande importância criar outras condições às empresas, melhorando, por exemplo, na Região as redes de comunicações de dados, considerando-se que a sua qualidade e rapidez ao nível de banda larga estão ainda aquém das necessidades de uma região com as nossas características geográficas e da legítima ambição, que mantemos, de dispor de condições de sedeação de recursos, empresas e competências profundamente dependentes dessas acessibilidades. Nestes casos, o Governo assume como orientação, na Legislatura que agora começa, uma maior firmeza junto de

empresas concessionárias e ou prestadoras desses serviços de comunicações, a diversificação de parceiros no sector e um maior investimento público directo.

É também assente que a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento depende cada vez mais da defesa e valorização da biodiversidade, da melhoria da eficiência e da autonomia energética, das políticas de ordenamento de território e da promoção da qualidade ambiental, o que implica investimento, coragem e responsabilidade na regulação das actividades que envolvem a exploração e afectam directa e indirectamente os recursos naturais.

Queremos que, no processo de retoma económica, a agricultura e a indústria correlacionada ganhe um especial protagonismo e represente uma elevada contribuição. Todos os anos o actual maior partido da oposição anuncia desgraças e reveses para os agricultores – todos os anos, porém, a agricultura açoriana ganha em comparação com as mesmas actividades no país e em muitos lugares do exterior.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A competitividade agrícola será, indiscutivelmente, uma prioridade nas nossas opções políticas – ainda mais reforçada como tal, nesta conjuntura, em virtude da tendência europeia de desregulação progressiva da produção e da comercialização em áreas como é o caso da do leite. A orientação política é, por isso, sem prejuízo do apoio a produções diversificadoras, a de andar mais depressa na infra-estruturação e na mecanização, na reforma da estrutura fundiária, no rejuvenescimento dos activos e na facilitação das condições de acesso aos mercados a partir, sobretudo, da cadeia gerada na agropecuária, incluindo a fileira da carne.

Mesmo em sectores mais fortes, como o do leite, a transformação terá também de aumentar a sua especialização e inovação. Isso quer dizer que as indústrias contarão com o Governo para essas melhorias, mas não contarão com ajudas para fazer mais do mesmo, numa óptica simultânea de desvalorização da produção. A orientação é, pois, a de fazer bem, a de fazer diferente e a de nos ajustarmos à observação prospectiva dos mercados. A nossa agricultura vai continuar a progredir e a ser um esteio do desenvolvimento e da ocupação económica dos Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Deputadas, Srs. Deputados:

Os açorianos, em cada uma das nossas ilhas, conhecem-nos bem. Sabem que somos escrupulosos na assunção dos nossos compromissos e zelosos no seu cumprimento. Sabem o que fizemos, o que não pudemos fazer e até o que fizemos para além do que julgávamos inicialmente possível.

Temos sido, queremos e vamos continuar a ser, como vos acabo de demonstrar, um governo promotor da mudança, criativo, inovador e inconformado. Por essa razão, os que já antes das últimas eleições vaticinavam estarmos perante o fim de um ciclo político, e que o repetem agora, falharam no seu augúrio no passado e voltarão certamente a falhar no futuro.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós não precisamos de justificar o passado: as açorianas e os açorianos já nos avaliaram com nota positiva e deram nota negativa à oposição.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Agora, o que fazemos é preparar o futuro – vamos superar as dificuldades que nos chegaram; vamos empreender a retoma económica; vamos retomar o caminho dos êxitos que fazem parte da nossa ambição: famílias mais confiantes, empresas mais sólidas, mais empregos e empregos mais seguros, idosos com melhor presente e jovens com melhor futuro. O nosso sucesso é o sucesso dos Açores; a nossa vitória será uma vitória para os açorianos.

Com a vitória obtida nas eleições regionais do passado mês de Outubro, o Governo inicia um novo ciclo com grande entusiasmo e com um rumo definido, em que relevam algumas das orientações e das medidas que mencionei.

Convocamos, pois, todos os açorianos, e todos os que acreditam e trabalham nos Açores, para vencermos em conjunto as dificuldades e realizarmos a nossa ambição de fazer mais e melhor pelos Açores.

Vamos continuar a governar e a trabalhar, para que se diga cada vez mais: “Que bom é ser Açoriano!”

(Aplausos de pé dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Retomamos às 22 horas e 30 minutos para procedermos ao debate e votação deste documento na especialidade.

Bom jantar.

Até logo.

Eram 20 horas e 45 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, boa noite:

Agradeça que ocupassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 22 horas e 55 minutos.

Começaria por lembrar à câmara que em Conferência de Líderes foi acordado que o debate na especialidade relativamente ao Plano Anual e Orçamento para 2009, seria feito de forma genérica, seria feito no início de acordo com os tempos globais fixados e quando iniciássemos as votações na especialidade, quer de um documento, quer de outro, fizéssemos apenas as votações.

Peço às Sras. e Srs. Deputados que tenham isso em atenção e que no debate que se fará apresentem todos os comentários às propostas de alteração que considerarem pertinentes, quer às vossas, quer às dos outros.

Vamos começar com a votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova as Orientações de Médio Prazo 2009/2012, isto porque sendo um documento que pela sua natureza não admite propostas de alteração, nem elas existiram, faz-se apenas uma única votação e o debate que mereceu foi apenas o debate na generalidade que terminámos há pouco.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova as Orientações de Médio Prazo 2009/2012 foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 17 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e registou 5 abstenções do CDS e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos proceder à votação na generalidade da Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Anual Regional para 2009.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional – Plano Anual Regional para 2009 foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

Presidente: Está aberto o debate na especialidade.

Volto a repetir: agradecia que os Srs. Deputados apresentassem as suas razões relativamente a todas as propostas de alteração, porque depois faremos as votações, sem debate, programa a programa.

Proponho que se fizesse uma apresentação global das propostas apresentadas por cada grupo ou representação parlamentar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

* **Deputado Helder Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista centra este conjunto de propostas de alteração ao Plano naquilo que considera hoje serem as prioridades de investimento no actual contexto financeiro e económico, ao nível internacional e também já ao nível nacional.

São essas as prioridades, por um lado, as pessoas, por outro, as nossas empresas, sendo que algumas propostas de alteração que agora propomos têm um impacto duplo, por um lado, nas pessoas, no caso da habitação, mas também naturalmente nas empresas pela dinâmica que irão imprimir com o reforço do investimento que propomos.

Começando por aquela que é a proposta mais expressiva do ponto de vista financeiro, reporto-me à acção (se me for permitido alterar a sequência das nossas propostas) 14.1.2, aquisição de habitação própria, propomos um reforço no montante de 28 milhões de euros, sendo que, como disse, uma alteração que atinge duplamente esses nossos objectivos.

Propomos também o reforço da acção 2.1.4, no montante de 18 milhões e 225 mil euros, no âmbito dos programas de emprego.

Uma outra proposta de alteração, também ao nível do reforço, é relativa à acção 13.4.2, o conhecido COMPAMID, para a qual propomos uma dotação de 1,2 milhões de euros.

A acção 13.3.1, equipamento e apoio às deficiências, propomos uma alteração no montante de 150 mil euros.

No âmbito destas acções específicas, 18.5.2 propomos meio milhão de euros, isto no âmbito do transporte colectivo de passageiros.

Para além deste conjunto de propostas de alteração, o Partido Socialista propõe, em duas áreas distintas, duas intervenções específicas, o reforço da acção 19.2.6, reordenamento do porto da Madalena.

Propomos ainda a criação de uma acção específica no montante de 50 mil euros, a acção 1.1.20, requalificação da Escola Básica e Integrada Canto da Maia.

Finalmente, no âmbito deste pacote de alterações financeiras, propomos igualmente, e por contrapartida com o reforço de investimento anteriormente reforçado, o reforço de 50 milhões de euros no Capítulo 12 do orçamento – passivos financeiros, no

âmbito das autorizações do Governo da República do aumento do endividamento líquido da Região Autónoma dos Açores para o corrente ano.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O conjunto de proposta que o PSD apresenta enquadra-se nas medidas que apresentou no seu programa de combate de crise e que aqui consubstancia através de algumas propostas que têm incidência orçamental, bem como algumas que tentarei explicar de forma muito resumida neste momento.

Em primeiro lugar, no Programa 2, a proposta de alteração que propomos tem a ver com a criação de um programa especial, de medidas extraordinárias, de defesa e promoção do emprego, já que, não esquecendo a gravidade que este fenómeno começa a atingir na Região Autónoma dos Açores através de uma tendência de aumento substancial verificada ao longo dos últimos anos, exige medidas especiais.

Essas medidas especiais são consideradas aqui com a aplicação de 5 milhões de euros e dá corpo a esta proposta que introduz a acção 2.1.10 – medidas extraordinárias de defesa e promoção do emprego.

Relativamente ao Programa 12, na acção 12.3.3, correspondente ao anel, não ao *anillo* de fibra óptica, como penso que por incúria de alguém continua apresentado no plano, o que é que se pretende?

Pretende-se dar consistência a algo que não existe. Isto é, a verba que estava considerada neste programa de 26 mil e 500 euros, é pura e simplesmente, virtual (é nada!). Por isso, para dar consistência a esta medida, considerámos um reforço de 1 milhão de euros, que corresponde sensivelmente aos meses em que este projecto estará em vigor (estará avaliado em qualquer coisa como 9 milhões de euros), que poderão ser aplicados ainda durante o presente ano de 2009.

A proposta de alteração referente ao Programa 14, tem a ver com uma medida apresentada pelo PSD e que por indisponibilidade dos Srs. Membros do Governo, não chegou a ser finalizada e relatada em Comissão, que é o Programa Casa Própria. É

uma proposta alternativa que visa essencialmente apoiar as famílias açorianas e, designadamente dentro destas, as famílias pertencentes à classe média. É a aplicação do Programa Casa Própria ao longo dos meses que restam até ao final do presente ano de 2009.

A proposta que fazemos para o Programa 14, acção 14.2.4, apoio à recuperação de imóveis afectados por térmitas, não é nada mais do que considerar aquilo que ontem se ouviu falar aqui por parte da Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, que aceitou que a verba considerada nesta acção era insuficiente. Por isso não compreendemos como é que não existe mais nenhuma medida neste domínio, designadamente por parte do Partido Socialista que suporta o Governo.

Aqui, propomos um reforço de 400 mil euros naquilo que tinham apenas considerado 500 mil euros. Estranhámos, de qualquer forma, que essa mesma proposta não seja feita por parte de quem quer dar tanto “sumo” àquilo que faz.

A mesma questão é aplicável no campo de coordenação, daí a proposta de aditamento da acção 14.2.6, de criação de um gabinete coordenador de combate às térmitas, para ver se definitivamente a questão das térmitas é uma questão resolvida nos Açores e não é unicamente passível de meia dúzia de medidas que tentam “tapar o sol com a peneira”, mas não resolvem o problema que se começa a tornar gravíssimo.

Não sei porquê os vossos sorrisos. Se o Sr. Deputado e o Sr. Presidente tivessem as suas casas infestadas por térmitas, estariam provavelmente bastante preocupados com o problema.

Também estamos preocupados com um outro problema e deveria ser uma preocupação extensiva a todos: as pessoas que se encontram em situação de prevenção e tratamento de comportamentos de risco. É um problema que se está a tornar extremamente grave a nível da Região e implica efectivamente uma maior incisividade nas verbas que a ele são destinadas. Por isso propomos o reforço de 1 milhão de euros, o que representa sensivelmente mais 50% do que aquilo que está considerado.

A outra proposta de alteração, que é um aditamento de um artigo ao Capítulo 9 da Proposta de Decreto Legislativo Regional relativa ao Orçamento, trata, nada mais, nada menos (é conhecida), do que considerar aquilo que poderá ser a sexta alteração

ao Decreto Legislativo Regional nº 2/99/A, em que se procede à extensão, a todos os níveis de rendimento, da redução de 30% que a Lei de Finanças das Regiões Autónomas possibilita, desta forma abrangendo todos os escalões, designadamente a classe médica, aquela que tem sido eternamente sacrificada, possibilitando por essa via estimular os rendimentos disponíveis das famílias açorianas e também, por via do consumo, possibilitar que a actividade económica seja dessa forma revitalizada.

É nada mais do que, no caso da adaptação do sistema fiscal nacional à Região Autónoma dos Açores, ficar concluído o processo de redução que já existe relativamente ao IVA e ao IRC, que existiu relativamente ao IRS e que foi progressivamente sendo adaptado e, de uma forma que consideramos inexplicável, neste momento apenas não se aplica no segundo escalão do rendimento na sua globalidade e a todos os outros daí em diante.

Relativamente à proposta de alteração ao Mapa I do Orçamento, aquilo que está considerado ao nível dos impostos sobre o rendimento é a expressão deste novo artigo 20º-A, que se vai traduzir obviamente nas receitas do IRS que constam do Mapa I do Orçamento, que financia grande parte dos reforços considerados relativamente à despesa. Será a aplicação do empréstimo dos 50 milhões de euros em que a Região vê agora possibilitada a aplicação de uma parte nas medidas que considerámos.

Finalmente, temos uma outra proposta de alteração em que, para além da expressão de todos os reforços nos diversos programas do Plano, respeitantes a cada uma das Secretarias Regionais responsáveis pelos respectivos programas do Plano, está considerada uma outra forma de financiamento, aquela que consideramos que deveria constituir uma maior justiça no domínio da gestão dos dinheiros públicos na Região Autónoma dos Açores.

Se a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, por iniciativa do Partido Socialista, pretendeu efectuar um corte substancial nas despesas, designadamente no funcionamento dos grupos parlamentares...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor agora já revela o que disse!

O Orador: O senhor não fale daquilo que não sabe.

O senhor sabe perfeitamente, e é errado ou é incorrecto se não reconhecer, que todos estes grupos parlamentares, incluindo os senhores, apresentaram propostas alternativas. Todas elas conduziam à redução das despesas da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e condicionamento dos grupos parlamentares.

Quem não admite isto, ou não sabe o que anda aqui a fazer ou então é desonesto.

Aquilo que se pretende unicamente é que a justiça ou que isso seja extensivo ao funcionamento dos gabinetes dos Srs. Secretários.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso considerámos uma redução sensivelmente de 8% nos gabinetes de todos os Srs. Secretários. Achamos que é desta forma que o próprio Governo conseguia dar o exemplo.

Se quiser dar o exemplo, se quiser seguir o exemplo da Assembleia e de todos os grupos parlamentares que mostraram há cerca de 2 ou 3 meses, o Governo estará no caminho certo.

Se o Governo decidir não aceitar esta proposta de alteração significa que o Partido Socialista quando fez determinada proposta, conluiado com o Governo muito provavelmente, aquilo que pretendeu fazer foi aquilo que foi referido na altura, que foi limitar a capacidade da oposição dos partidos desta Assembleia.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, o Governo deve seguir este exemplo. Se quer manter os seus gabinetes exactamente ao mesmo nível em termos de despesa orçamental que tem até agora, pura e simplesmente, os senhores não querem que a receita que é aplicada a outros vos seja aplicado a vós próprios.

Isso dá nota ao povo açoriano daquilo que o Governo quer fazer, da sumptuosidade em que se pretende manter.

Muito obrigado.

Deputados Rui Ramos e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Julgo que na minha intervenção inicial expliquei suficientemente bem as nossas propostas e que foram perfeitamente entendidas por todos.

De qualquer modo, faço aqui muito rapidamente um avivar de memória.

Para nós, dizer-se que as pessoas estão em primeiro lugar não é conversa, é acção concreta e dirigida.

Preocupamo-nos, de facto, com os mais desprotegidos e aqueles que mais necessitam.

Mais uma vez somos inovadores na política e mostramos também como a oposição pode fazer boas propostas.

Já o ano passado apresentámos aqui o COMPAMID que tão bons frutos e ajuda deu aos mais idosos e mais desfavorecidos que hoje têm dinheiro suficiente para comprar os seus medicamentos.

Tenho um *feedback* muito positivo disso. Alguns deles nem gastaram o dinheiro, felizmente, porque não estavam doentes, mas foi uma medida necessária e foi suficiente para acudir à maior parte das situações.

Este ano apresentamos aquilo a que chamamos o Vale de Saúde. É uma medida complementar de combate às listas de espera cirúrgicas que vai permitir (em algumas situações, de ortopedia, osteopatia de anca, cataratas, ratinopatia nos casos dos diabéticos e cirurgias mais especializadas e que a Região possa não ter capacidade de resposta por vários motivos) uma resposta eficaz à lista de espera, para os açorianos poderem, em situação de igualdade a qualquer português residente no Continente, ter a mesma oportunidade de recorrer às unidades de saúde, seja do privado ou do sector social, convencionadas com o Serviço Nacional de Saúde, e possam mais rapidamente ser operados e recuperar a sua saúde.

Parece-nos uma medida de extraordinária importância e a verba que aqui se consigna é suficiente para este ano.

Apresentamos também uma proposta orçamental ao Mapa 1, acção 15.4.9. Temos no orçamento um reforço significativo de 50 milhões de euros, autorizados para o Governo Regional utilizar, para os cuidados continuados e paliativos.

Consideramos importantíssimo este reforço para melhorar a assistência às pessoas carenciadas em situação de dependência e o apoio ao domicílio.

Sobre esta proposta julgo que não há dúvida nenhuma.

No Programa 20.4 – Promoção e dinamização dos transportes aéreos, propomos a aquisição de um avião mini cargueiro. Não é um avião cargueiro, é um avião ligeiro, que tenha capacidade para uma tonelada ou uma tonelada e meia, que pode operar com grande capacidade de mobilidade e com baixo custo de operação. Propomos aqui que se faça um estudo para avaliar o impacto e a viabilidade da aquisição deste tipo de avião.

Deputado José San-Bento (PS): Não apoiado!

O Orador: Permite grande operacionalidade entre as ilhas, permite sair da Ilha das Flores e ir para a *gateway* onde houver carga disponível, ou seja, pode vir para o Faial, para a Terceira como para São Miguel. Pode não estar disponível a um voo directo Flores/São Miguel se não houver capacidade de carga a partir de São Miguel, mas haver a partir da Terceira. A vantagem é essa.

A outra vantagem é os produtos da pesca não esperarem pelo avião, ou seja, terem que ir uma hora mais cedo para o aeroporto para apanhar o avião.

Se o voo for de manhã e se chegam por volta da hora do almoço com uma tonelada de peixe, tem capacidade de escoamento, porque aumenta essa capacidade extraordinariamente.

As vantagens são inúmeras. Achamos que esta é uma proposta útil, que é uma proposta que vai permitir aos pescadores ir mais vezes ao mar, exportar o seu peixe em melhores condições e todos sabemos que quando os produtos chegam frescos a outro lado têm uma mais valia, têm um valor acrescentado que é necessário para dar mais rendimento.

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Percebo Sr. Deputado José San-Bento. Não tenho tempo para lhe fazer grandes explicações, mas teremos oportunidade de falar seguramente sobre isso.

O senhor conhece os custos de operação de um avião?

Deputado José San-Bento (PS): Em dólares?

O Orador: Em dólares. Sabe quanto é por hora?

Não sabe, mas não interessa.

Estão apresentadas as propostas do CDS/PP.

Muito sinteticamente julgo que não há nenhuma dúvida.

No entanto, estarei disponível, no tempo que me resta, para algum esclarecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É entendimento do Bloco de Esquerda, no que respeita ao método de apresentação de propostas alternativas, que a gestão do Orçamento cabe ao Governo e ao partido ou partidos que o apoiam. Em consonância, cabe-lhes aceitar, ou não, as propostas de alteração apresentadas pelas diferentes oposições. Não é às oposições que compete intervir na filosofia e na orgânica do Orçamento. Todavia, com humildade democrática, cumprimos as orientações traçadas pelo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, considerando nós que não existe nenhuma base legal para esta exigência à oposição. Eu estarei disponível para explicar exactamente o que quero dizer com isto, se o Sr. Presidente entender que o devo fazer agora fá-lo-ei, senão, farei no final.

Presidente: Pode fazer agora, Sra. Deputada.

A Oradora: Com certeza, Sr. Presidente.

Como somos estreatantes desta casa e assumimos o que não sabemos, fomos consultar, seguindo uma directiva e um aconselhamento da sua bancada quando nos tiram da orgânica a figura de assessor, os juristas desta casa e perguntámos onde é que estava escrito que os partidos da oposição, quando apresentam propostas de alteração, têm que fazê-lo retirando dinheiro de um programa para o outro ou indo jogar com as diferentes áreas do orçamento, até porque não se faz nada disto na Assembleia da República, por exemplo.

Fizemos esta pergunta e a resposta que obtivemos (não sou jurista, Sr. Deputado, por isso aceito aquilo que quem sabe diz) foi que não está escrito em lado nenhum, não há nenhum decreto que diga isso mas é prática desta casa.

Deputado Herberto Rosa (PS): É equilíbrio orçamental, Sra. Deputada!

A Oradora: Por isso disse com humildade democrática, cumprimos a prática, mas na realidade não está escrito em lado nenhum.

As propostas de alteração apresentadas pelo BE têm, como base de sustentação, a necessidade de medidas extraordinárias para o período extraordinário que vivemos, tentando combater uma clivagem social de graves consequências para os açorianos e açorianas, nomeadamente, o combate ao desemprego e a promoção da sustentabilidade social, minorando roturas comprometedoras das novas gerações.

É assim que propomos um reforço de 50€, nas pensões abaixo de salário mínimo regional. Consideramos que, para além de se tratar de uma medida da mais elementar justiça social, configura também – tendo em conta o considerável volume de dinheiro envolvido –, um estímulo à procura interna de que as micro e pequenas empresas da nossa Região tão carenciadas estão.

Propomos, também, um reforço considerável, na política de recuperação do parque habitacional, desejando nós que esta intenção seja potenciada, num esforço conjugado, entre Governo Regional e Poder Local. Sendo uma proposta geradora de emprego é, também, um incentivo para a qualidade de vida das nossas comunidades e um sinal claro para que o ordenamento sustentável do território seja um paradigma, em confronto com a construção rendida a interesses especulativos e às inegáveis necessidades de tesouraria das câmaras.

A imperiosa exigência dos Açores, na aposta da qualificação das novas gerações, não se compadece com hiatos, na sua formação, provocados pelas consequências desta crise nas famílias e que afectam – por vezes, de forma sibilina – os seus entes mais jovens, com repercussões nefastas a médio prazo. Em consonância, propomos um conjunto de medidas de Acção Social Escolar, para todos os níveis de ensino. Estimamos que constrangimentos burocrático-tectocratas não impeçam a sua fluidez; O conhecimento, a investigação e a sua tradução na tecnologia são um investimento para o presente e para o futuro e nunca dinheiro deitado ao poço. Nos dias de hoje, esta realidade é insofismável. E sendo certo que há alguma sensibilidade, nalguns sectores do Governo Regional, para esta matéria é – precisamente, agora – a altura de continuar a investir, nas pessoas e no saber avançado. É evidente que as infra-

estruturas são indispensáveis; mas é necessário investir mais na produção de conhecimento.

Ainda nesta área, a monopolização e o controle do software, por uma única empresa, está em contra-ciclo com o que de mais avançado temos, hoje, ao nosso dispor. Por isso, propomos o início da introdução de software livre, nos Açores. Até porque, como todos sabemos, é muito, mas muito mais barato;

Sobre o Mar, está na hora de – mantendo-o como a fonte de inspiração que ele representa para todos e todas nós – o encarar de forma decidida e sem retórica. O Bloco de Esquerda tem vindo a assumir propostas, neste sentido. Mas também é hora de olhar para os sectores mais desprotegidos que nele labutam. Daí, as propostas de apoio aos pescadores, majoradas através do Fundo Pesca, não só como resposta às adversidades climáticas, mas introduzindo um novo factor: o da sustentabilidade dos recursos haliêuticos.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Permita-me um pequeno esclarecimento:

Efectivamente, eu disse na Conferência de Líderes (fiz questão de o dizer, sobretudo porque temos aqui alguma gente nova) que ao nível das alterações orçamentais, sempre que fosse apresentada uma alteração, designadamente ao nível do Plano, que implicasse um aumento da despesa, ela devia ser acompanhada ou de um corte correspondente no mesmo valor da despesa, ou de um aumento no mesmo valor da receita.

Eu explico-lhe, pelo menos segundo uma velha faculdade que fica ali na Alameda, em Lisboa, por que é que digo isso e digo, Sra. Deputada, onde é que está na lei.

Como sabe, o orçamento e as finanças públicas obedecem a um conjunto de princípios orçamentais:

- princípio da universalidade;
- princípio da não consignação;

E um, que é o mais importante para aqui: princípio do equilíbrio orçamental.

Portanto, só temos equilíbrio orçamental se fizermos isso, até porque senão corremos o risco de ter despesa que no fundo não é coberta pela receita. Isso é absolutamente proibido e ilegal.

Se reparar bem, Sra. Deputada, todas as alterações que entraram nesta casa (felizmente, porque me pouparam trabalho, designadamente a nível da admissão) têm uma dessas soluções. No caso do Partido Popular Monárquico, corta em outros sítios na despesa; o caso de outras forças políticas e atendendo ao anúncio público feito pelo Governo, aumentam a receita ao nível do empréstimo público.

Portanto, o princípio do equilíbrio orçamental, Sra. Deputada, está desde logo consagrado na Constituição, está desde logo consagrado na chamada Lei do Enquadramento Orçamental.

Fi-lo obviamente com boa intenção. Acho que não enganei ninguém e tive o apoio dos Srs. Deputados mais experientes. Vi, felizmente, o seguimento disso e é por isso que temos aqui um conjunto largo, vasto, muito democrático e muito plural de proposta.

Apesar de tudo, fico descansado porque o Bloco de Esquerda, ainda assim, apresentou 6 propostas de alteração ao Plano.

Deputada Zuraída Soares (BE): Com humildade!

O Orador: Obrigado. Mas achei importante esclarecê-la.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As propostas da Representação Parlamentar do PCP são conhecidas e esta câmara teve tempo suficiente para as avaliar, uma vez que desde ontem, pelas 15 horas, foram distribuídas por todos os deputados, porque tivemos o cuidado de o fazer de modo a que houvesse tempo para todos os partidos as poderem apreciar e tomar posição sobre elas.

Fizemo-lo, ao contrário de outras forças políticas que tiveram mais pressa em correr para a comunicação social a dar conta delas do que propriamente partilhá-las connosco, o que acho eticamente reprovável e queria dizê-lo nesta câmara porque já tive oportunidade de o dizer na comunicação social.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente às nossas propostas, visto que me é dado este tempo para as apresentar, fazemos quatro propostas.

Uma delas tem a ver com a eliminação do artigo 11º do Decreto Legislativo, relativo ao Orçamento, que prevê a autorização, por esta câmara, ao Governo da alienação de participações da Região a empresas públicas, portanto de património regional.

Julgamos que nem é essa a intenção do Governo e, por outro lado, por uma questão de princípios, julgamos que quando se quer alienar património da Região, ele deve ser feito na devida altura e com a autorização do parlamento regional.

Relativamente às propostas que fazemos ao Plano, apresentamos a primeira ao Programa 2, com uma acção que acrescentámos, que visa o estudo para a criação de um Plano Regional de combate ao trabalho precário, ao sub-emprego e ao trabalho ilegal, aliás, reforçando aquilo que a páginas 23 é dito na introdução do Plano Anual para 2009, nomeadamente: “bem como os programas de manutenção do emprego que visa a manutenção de postos de trabalho, o combate ao emprego precário é tido como uma estratégia importante potenciadora das diferentes medidas de emprego”.

Refiro isto porque, sabendo-se que os instrumentos são do Governo e conhecendo as regras, procurámos satisfazer compromissos eleitorais que temos (as questões do emprego são-nos muito caras), mas procurando integrá-las naquilo que são os instrumentos do Plano do Governo, procurando assim melhorar os instrumentos que aqui vão ser aprovados.

Temos depois uma proposta na área da habitação, nomeadamente no reforço da cooperação financeira com as autarquias, um reforço de 1 milhão e 500 mil euros, que pretende dar aos municípios mais meios para fazerem face a situações habitacionais graves e urgentes, tendo em conta a sua proximidade com os problemas, apostando-se assim simultaneamente no reforço das parcerias entre os governos e os municípios e dotando-os de capacidade de resposta para situações urgentes e pontuais.

Por fim, propomos a realização de acções e campanhas de prevenção, de alguma forma autonomizadas, ao alcoolismo.

Sabemos e temos consciência que as campanhas que foram feitas pelo Governo Regional e que estão previstas, como têm lá a prevenção de uma forma em geral, a prevenção do consumo do álcool também está, mas normalmente fica diluída relativamente às campanhas de prevenção de outras substâncias psicotrópicas.

Como tal, julgamos conveniente que a questão do alcoolismo e da dependência alcoólica que causa graves problemas ao nível social, em termos de desestruturação das famílias, deve ser uma campanha autónoma.

Por outro lado, propomos a instalação do Centro de Didactologia da Horta. Aliás, hoje, nesta câmara, o Sr. Secretário Regional da Saúde, se não estou em erro, ou o Sr. Deputado do Partido Socialista que assumiu na última legislatura a pasta da saúde, falou dos Centros de Didactologia de São Miguel e da Terceira. Falta efectivamente o Centro de Didactologia da Horta de modo a ter a Região coberta de centros que possam prestar apoio ao tratamento das toxicodependências.

Por aqui me fico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Evidentemente é muito difícil apresentar, num período tão curto de tempo, como aquele que eu disponho (7 minutos), 24 propostas.

No entanto, vou assumir aqui uma atitude pedagógica, concentrar-me naquilo que é o essencial para nós e também, desde já, lembrar ao Partido Socialista e ao Governo Regional que entrámos numa nova fase do debate. Aquilo que ficou dito em relação ao Orçamento, ficou dito. O que eu disse, de serem o pior Governo da Autonomia Açoriana, também já ficou para trás.

Vamos agora começar a discutir aquilo que interessa, que são as alterações. Nesse sentido, espero que também não se recordem desse episódio.

(Risos da Câmara)

Sem rancores, vamos começar a discutir estas questões.

Primeiro, em relação à beneficiação e reabilitação de instalações escolares, para vos dizer que verifiquei aqui uma série de lacunas. Os senhores também. Inclusivamente oferecem uma projecção de 2 milhões e tal de euros. Nesse sentido, a minha proposta encontra-se ultrapassada pelos senhores. Por isso vou votar (ouçam bem!) a favor da vossa proposta em relação a esta área.

Sra. Secretária Regional da Educação, em relação à formação de pessoal docente e não docente, realmente não compreendo esta opção do Governo Regional, sobretudo pela discussão que tivemos aqui em relação à questão da avaliação dos professores.

Se a questão da avaliação dos professores significa que nos vamos centrar na melhoria qualitativa do sistema, fundamentalmente detectando dificuldades de formação e depois projectando um esforço nesse sentido, é óbvio que temos que reforçar esta componente. Portanto, duplicámos a projecção financeira para esta acção.

Os senhores concordaram connosco em relação à criação da orquestra profissional de música clássica, uma proposta que estava no programa eleitoral do Partido Popular Monárquico. Bem-vindos a este esforço!

Nesse sentido, o que estamos aqui a fazer é colaborar com vocês, a ajudar-vos a projectar aquilo que a Sra. Directora Regional da Cultura disse. Portanto, estamos a projectar aqui também um esforço financeiro para que se concretize o que a Sra. Directora afirmou publicamente, como sabem.

Indo de encontro àquilo que são as vossas preocupações na área do ambiente, quero dizer-vos que concordei com a criação do parque natural da reserva da biosfera na Ilha do Corvo e na Ilha Graciosa, e agora com este processo também em relação à Ilha das Flores.

Em relação à gestão dos resíduos na Ilha do Corvo concordo com o que disse o Sr. Presidente do Governo há um ano. Subscrevemos o discurso de apresentação do anteprojecto. Nesse sentido quero aqui registar esse acordo.

Em relação ao Sr. Vice-Presidente do Governo também concordo que os Centros de Interpretação Ambiental que foram inaugurados há 2 anos já deveriam estar a funcionar. Percebo o seu incomodo de ter inaugurado esta obra e, dois anos depois, ela continuar encerrada.

Nesse sentido, para auxiliar o Governo, dar projecção financeira, dar vida para além do papel, daquilo que criou, contemplo aqui uma projecção financeira apreciável.

Em questões como o incremento da fiscalização, como sabem, também é necessário fazer um esforço de âmbito regional. Portanto, contemplo aqui um reforço dos meios financeiros.

Recentemente, chegámos à conclusão, nesta casa, que era uma preocupação do Governo e da oposição reforçar o apoio regional ao Serviço Público de Rádio e Televisão (penso que concordamos), o que projectámos nas propostas que realizámos um aumento deste esforço.

Contemplamos também uma série de infra-estruturas, nomeadamente infra-estruturas desportivas de recuperação do património cultural na Ilha Corvo, em que os senhores também reconhecem um défice importante em relação a estas áreas, nomeadamente em relação à área desportiva em que nada tem sido feito ao longo destes anos.

Apresentado sumariamente aquelas que são as nossas grandes preocupações do ponto de vista da projecção financeira, evidentemente para cumprirmos com a lei, tivemos que cortar algumas despesas.

Nesse sentido, e julgo que aqui não estaremos de acordo, consideramos que, vivendo os tempos em que vivemos, penso que se poderia pensar numa recuperação gradual do Palácio dos Capitães Gerais, da beneficiação do Palácio de Santana, do Palácio da Conceição e assim por diante, viabilizando aquelas que são propostas bastante interessantes, aquelas que são propostas para o futuro, aquelas que são propostas para permitir a execução de programas de finalidades, de acções que os senhores criaram.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional.

* **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma intervenção de esclarecimento de algumas matérias que foram aqui abordadas e também, se me permitem, de correcção de outras declarações que foram feitas no contexto deste debate na especialidade que não correspondem à realidade e

por essa medida, é apenas no sentido pedagógico que estamos aqui imbuídos nesse espírito, repor a realidade dos factos.

A primeira questão, para corrigir o Sr. Deputado António Marinho.

Sr. Deputado, não houve qualquer erro ou desleixo na expressão *anill* de fibra óptica. O *anill* de fibra óptica é um estudo elaborado no âmbito do INTERREG, entre um conjunto de regiões da macaronésia. *Anill* é anel em espanhol.

A entidade líder do projecto é as Canárias. Por isso este *anill* não tem nada a ver com o anel de fibra óptica que os senhores tentam falar e confundir.

Deputados Mark Marques e Clélio Meneses (PSD): É castelhano!

O Orador: Portanto, fica esse reparo e a próxima vez que chamar desleixado ou incorrecto ao Governo tenha mais cuidado e tenha mais rigor naquilo que diz. Tem que saber primeiro daquilo que está a falar e depois critique no espaço que o deve fazer. Ficou-lhe mal! Correu-lhe mal!

Deputado António Marinho (PSD): Retribuo-o a si essas recomendações!

O Orador: Acontece a todos. Hoje por acaso o dia está a correr-lhe particularmente mal, mas acontece.

Deputado António Marinho (PSD): O senhor está tentando “atirar a bola”. É normal! Eu compreendo!

O Orador: Indo em frente, gostaria de fazer aqui dois alertas, duas observações na sequência daquilo que foi a brilhante intervenção e explicação lógica de finanças públicas regionais, feita pelo Sr. Presidente da Assembleia e alertar, particularmente o PPM, para que nas próximas propostas a apresentar ter cuidado, porque quando se propõe cortar na despesa para supostamente equilibrar o orçamento, está indirectamente a desequilibrá-lo.

As propostas que o PPM faz de corte da despesa, nomeadamente de menos 2 milhões, 220 mil em campanhas publicitárias e 2 milhões e 500 mil em investimentos estratégicos, têm imediata e automaticamente um corte correspondente na receita. Isto são investimentos comparticipados por fundos comunitários em 85%.

O senhor ao pretender cortar a despesa em 4 milhões, 720 mil para equilibrar outras despesas que aumenta, tem automaticamente como consequência um corte na receita de 4 milhões e 12 mil. Ou seja, as suas propostas ao serem aprovadas iriam gerar um

desequilíbrio nos documentos e em termos práticos iriam violar o princípio que foi, e muito bem, salientado pelo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Dou-lhe este conselho: a próxima vez que apresentar propostas, veja se as mesmas têm participação comunitária e ponderem esse efeito também sobre o lado da receita. O senhor não vai querer, apesar da terminologia toda que usou na sua intervenção, que a Região tenha um desequilíbrio orçamental como não teve até agora. É um contributo para que nos próximos anos faça propostas com mais cuidado, com mais rigor e que não tenhamos que lhe devolver as classificações pouco nobres que nos fez.

O mesmo se passa em menor dimensão com as propostas do Bloco de Esquerda que também geram um desequilíbrio orçamental, porque também reduzem nomeadamente no Projecto 13.1, 13.2 e 13.3, num total de 500 mil euros, acções participadas por fundos comunitários que teriam também implicação na redução duplicada da receita e isso também iria gerar o desequilíbrio orçamental.

Deputada Zuraida Soares (BE): São opções!

O Orador: Não são, Sra. Deputada. Isso não é uma questão de opção. Tem o direito de fazer as opções que quiser, de afectação de recursos, mas não pode, na prática, fazer com que haja um desequilíbrio entre a receita e a despesa. Não é formal.

O Sr. Presidente da Assembleia fez muito bem em aceitar estas propostas, mas é na aplicação prática das mesmas, porque há despesas, nomeadamente investimento que tem efeito multiplicador sobre a receita.

Quarto aspecto para corrigir também a afirmação feita pelo Sr. Deputado António Marinho.

A proposta que o PSD apresenta no Orçamento, ao contrário do que foi dito, repetido e publicitado não reduz em 30% o IRS.

Esta proposta reduz a taxa de IRS em 4,2 pontos percentuais para os rendimentos superiores a 5.416 euros por mês. Reduz 4,2%. Ou seja, os rendimentos que todos os açorianos tiverem acima de 5.400 euros por mês, se a proposta do PSD fosse aprovada, iriam pagar menos 4% de impostos.

Curiosamente, se tivessem o rendimento até 590 euros iriam pagar menos 0,65% de impostos.

Deputado António Marinho (PSD): Já estão! Bela novidade!

O Orador: É a aplicação prática da proposta. É este o resultado prático e operativo se aprovássemos a proposta do PSD.

Deputado António Marinho (PSD): É mais uma vez falar em atentado para não falar na realidade!

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Isso é demagogia!

O Orador: Resumindo: nos rendimentos até 590 euros por mês, a implicação seria reduzir os impostos em 0,65 pontos percentuais. Nos rendimentos acima dos 5.600 euros por mês a redução seria de 4,2 pontos percentuais. Isto é, quanto maior o rendimento, maior seria o desconto, segundo a proposta do PSD.

No cúmulo, quanto aos rendimentos mais altos, teriam uma redução de impostos 8 vezes superiores aos rendimentos mais baixos como tive oportunidade de provar à décima da percentagem.

Por último, para desmentir mais uma afirmação do Sr. Deputado António Marinho.

Nós consideramos que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores tem a dotação necessária no seu orçamento para funcionar, mas é mentira Sr. Deputado que tenham reduzido o seu orçamento.

O orçamento da Assembleia, naquilo que é a contribuição do orçamento da Região que será aprovado, cresceu, em relação ao ano passado, 13,6%, mais um 1 milhão, 415 mil, 999 euros.

Deputado António Marinho (PSD): Está a falar nas despesas dos Grupos Parlamentares!

Seja sério. Fale daquilo que tem que falar!

O Orador: O senhor mentiu. O orçamento da Assembleia não reduziu. Aumentou 13,6%. Consideramos que é o necessário para ela funcionar, mas é falso que tenha reduzido.

Já agora aproveito para esclarecer que tendo o orçamento crescido 13,6%, o orçamento da Administração Pública Regional e todos os gabinetes de que fala,

cresceu 1,1%, ou seja, 13 vezes menos daquilo que cresceu o orçamento da Assembleia.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

* **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de dar a conhecer à câmara o sentido de voto na maioria das propostas que foram presentes pelos vários partidos da oposição e fazer uma análise a algumas das propostas apresentadas.

Relativamente às propostas do PSD, que foram as primeiras apresentadas, as propostas para o Programa 2 – Qualificação Profissional e Defesa do Consumidor, e a que tem a ver com o emprego, vão de encontro a algumas das propostas apresentadas pelo Partido Socialista para a mesma matéria. Aquelas que são apresentadas pelo PSD são prejudicadas pelas propostas do PS sobre a mesma matéria.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à habitação, o PS também tem propostas neste domínio, portanto também será preterida face às propostas do PS.

Relativamente à proposta relacionada com o apoio à recuperação dos imóveis afectados por térmitas, o Partido Socialista irá votar favoravelmente esta proposta que vai ao encontro da política desenhada pela Sra. Secretária no último dia sobre esta matéria.

Portanto, o Partido Socialista irá votar favoravelmente a proposta do Programa 14 relacionada com o apoio à recuperação de imóveis afectados pelas térmitas.

Relativamente ao Gabinete entendemos que compete à Direcção Regional supervisionar essa área. Portanto, não temos que apresentar uma proposta para criação de um gabinete dentro do próprio Governo Regional.

É claro que para as propostas do PSD, tracei mais ou menos a ideia do que acho sobre isso.

Relativamente ao IRS já dissemos qual era a nossa opinião, no mês de Setembro. Não achamos que tenha havido alterações relativamente a esta matéria.

Deputado José San-Bento (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, é esta a análise mais ou menos sumária das propostas do PSD.

Relativamente às propostas apresentadas pelo CDS/PP, é entendimento do PS que algumas propostas terão o acordo do PS. Não concordamos relativamente ao cargueiro, porque é nosso entendimento que a renovação da frota vai ao encontro desta pretensão que o CDS tem apresentado. Portanto, o PS irá votar contra esta proposta e aceitará as outras propostas relativas ao Plano apresentadas pelo CDS.

Relativamente às propostas do PCP, estamos de acordo, porque vão de encontro a algumas políticas que também são traçadas pelo Partido Socialista no âmbito do emprego e da habitação, no combate às toxicodependências e em especial no combate ao álcool. Portanto, votaremos favoravelmente essas propostas.

Relativamente à proposta do Orçamento é nosso entendimento, assim como o Governo poderá adquirir algumas empresas, também deverá ter o direito, se entender alienar, ter essa liberdade de o fazer através da autorização que está prevista no orçamento.

Quanto às propostas apresentadas pelo PPM, julgo que elas têm uma questão subjacente, que é fazer gestão orçamental. É ao Governo que compete fazer essa gestão.

Para algumas acções, há praticamente um andar para cima e para baixo em acções que o próprio Governo poderá fazer no dia-a-dia, conforme as rubricas, se vão utilizando ou não.

Relativamente a questões específicas do Corvo, elas já foram discutidas hoje com o Sr. Secretário do Ambiente ao longo do dia. Não valerá a pena falarmos mais sobre elas.

Por fim, falta-me falar das propostas do Bloco de Esquerda. Ao longo do debate foram dadas algumas respostas a questões apontadas pontualmente acerca do que é que o PS ou o Governo pensariam sobre esta matéria.

Eu julgo que em nenhuma delas terá do Partido Socialista o sentido de aprovação. Portanto, iremos votar contra elas.

Para terminar, gostaria de dizer que globalmente as propostas que o Partido Socialista prevê aprovar, em termos de receitas, estão cobertas pelo financiamento dos 50 milhões. Portanto, as propostas que o PS propôs, mais as que irá aprovar da oposição, cobrem os 50 milhões na totalidade que propostos.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Quando for a votação, essas que os senhores acham que estão prejudicadas, vão ser votadas também!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem 33 segundos.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer ao Sr. Vice-Presidente que, em relação ao conselho de que me deu, aceito-o, embora eu tivesse conhecimento.

Neste sentido, se tornássemos essas verbas que são comparticipadas, verbas protegidas e verbas invulneráveis, obviamente que não se conseguia fazer nenhuma alteração orçamental.

Por outro lado, deve ter reparado que não fizemos uso dos 50 milhões de euros de endividamento. Portanto, estamos a contar com esse *plafond* para reequilibrar o orçamento no caso das propostas serem aprovadas.

Respondendo muito rapidamente em relação à questão que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista levantou em relação às questões do PPM, acho que foi uma análise realizada com muita leveza, Sr. Deputado.

Por exemplo, a Ilha do Corvo é uma ilha com tradição baleeira. Nada foi feito em relação a essa questão.

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Nós projectámos um esforço financeiro de 10 mil euros. Não vejo onde é que isto possa alterar a política orçamental do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua paciência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma referência muito breve.

Por um lado para dizer que lamentamos que, como quase sempre acontece, o Sr. Vice-Presidente tenha a tendência de comentar aquilo que não dissemos, fugindo à verdade, tentando ficar numa posição que evita algum desconforto sentido anteriormente.

Portanto, tente ser correcto e tente falar daquilo que dissemos.

Uma outra referência muito breve para dizer ao Sr. Deputado José Rego que o facto de aprovarem uma das nossas propostas é visto com satisfação pela nossa parte.

Naturalmente lamentamos que não tenham tido a mesma postura relativamente às restantes, mas falaremos delas na devida altura. De qualquer forma, gostaria de fazer aqui uma ligeira precisão: quando o Sr. Deputado José Rego diz que as propostas do PS prejudicam as do PSD, isso não é verdade, porque as do PSD entraram primeiro.

Portanto aconteceria justamente o contrário.

Em relação a isso não quero deixar cair no esquecimento algo que aconteceu. Havia um acordo no sentido de que, na medida do possível, todas as propostas entrassem durante esta manhã.

Nós próprios não fizemos entrar as nossas durante a manhã.

Desse facto, comuniquei ao Sr. Presidente da Assembleia e entregámo-las logo no princípio da tarde.

Curiosamente o Partido Socialista, quanto a nós, em atitude pouco leal, entregou-as a seguir à declaração final do Sr. Presidente do Governo.

Deputado José San-Bento (PS): Até à votação podemos entregar. Leia o Regimento, Sr. Deputado!

Presidente: Não havendo mais inscrições para debate (pode ser bom sinal), dou por encerrado o debate e passamos à votação.

A votação do Plano Regional Anual será feita programa a programa, nalguns casos vamos falar em projecto e em acção, só para percebermos. Por exemplo, o Programa 1 tem 7 propostas de alteração, mas só duas é que são coincidentes, têm exactamente o mesmo objecto. Uma é do Partido Socialista (única) a outra é apresentada pelo Partido Popular Monárquico relativamente à acção 1.1.1, infra-estruturas escolares.

Peço à câmara autorização para votarmos as duas alterações do Bloco Esquerda ao Programa 1, em conjunto.

Não havendo oposição, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bolieiro pede a palavra para...?

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): O Grupo Parlamentar do PSD requer à mesa a votação em conjunto das propostas de alteração do PPM, relativas ao Programa 1, acção 1.1.1, 1.3.1 e 1.5.1 ficando de fora a 1.7.3.

Presidente: Votemos então a acção 1.1.1, 1.3.1 e 1.5.1.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de alteração para a acção 1.7.3.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar para a votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o Programa 1, acção 1.1.1.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o Programa 1 com as alterações que lhe foram introduzidas.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 1 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 2.

Para este programa temos 3 propostas de alteração: uma do PCP, uma do PSD e uma do PS.

Vamos votar primeiro a proposta de alteração apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de alteração ao Programa 2, apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar para a votação da proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o Programa 2.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o Programa 2, com as alterações que lhe foram introduzidas.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 2 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Para o Programa 3 também temos algumas propostas de alteração.

A primeira a ser votada é a proposta apresentada pelo BE.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votemos de seguida as duas propostas de alteração apresentadas pelo PPM para o Programa 3.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Está à votação o Programa 3.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 3 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Para o Programa 4 temos 5 propostas de alteração, apresentadas pelo Partido Popular Monárquico.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, solicitava à mesa a votação em separado das duas primeiras propostas de alteração, apresentadas pelo PPM, para o Programa 4, acção 4.1.6 e 4.1.8.

Presidente: Está à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Popular Monárquico para o Programa 4, acção 4.1.6 e 4.1.8.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votemos de seguida as propostas de alteração para as acções 4.1.1., 4.2.3 e 4.2.8.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Está à votação o Programa 4.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 4 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Programa 5.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular Monárquico.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 5.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 5 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para o Programa 6 temos uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular Monárquico.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Programa 6.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 6 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Para o Programa 7 não existe qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 7 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para o Programa 8 também não existe qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 8 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para o Programa 9 temos 2 propostas de alteração, uma apresentada pelo Bloco de Esquerda e a outra pelo Partido Popular Monárquico.

Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular Monárquico.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Programa 9.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 9 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE, 1 abstenção do PPM.

Presidente: Programa 10.

Para este Programa temos duas propostas de alteração apresentadas pelo Partido Popular Monárquico e 1 proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular.

Vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo PPM para o Programa 10, acção 10.1.6.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos votar de seguida a proposta de alteração para o Programa 10, acção 10.3.1, apresentada pelo PPM.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular para o Programa 10.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do PCP, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Votemos de seguida o Programa 10.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 10 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para o Programa 11 não existe qualquer proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretário: O Programa 11 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para o Programa 12 foram apresentadas 2 propostas de alteração, uma pelo Bloco de Esquerda e a outra pelo Partido Social Democrata.

Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Programa 12.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 12 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 13.

Está à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: As propostas de alteração foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Vamos votar agora o Programa 13.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 13 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Programa 14.

Para este Programa temos 6 propostas de alteração: 1 do PCP, 1 do BE, 3 do PSD e 1 do PS.

Vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de alteração apresentada pelo BE para o Programa 14.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar as propostas de alteração apresentadas pelo PSD.

Votemos em primeiro lugar a proposta de alteração para o Programa 14, acção 14.1.9.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vou pôr à votação a proposta de alteração para o Programa 14, acção 14.2.4 – Apoio à recuperação de imóveis afectados por térmitas.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o Programa 14, acção 14.2.6 – Gabinete Coordenador de Combate às Térmitas.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o Programa 14.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Está à votação o Programa 14.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 14 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Para o Programa 15 temos várias propostas de alteração: uma apresentada do PCP, outra pelo PSD e três apresentadas pelo CDS/PP.

Vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 5 votos contra do CDS/PP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos passar para a votação da proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular para o Programa 15, acção 15.4.4.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos para a votação da proposta de alteração apresentada pelo CDS/PP para o Programa 15, que incide sobre a acção 15.4.5.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 votos contra do BE e 1 abstenção do PCP

Presidente: Passamos para a votação da proposta de alteração apresentada pelo CDS/PP para o Programa 15, que incide sobre a acção 15.4.9.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 1 voto contra do PCP e 18 abstenções do PSD.

Presidente: A proposta apresentada pelo PSD ficou prejudicada com a aprovação da proposta apresentada pelo PCP.

Passamos para a votação do Programa 15.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 15 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para o Programa 16 temos 4 propostas de alteração, apresentadas pelo Partido Popular Monárquico.

Votemos em primeiro lugar a proposta de alteração para o Programa 16, que incide sobre a acção 16.4.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para a votação da proposta de alteração que incide sobre a acção 16.5.5.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para a votação da proposta de alteração que incide sobre a acção 16.8.4.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para a votação da proposta de alteração que incide sobre a acção 16.9.3.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Está à votação o Programa 16.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 16 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está à votação o Programa 17 para o qual não existe propostas de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 17 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Para o Programa 18 há 4 propostas de alteração apresentadas pelo PPM e 1 apresentada pelo Partido Socialista.

A pedido do Partido Social Democrata, vamos votar separadamente a proposta de alteração para a acção 18.7.6.

Vamos votar, em primeiro lugar, as propostas de alteração para as acções 18.7.2, 18.7.3 e 18.7.4.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram rejeitadas com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para a votação da proposta de alteração que incide sobre a acção 18.7.6.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista para o Programa 18.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos para a votação do Programa 18 com a alteração que lhe foi introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretário: O Programa 18 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Programa 19.

Para este programa temos uma única alteração, apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos para a votação do Programa 19 com a alteração que lhe foi introduzida.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretário: O Programa 19 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Para o Programa 20 temos uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Popular.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos para a votação do Programa 20.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 20 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para a votação do Programa 21.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 21 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Passamos para a votação do Programa 22.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Programa 22 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Secretário: Em votação final global a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM.

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Economia para redacção final.

O Sr. Deputado António Marinho pede a palavra para...?

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Presidente, é para solicitar um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Estão suspensos os nossos trabalhos por 15 minutos.

Era 1 hora e 05 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para continuarmos os nossos trabalhos.

Era 1 hora e 25 minutos.

Vamos iniciar as votações relativas à Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2009.

Vamos começar pela votação na generalidade deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 1 voto contra do PPM, 5 abstenções do CDS/PP e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos entrar na votação na especialidade.

Começava por esclarecer a câmara que, em termos técnico-jurídicos, os 9 mapas que vêm no fim do documento, quando têm propostas alteração, elas integram juridicamente o artigo 1º do diploma, mas a praxe desta casa é votá-los não como alteração ao artigo 1º, mas no final da votação do articulado.

Vamos continuar a seguir essa praxe.

Assim sendo, podemos constatar que temos, do artigo 1º ao artigo 10º um conjunto de artigos sem qualquer tipo de alteração.

Vamos votá-los em bloco.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD solicitava a votação do artigo 1º e 2º separados, 3º a 8º em conjunto e 9º e 10º separados.

Presidente: Assim sendo, vamos iniciar a votação com o artigo 1º do diploma.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Artigo 2º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar os artigos 3º a 8º, inclusive.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: Os artigos foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Artigo 9º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 9º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 10º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 11º.

Para este artigo temos uma proposta de eliminação apresentada pela Representação Parlamentar do PCP.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Artigo 11º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 11º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 12º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: O artigo 12º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 13º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 13º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 5 contra do CDS/PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Artigo 14º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 14º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 15º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 15º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 16º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: O artigo 16º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 17º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 17º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 18º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 18º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 19º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 19º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 20º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: O artigo 20º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos de seguida uma proposta de aditamento, apresentada pelo Partido Social Democrata, que toma o nome de artigo 20º-A.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de aditamento foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Artigo 21º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 21º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 22º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 22º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 18 abstenções do PSD, 5 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 23º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 23º foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 5 votos contra do CDS/PP, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigos 24º e 25º.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: Os artigos 24º e 25º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Mapa I.

Para este mapa há um conjunto de propostas de alteração.

Vamos votar em primeiro lugar a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: As restantes propostas de alteração ficam prejudicadas.

O Mapa II tem uma proposta de alteração apresentada pelo Partido Social Democrata.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração ao Mapa II apresentada pelo PCP.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: Para o Mapa IV temos uma proposta de alteração apresentada pelo BE.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 5 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM, 2 votos a favor do BE e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar os Mapas I a IX na sua configuração original ou com as alterações que foram introduzidas e os anexos ao diploma.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Os mapas postos à votação foram aprovados com 29 votos a favor do PS, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam façam o favor de manter-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP, 18 votos contra do PSD, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PPM, 5 abstenções do CDS/PP.

Presidente: O diploma baixa a Comissão de Economia para redacção final.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

* **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ficaram provadas as suspeitas que tínhamos: o governo preferiu-se manter-se no seu autismo e manifestou uma fixação doentia pelo PSD e todos sabemos porquê.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Isso foi escrito antes!

O Orador: O Sr. Vice-Presidente sabe bem daquilo que eu falo.

O Governo preferiu chumbar propostas que os potenciais destinatários tinham acarinhado, disso não tenham dúvidas, mas nós trabalhamos para as famílias e para as empresas açorianas e é para elas que desenvolvemos a nossa actividade.

O Governo, pelos vistos, parece querer fazer “tábua rasa” das suas pretensões.

No limite aquilo que faz são manobras inconcebíveis para acabar por aplicar, afinal de contas, muitas delas e designadamente, como vimos esta tarde, algumas que foram propostas pelo PSD.

Deputados Clélio Meneses e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Foi o que se passou esta tarde quando ouvimos o discurso das novidades, isto é, o discurso que o Sr. Presidente do Governo tem por hábito fazer na sua

declaração final no debate do Plano e Orçamento, só que desta vez não trouxe novidades, agarrou aquilo que o PSD tinha proposto e deu-lhes outra dopagem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Fica claro por que é que o Sr. Presidente do Governo ordenou aos Srs. Secretários Regionais para se manifestarem indisponíveis para irem às comissões onde as propostas do PSD estavam a ser avaliadas e executadas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): Se isso fosse verdade, não tinham votado a favor!

O Orador: Quando nós, ficamos de consciência tranquila, porque não demos o nosso aval a documentos que vão fazer com que os Açores se mantenham na estagnação em que estiveram nos últimos anos.

Ficamos tranquilos, porque tudo fizemos para que as famílias e as empresas pudessem perspectivar o futuro com maior esperança. Os senhores vão ficar responsáveis por não terem acolhido propostas que eram propostas sérias e razoáveis. Vão ficar sem a consciência tranquila.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Helder Silva.

* **Deputado Helder Silva** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acabámos de votar o Plano e Orçamento para o corrente ano de 2009, proposto pelo Governo Regional, incorporando também um conjunto de alterações propostas pelo PS, e ainda pelo PCP, pelo PP e até uma acção proposta pelo PSD.

Os senhores precipitaram-se! Precipitou-se o Sr. Deputado António Marinho há pouco!

(Aparte inaudível do Deputado António Marinho)

O Orador: Peço desculpa, Sr. Deputado António Marinho. Não tinha intenção de o ofender.

Não apoiámos mais propostas do PSD, porque infelizmente o PSD não soube surgir perante esta câmara com mais propostas válidas, com mais propostas interessantes para resolver os problemas que afligem os açorianos.

Confirmamos assim o sentido de responsabilidade e também o sentido de humildade democrática com que nos apresentamos nesta câmara e, conforme tivemos oportunidade de declarar (o Sr. Presidente do Governo também o fez), em ausência de preconceitos com que nos apresentamos aqui neste plenário.

Trata-se, no nosso entender, de um bom plano de investimentos (o maior de sempre!), que não só visa cumprir o cumprimento daquilo que são os nossos compromissos com os açorianos, mas também resolver e responder àquilo que são um conjunto de situações que nos preocupam e que resultam desta situação financeira e económica, nacional e internacional, que assolou todo o mundo.

Ao PSD, que na semana passada afirmou (peço desculpa, mas os senhores preocupam-se connosco e devem ficar satisfeitos com a preocupação que temos também convosco) que o PS está isolado e que há pouco afirmou sermos autistas na forma como nos apresentamos neste plenário, pergunto agora: quem se isolou afinal? O PS, cuja maioria se abriu a entendimentos à esquerda e à direita? Ou o PSD?

Torna-se assim claro que a maioria não é sinónimo de arrogância, não sendo igualmente a minoria sinónimo de humildade.

Ao fim de 12 anos na oposição, o PSD tem ainda um longo caminho para trilhar até encontrar verdadeiramente o significado da humildade política.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Muito bem!

O Orador: O PSD está para o isolamento político como a Inglaterra estava para o isolamento geográfico durante a II Guerra Mundial.

Também Churchill declarava com algum sentido de humor que “o Continente Europeu estava isolado”.

Obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

* **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pude constar ao longo da votação, que seguiram atentamente, as repetidas votações.

Não restem dúvidas: a minha intenção penso que foi atingida, mas se não foi, o objectivo político era sempre votar contra as más propostas do Partido Socialista em relação ao Orçamento.

Quero dizer-vos também que não faço este exercício de crítica neste Orçamento e à bonificação que é feita por parte do Governo do Partido Socialista, por desejar que as coisas corram mal do ponto de vista económico e de projecção orçamental que os senhores construíram. Não é isso.

Acho é que, na situação de crise que vivemos, é importante dizer a verdade, é importante projectar a verdade nestes documentos e os senhores não o fizeram desde o início.

Como se recordam, antes deste novo slogan que “a crise chegou depois e vai-se embora antes”, ...

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): “Chega tarde e sai cedo!”

O Orador: ... não disseram a verdade aos açorianos e não disseram a verdade a vós próprios.

A partir daí temos aquilo a que se chama uma resposta à crise orçamental, partindo de pressupostos de que não têm que alterar nada do ponto de vista estrutural, nas vossas opções, e do ponto de vista económico.

Se repararem, em relação a este Orçamento ninguém contestou que do ponto de vista estrutural ele não sofreu grandes modificações.

As vossas opções continuam a ser as mesmas. Apenas têm a preocupação de injectar mais dinheiro naquelas áreas que consideram vulneráveis, embora essas áreas não sejam de facto as áreas fundamentais para a recuperação dos sectores que estão afectados pela crise.

Concluindo a participação do Partido Popular Monárquico neste debate do plano e orçamento, devo dizer que também tentei, com as propostas que apresentei, que a vossa política fosse uma política de verdade do ponto de vista daquilo que são as necessidades de algumas ilhas, fosse uma política de verdade daquilo que são as necessidades dos açorianos. Nomeadamente, apresentei aqui algumas propostas específicas para o círculo pelo qual fui eleito, a Ilha do Corvo.

Dei-vos exemplos, vários exemplos, que não foram contestados por nenhum dos responsáveis pelas diversas pastas do Governo Socialista, de edifícios inaugurados há 2 anos e que continuam encerrados, de diplomas que foram aprovados há algum tempo cuja resposta continua a ser totalmente inexistente. Inclusivamente, dei o exemplo de um discurso do Sr. Presidente do Governo Regional a assegurar aos corvinos a construção do aterro sanitário (há 8 ou 9 meses). Esses exemplos nunca foram contrariados.

De facto, os senhores têm, no que se refere àquilo que é a projecção do vosso esforço financeiro, ao contrário do que afirmaram no início deste debate, em relação a algumas ilhas, um esforço bastante desequilibrado.

O que aprofunda mais esta questão é que não é um desequilíbrio criado este ano, é um desequilíbrio que tem décadas.

Este desequilíbrio projectado durante décadas provoca realmente uma série de carências que são graves em relação à situação da Ilha do Corvo, nas áreas da saúde, do desporto, da cultura e na área ambiental.

Concluindo, espero que no próximo Plano e Orçamento os senhores possam rectificar a política económica que têm vindo a seguir nos últimos anos.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

* **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Parlamento acabou de aprovar dois instrumentos fundamentais...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Três!

O Orador: Três. Também temos as orientações a médio prazo, mas são para o quadriénio.

A sociedade açoriana estava à espera ansiosamente por este momento, porque necessita também que o Governo esteja dotado destes instrumentos para que sejam implementadas as acções, para que seja reposta a normalidade, porque num ano como este há sempre o atraso na aprovação do orçamento.

O Governo Regional sai daqui dotado com os documentos que necessita para gerir a Região este ano, para executar políticas que são suas e sai daqui enriquecido pelas várias propostas da oposição que foram aceites, e é bom que se diga. Da mesma forma como aqui denunciei o autismo que marcou o início desta legislatura com a revisão da orgânica, hoje registo positivamente a forma como o Partido Socialista soube aceitar as propostas relativamente a estes diplomas.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, estamos a tratar de coisas sérias. Não é para rir. Santa paciência!

Estamos a tratar de assuntos da Região. Estamos a tratar de assuntos do Açores. Portanto, não é para rir. Agradeço que não se ria, porque está a rir-se do povo açoriano.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): É incómodo!

O Orador: Não é incómodo nenhum! Há, efectivamente, que fazer esse registo positivo.

Agora isto não quer dizer que seja um cheque em branco ao Governo Regional. Cá estaremos, da parte da Representação Parlamentar do PCP, para exigir o cumprimento das promessas, a execução deste Plano e deste Orçamento.

Cá estaremos para denunciar quando assim não for, mas também sempre, numa posição de diálogo e de construção, a favor dos Açores e a bem do povo açoriano.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Há dois anos e o ano passado, o CDS apresentou aqui propostas muito interessantes e úteis para os açorianos. Fomos acusados de estarmos rendidos ao poder.

Passados estes dois anos as propostas que fizemos foram todas a favor dos açorianos. Passados dois anos os açorianos reconheceram a mais valia de uma oposição diferente, em oposição a uma oposição birrenta. Foi isso que os açorianos reconheceram ao fim desta legislatura.

Tentaram denegrir a nossa imagem. Tentaram minar, por tudo o que podiam, que nós estávamos feitos com os socialistas.

Estávamos feitos com o povo dos Açores! Continuamos feitos com o povo dos Açores!

Deputado Paulo Rosa (PS): Muito bem!

O Orador: Temos orgulho de hoje termos apresentado aqui propostas fundamentais para o bem, o conforto, a necessidade das pessoas, dos açorianos que precisam e não têm posses para ir fazer uma cirurgia ao Continente, dos açorianos que precisam e não têm posses para ter apoio ao domicílio ao nível dos cuidados paliativos.

Não medimos as propostas pelo peso do dinheiro, mas pelo peso da qualidade que tem na vida das pessoas.

Orgulhamo-nos disso!

Somos cada vez mais uma oposição responsável. Entramos aqui com responsabilidade e saímos com legitimidade de ser uma oposição que fiscaliza o Governo. Diria até que nos últimos anos quem melhor fiscalizou o Governo foi o CDS/PP, com responsabilidade, apontando, criticando, mas também fazendo elogio quando era necessário. É a isso que se chama fiscalizar, estar atento à actividade governativa, dar sugestões para melhorar a actividade governativa e essa é a nossa missão enquanto oposição.

Temos esperança. Disse que nos move a esperança de crescermos, de sermos mais e melhor oposição, mas já não me atrevo a fazer previsões para 2012. Ainda é cedo! Mas vamos no bom caminho.

Há um caminho e uma alternativa ao voto no Partido Socialista. Essa alternativa é cada vez mais o voto no CDS/PP por essa responsabilidade que aqui demonstramos hoje, ao sermos razoáveis. Num ano de crise propomos que os mais pobres sejam beneficiados.

Outra medida importantíssima que tem este Orçamento é o COMPAMID, dinheiro essencial para os idosos comprarem medicamentos. Está plasmada nestes documentos.

Não vimos aqui com medidas quase incompreensíveis. As pessoas precisam e temos a obrigação de propor aquilo que é útil para elas e aquilo que não serve para a política e para a politiquice partidária. Não contem os açorianos com o CDS para isso.

Contem os açorianos com o CDS como uma oposição construtiva e crítica.

Conte o Governo, como contou até hoje, com a colaboração do CDS, mas também e sempre com uma fiscalização e com a crítica quando tiver que a fazer.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: E sempre, sempre a favor dos açorianos.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

* **Deputado Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Penso que nenhum partido da oposição terá que pedir desculpa, nem à maioria, nem ao Governo, por votar contra um programa, um plano de acção que estrutura prioridades fundamentais e com as quais legitimamente qualquer partido da oposição pode estar contra.

Portanto, ninguém terá que pedir desculpa. A legitimidade de quem vota a favor é exactamente igual à legitimidade de quem vota contra.

Da parte do Bloco de Esquerda, foi com convicção, com seriedade, com responsabilidade, que apresentámos a esta câmara variadíssimas propostas no sentido do desenvolvimento desta região. Foram rejeitadas, mas isso não invalida nem a sua importância, nem a sua qualidade. Foram rejeitadas. Com a mesma legitimidade com que as apresentámos, a maioria rejeitou-as.

Isto não quer dizer que a mesma convicção com que as trouxemos aqui não irá continuar, bem pelo contrário, a convicção será a mesma na repetição da apresentação destas propostas, se necessário for, e noutras, porque é exactamente para isso que cá estamos.

Relativamente ao Plano que rejeitámos, gostaria de dizer que há vários programas que têm propostas aceitáveis e com as quais, de uma forma isolada e simples, o Bloco de Esquerda não teria problema em votar a favor.

A questão é a parte mais estruturante deste mesmo programa e aquilo com que radicalmente o Bloco de Esquerda não pode concordar. Já falámos nisso nesta câmara várias vezes. Tem a ver com as privatizações, com o artigo 11º que esta câmara reprovou, votou contra, apesar de haver uma proposta para a sua eliminação.

Portanto, quando há uma divergência de fundo, por algumas concordâncias que possam existir (e existem!), não pode haver uma concordância final. Foi isso que aconteceu.

Daqui para a frente penso que todos trabalhamos para o mesmo, todos estamos aqui com o mesmo objectivo, aliás com o objectivo com que o povo açoriano colocou a cada uma destas bancadas, nesta Assembleia, que é trabalhar para o seu desenvolvimento, para a sua qualidade de vida e para os seus direitos. As propostas são diferentes, as estratégias também.

O debate democrático faz-se aqui e ganha a maioria, como é evidente, normalmente.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos os nossos trabalhos de ontem.

Iniciamos daqui a pouco os nossos trabalhos de hoje.

Começamos os nossos trabalhos às 10 horas sem PTAP, entrando directamente, para além da informação parlamentar, na agenda dos nossos trabalhos.

Muito boa noite a todos. Até logo.

Eram 2 horas e 10 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Luís Paulo de Serpa Alves

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

Jaime António Silveira Jorge

Jorge Manuel de Almada Macedo

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputado que faltou à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

(*) Texto não revisto pelo orador.

A Redactora: Maria da Conceição Fraga Branco

